

ESTUDO PRELIMINAR
DO
PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA A PESCA
ARTESANAL EM CACINE NA REGIÃO DE TOMBALI DA REPÚBLICA
DE GUINÉ BISSAU

ACTA DAS DISCUSSÕES

O Governo do Japão, mediante a solicitação do Governo da República de Guiné Bissau (doravante a ser referido como “Guiné Bissau”), decidiu realizar o Estudo Preliminar sobre o Projecto de Construção de Instalações para a Pesca Artesanal em Cacine na Região de Tombali (doravante a ser referido como “o Projecto”), onde a Japan International Cooperation Agency (JICA) realizou o Estudo.

A JICA enviou a Equipa de Estudo Preliminar (doravante a ser referido como “a Equipa de Estudo”) liderada pelo Sr. Noriaki Nagatomo, Director da Divisão III de Estudos de Projectos do Departamento de Apoio à Cooperação Financeira Não Reembolsável e Empréstimos, entre os dias 15 de Maio e 12 de Junho de 2008 à Guiné Bissau. A Equipa de Estudo realizou discussões com o Governo de Guiné Bissau e realizou o Estudo no local do Plano.

Como resultado das Discussões e Estudo no local acima referidos, ambas as partes concordam com o conteúdo dos documentos anexos. Com base na decisão do Governo do Japão, a JICA realizará o Estudo de Concepção Básica do Projecto.

Bissau, aos 11 de Junho de 2008

永友紀章

Noriaki Nagatomo
Líder da Equipa de Estudo Preliminar
Japan International Cooperation Agency
Governo do Japão



Círiilo Vieira
Director Geral da Pesca Artesanal
Ministério das Pescas
República de Guiné Bissau

Documentos Anexos

1. Objetivos

Com o aproveitamento efetivo e circulação eficiente de produtos pesqueiros da Região de Tombali, Guiné Bissau, a partir da vila de Cacine, tem como objetivo contribuir para a estabilização do abastecimento doméstico de produtos marinhos na Guiné Bissau qualitativa e quantitativamente, além de elevar o padrão de vida das comunidades da vila de Cacine e outras comunidades da região.

2. Área Alvo do Projecto

A área alvo do Projecto é a Vila de Cacine da Região de Tombali, conforme o Anexo 1.

3. Órgão Governamental Supervisor e Organismo Executor

- (1) O Órgão Governamental supervisor é o Ministério das Pescas.
- (2) O Organismo Executor é a Direcção Geral da Pesca Artesanal do Ministério das Pescas.

4. Conteúdo da Solicitação do Governo da Guiné Bissau

Como resultado das discussões, as partes analisaram e confirmaram o conteúdo da solicitação inicial do Governo de Guiné Bissau conforme o Anexo 2. A JICA realizará a análise do Estudo no local assim como as considerações técnicas e sócio-econômicas, estudando a adequabilidade do conteúdo da solicitação, e fará recomendações dos resultados ao Governo do Japão.

Em relação à concepção e dimensão das construções, especificações e quantidade dos equipamentos, etc., elas serão consideradas em detalhe na concepção básica, caso o Estudo de Concepção Básica seja realizado.

5. Sistema de Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão

- (1) A parte da Guiné Bissau compreendeu a explicação da Equipa de Estudo sobre o Sistema de Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão, conforme o Anexo 3.
- (2) A parte da Guiné Bissau concordou em, caso da Cooperação Financeira Não-Reembolsável ser realizada, tomar as medidas necessárias conforme o Anexo 4 para a sua boa implementação.

6. Programa Futuro

Caso a execução do Projecto seja considerada adequada conforme os resultados do

presente Estudo, a JICA realizará o Estudo de Concepção Básica.

7. Outros Itens Relacionados

(1) Propriedade do Terreno do Local do Projecto

A parte da Guiné Bissau apresentou os documentos referentes à propriedade do terreno do local do Projecto conforme o Anexo 5.

(2) Gestão da Manutenção e Administração das Instalações e Equipamentos

A parte da Guiné Bissau apresentou o Plano Organizativo de Manutenção e Gestão das instalações e equipamentos do presente Plano conforme o Anexo 5. Apesar de estar previsto que as instalações e equipamentos serão geridos através de gestão financeira autónomo, a parte da Guiné Bissau prometeu que o Ministério das Pescas dará o suporte inicial da gestão das instalações e em casos de situações financeiras com balanço negativo.

Com relação ao Plano Financeiro das instalações, a Equipa de Estudo solicitou que 10% das receitas das vendas de gelo sejam depositadas numa conta especial para custear a renovação dos equipamentos, ao que a parte da Guiné Bissau concordou.

A parte da Guiné Bissau solicitou a assistência técnica relacionada com a gestão administrativa e de manutenção das instalações e equipamentos.

(3) Encargos da parte da Guiné Bissau

A parte da Guiné Bissau prometeu obter as autorizações necessárias para a execução do presente Projecto, realizar os procedimentos e se encarregar pelos custos relacionados com a remoção de estruturas existentes dentro do local do Projecto e na estrada comunitária.

(4) Estudo Ambiental Inicial

A Equipa de Estudo realizou em conjunto com a parte da Guiné Bissau o Estudo Ambiental Inicial no dia 27 de Maio. Caso o Estudo de Concepção Básica seja executado, os resultados do Estudo Ambiental Inicial deverão ser integradas na Concepção Básica.

(5) Considerações Ambientais e Sociais

A Equipa de Estudo, na execução do presente Plano, confirmou a necessidade de executar a avaliação do impacto ambiental conforme a legislação de Guiné Bissau. O Ministério das Pescas de Guiné Bissau prometeu solicitar prontamente a avaliação do impacto ambiental com base no Plano de Concepção Básica junto ao organismo competente.

(6) Transferência de Moradores

A Equipa de Estudo, na ocasião da execução do presente Plano, confirmou a necessidade de se transferir duas moradias localizadas dentro do local do Plano. A parte de Guiné Bissau informou à Equipa de Estudo que já foi confirmado o acordo com os proprietários das duas moradias, e prometeu que os moradores serão

transferidos e realizada a remoção das moradias existentes antes da execução do Plano.

(7) Discussão com os Interessados (Stakeholders Discussion)

A parte da Guiné Bissau realizou, em conjunto com a Equipa de Estudo, a discussão com os interessados no dia 31 de Maio, e obteve a compreensão da comunidade alvo do presente Plano.

(8) Plano de Formação de Pescadores - Plano de Alfabetização de Adultos

A parte da Guiné Bissau prometeu fornecer à JICA o conteúdo prático do Plano de Formação de Pescadores e Plano de Alfabetização de Adultos (frequência, número de participantes) necessários para a concepção básica do presente Plano, caso o Estudo de Concepção Básica seja realizado.

(9) Projectos Similares de outros Organismos

A Equipa de Estudo confirmou a execução em andamento de projecto de Organização Não Governamental similar na cidade de Cacine, local do presente Plano. A parte da Guiné Bissau prometeu fornecer à JICA as informações sobre o conteúdo desse projecto tão logo as obtenha. Ainda, caso o Estudo de Concepção Básica seja realizada, a Equipa de Estudo de Concepção Básica realizará o estudo do referido projecto da ONG.

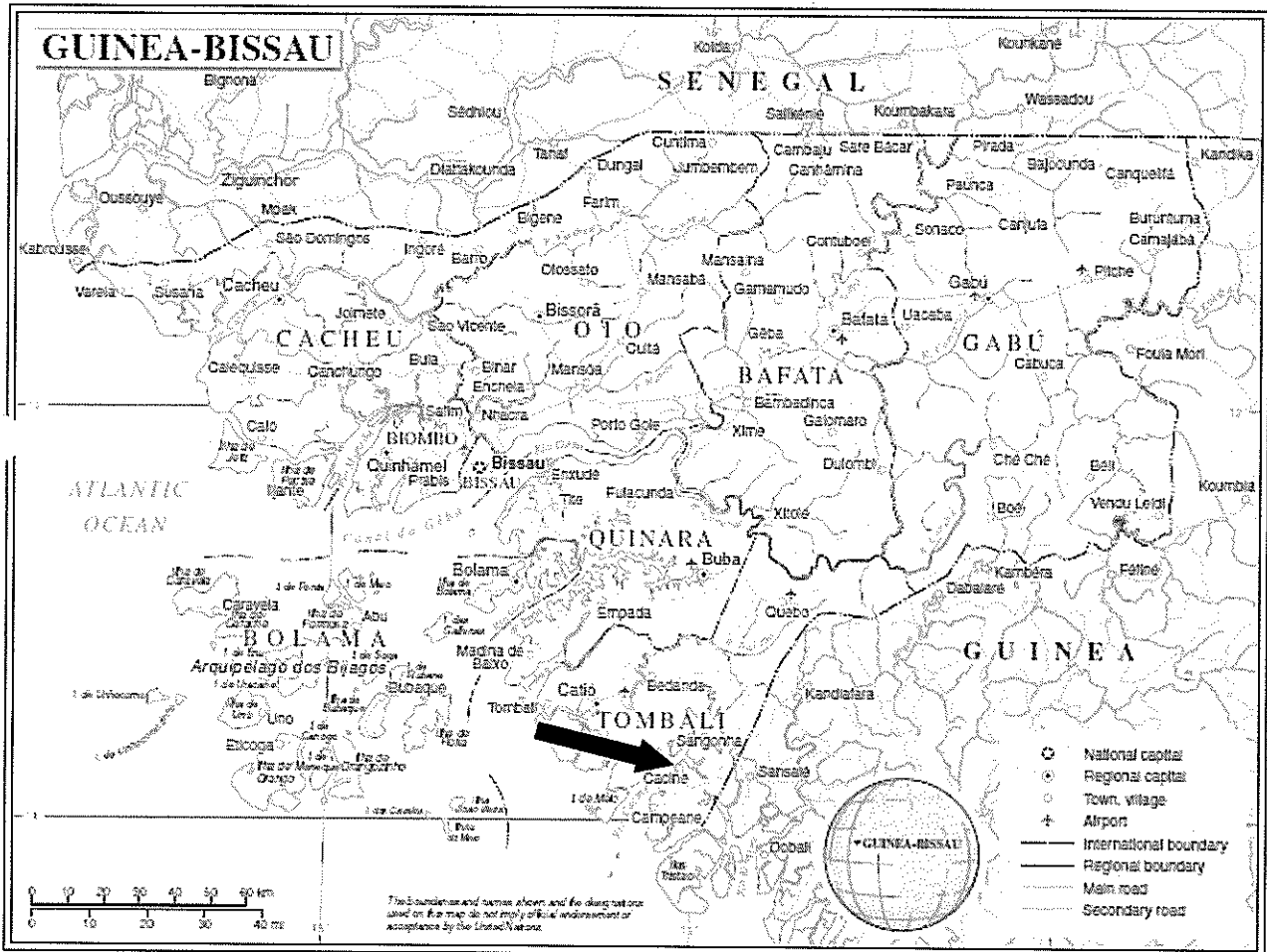
(10) Melhoria das Estradas

A Equipa de Estudo confirmou a indispensabilidade da reparação da estrada não alcatroada do troço Cacine-Mampatá para a circulação eficiente dos produtos marinhos e recomendou a necessidade de se realizar, o quanto antes possível, o Plano de Melhoria das Estradas da Guiné Bissau. A parte da Guiné Bissau compreendeu a referida proposta da Equipa de Estudo.

Anexo 1: Mapa do Local do Projecto

- 2: Itens solicitados pelo Governo de Guiné Bissau
- 3: Sistema da Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão
- 4: Medidas necessárias que o Governo recipiente deve tomar
- 5: Documentos referentes à Propriedade do Terreno do Local do Projecto
- 6: Plano Organizativo de Manutenção e Gestão

Mapa do Local do Projecto



ITENS SOLICITADOS PELO GOVERNO DA GUINÉ BISSAU

(Primeira Prioridade)

ITEM	OBSERVAÇÕES
Instalações para a preparação de saída para pesca e suporte de desembarque	Comparar e considerar rampa, plano inclinado, e outros equipamentos no Estudo de Conceção Básica
Máquina de produção de gelo e câmara de conservação de gelo	Tipo gelo em escamas
Instalação de conservação de peixe fresco	Comparar e considerar câmara refrigerada, câmara de congelados, caixa para congelados
Geradores, instalações elétricas	Considerar instalações para a produção de gelo e ao hospital. Incluir instalações pára-raios.
Painel solar	Para uso geral de eletricidade das instalações. Considerar também instalações para baterias.
Instalações para abastecimento de combustíveis	Para gásóleo e gasoline Considerar também meios para a aquisição de combustíveis
Instalações para abastecimento de água	Furo profundo de água, tanque para água de chuva, reservatório elevado, bomba propulsora, canalização para abastecimento, etc., Considerar canalização para hospital e escola (2 locais).
Instalações e equipamentos para transformação de produtos marinhos	Para fumagem, salga e fermentação
Instalações de uso polivalente	Utilização para formação e seminários para pescadores, alfabetização de adultos. Considerar a construção de creche.
Casa de banho	Solicitação adicional Para uso dos funcionários e usuários

Instalações sanitárias	Tanque séptico, instalação de infiltração
Oficina e equipamentos	Reparação de máquina de produção de gelo, gerador, motor de embarcação Construção de embarcação de madeira
Armazém de materiais, armazém para instrumentos de pesca	Apesar de se definir as dimensões conforme o número de pescadores de Cacine, assegurar área de expansão futura das instalações
Rádio VHF, radio HF	Para uso em emergências das embarcações pesqueiras
Estrada comunitária	Reparação de cerca de 1 km dentro da vila (entre o hospital e o local do Plano) da estrada sem alcatroamento Construção de vala para o escoamento das águas de chuva e canalização para o abastecimento de água potável
Soft component	Solicitação adicional Assistência técnica relacionada com a manutenção e gestão das instalações e equipamentos

Segunda Prioridade

ITEM	OBSERVAÇÕES
Equipamento para comunicação internet	Solicitação adicional Computador sob encargo da Guiné Bissau

Itens Eliminados

ITEM	OBSERVAÇÕES
Veículos	Aproveitamento do sector privado
Embarcação para coleta de pescados	Aproveitamento do sector privado
Equipamento audio visual	Encargo da Guiné Bissau
Eletrificação da vila	

Sistema da Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão

A. Procedimentos da Cooperação Financeira Não Reembolsável

1) O programa de Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão é executado conforme os seguintes procedimentos.

Solicitação	(Solicitação feita pelo país beneficiário)
Estudo	(Estudo Preliminar e Estudo de Conceção Básica realizada pela JICA)
Avaliação e Aprovação	(Avaliação pelo Governo do Japão e Aprovação pelo Conselho de Ministros)
Determinação da Implementação (As Notas trocadas entre os Governos do Japão do país beneficiário)	

1º Passo: A solicitação de Projecto de Cooperação Não Reembolsável submetida pelo país beneficiário é examinada pelo Governo do Japão (Ministério de Negócios Estrangeiros - MOFA) para determinar se o projecto é elegível ou não para a Cooperação Não-Reembolsável. Caso a solicitação seja considerada como apropriada, o Governo do Japão designa a JICA para conduzir um estudo sobre a solicitação. Caso necessário, a JICA envia a Equipa de Estudo Preliminar ao país beneficiário para confirmar o conteúdo da solicitação.

2º Passo: A JICA realiza o estudo (Estudo da Conceção Básica), através de empresas de consultoria Japonesas.

3º Passo: O Governo do Japão avalia o projecto para verificar se o mesmo adequa-se ou não ao Programa de Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão, baseando-se no relatório de Estudo de Conceção Básica preparado pela JICA, e os resultados desta avaliação são então submetidos ao Conselho de Ministros para aprovação.

4º Passo: Uma vez aprovado pelo Conselho de Ministros, o projecto é oficializado através da Troca de Notas (E/N) assinada pelos Governos do Japão e do país beneficiário.

5º Passo: Para a implementação do Projecto, a JICA assiste o país beneficiário em trabalhos tais como preparação de licitações e contractos, entre outros.

B. Estudo de Conceção Básica

1) Conteúdo do Estudo

O objetivo do Estudo de Conceção Básica (doravante a ser referido como “o Estudo”) sobre um projecto solicitado (doravante a ser referido como “o Projecto”) realizado pela JICA, é

fornecer os documentos básicos necessários para a avaliação do Projecto pelo Governo do Japão. Os conteúdos do Estudo são como se seguem:

- a) A confirmação dos contextos, objectivos e benefícios do Projecto assim como a capacidade institucional das entidades concernentes do país beneficiário necessários para a implementação do Projecto;
- b) A avaliação da adequabilidade do projecto a ser implementado através do esquema de Cooperação Financeira Não-Reembolsável, dos pontos de vista técnico, social e económico;
- c) A confirmação dos itens acordados por ambas as partes com relação à concepção básica do Projecto;
- d) Preparação da concepção básica do Projecto; e
- e) Estimativa de custos do Projecto.

O teor da solicitação original não é necessariamente aprovado em sua forma original como conteúdo do projecto de Cooperação Financeira Não-Reembolsável. A Concepção Básica do Projecto é confirmada considerando as directrizes do Esquema de Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão.

O Governo do Japão solicita ao Governo do país beneficiário para que tome quaisquer medidas que sejam necessárias para assegurar sua auto-capacidade na implementação do Projecto. Tais medidas devem ser garantidas mesmo que se tratem de assuntos além da jurisdição directa da organização do país beneficiário implementadora do Projecto. Assim, a implementação do Projecto deve ser confirmada por todas as organizações envolvidas do país beneficiário através da Acta das Discussões.

2) Selecção dos Consultores

Para a boa implementação do Estudo, a JICA faz-se representar por uma empresa de consultoria seleccionada através de procedimentos próprios (concorrência pública). A empresa adjudicatária realiza o Estudo e elabora o relatório baseando-se nos Termos de Referência expedidos pela JICA.

No início da implementação após a Troca de Notas (E/N), para os serviços do Desenho Detalhado e Supervisão da Construção do Projecto, a JICA recomenda ao país beneficiário a contractação da mesma empresa de consultoria que realizou o Estudo, a fim de manter a consistência técnica entre a Concepção Básica e do Desenho Detalhado assim como evitar qualquer atraso causado pela selecção de uma nova empresa de consultoria.

C. Esquema de Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão

1) O que é a Cooperação Financeira Não-Reembolsável ?

O Programa de Cooperação Financeira Não-Reembolsável provê ao país beneficiário fundos não-reembolsáveis para adquirir instalações, equipamentos e serviços (engenharia, transporte de produtos etc.) em prol do desenvolvimento econômico e social do país, conforme os princípios de acordo com as leis e regulamentos relevantes do Japão. A cooperação financeira não-reembolsável não é fornecida através da doação de materiais em gênero.

2) Troca de Notas (E/N = Exchange of Notes)

A Cooperação Financeira Não-Reembolsável do Japão é atribuída de acordo com as Notas trocadas pelos dois Governos interessados, na qual os objectivos do projecto, o período de execução, condições e valor da Cooperação Financeira, etc. são confirmados.

3) O "período da cooperação financeira não-reembolsável" corresponde ao ano fiscal em que o Conselho de Ministros aprova o projecto. Assim, todos os procedimentos tais como a Troca de Notas, conclusão de contratos com as empresas de consultoria e empreiteiras e o pagamento final destes devem ser completados.

Contudo, em casos de atrasos de entrega, instalação ou construção, motivados por factores imprevisíveis tais como o estado atmosférico, o período da cooperação pode ser prorrogado por um período não maior que um ano fiscal, através de acordo mútuo entre os dois Governos.

4) Na cooperação financeira não-reembolsável, em princípio, devem ser adquiridos produtos e serviços, inclusive transporte, Japoneses ou do país beneficiário.

Quando os dois Governos considerarem necessário, a cooperação financeira não-reembolsável pode ser usada para a aquisição de produtos e serviços de um terceiro país.

Entretanto, no que concerne às empreiteiras primárias, a saber, empresas de consultoria, empreiteiras e de provisão, elas restringem-se à "Nacionais Japoneses". (O termo "Nacionais Japoneses" significa pessoas com nacionalidade Japonesa ou empresas Japonesas controladas por pessoas de nacionalidade Japonesa).

5) Necessidade de "Verificação"

O Governo do país beneficiário ou a autoridade por ele designada assinará contractos com os nacionais Japoneses em Ienes Japoneses. Tais contractos devem ser verificados e chancelados

pelo Governo do Japão. Tal "Verificação" é necessária para assegurar a sua transparência junto ao contribuinte Japonês.

6) Incumbências do Governo do País beneficiário

- a) Assegurar os terrenos necessários a construção do Projecto e limpar o local;
- b) Providenciar infra-estruturas que façam chegar a energia, água e drenagem e outras instalações fora do local do projecto;
- c) Assegurar o descarregamento e trâmite alfandegário rápido nos portos de desembarque no país beneficiário e transporte doméstico dos produtos adquiridos na cooperação financeira não-reembolsável;
- d) Isentar os nacionais Japoneses de impostos aduaneiros, taxas domésticas e outros encargos fiscais, que possam vir a ser impostos no país beneficiário com respeito ao fornecimento de produtos e serviços constantes do contracto verificado;
- e) Assistir aos nacionais Japoneses cujos serviços sejam necessários em conexão com o fornecimento de produtos e serviços constantes do contracto verificado tais como as facilidades que possam ser necessárias para a sua entrada no país beneficiário e estadia para a realização do trabalho;
- f) Assegurar que as instalações construídas e produtos adquiridos na cooperação financeira não-reembolsável sejam mantidas e usadas apropriadamente e efetivamente para o Projecto;
- g) Se responsabilizar por todas as despesas outras que não sejam cobertas pela cooperação, necessárias para o Projecto.

7) "Uso Apropriado"

Ao país beneficiário é solicitado operar e manter as instalações construídas e os equipamentos adquiridos através da Cooperação Financeira Não-Reembolsável de maneira apropriada e efectiva, alocando mão-de-obra necessária para sua operação e manutenção, além de arcar com todas as despesas incorrentes que não estiverem cobertas pela Cooperação Financeira Não-Reembolsável.

8) "Re-Exportação"

Os produtos adquiridos através da Cooperação Financeira Não-Reembolsável não devem ser re-exportados do país beneficiário.

9) Arranjo Bancário(B/A)

- a) O Governo do país beneficiário ou a autoridade por ele designada, deve abrir uma conta

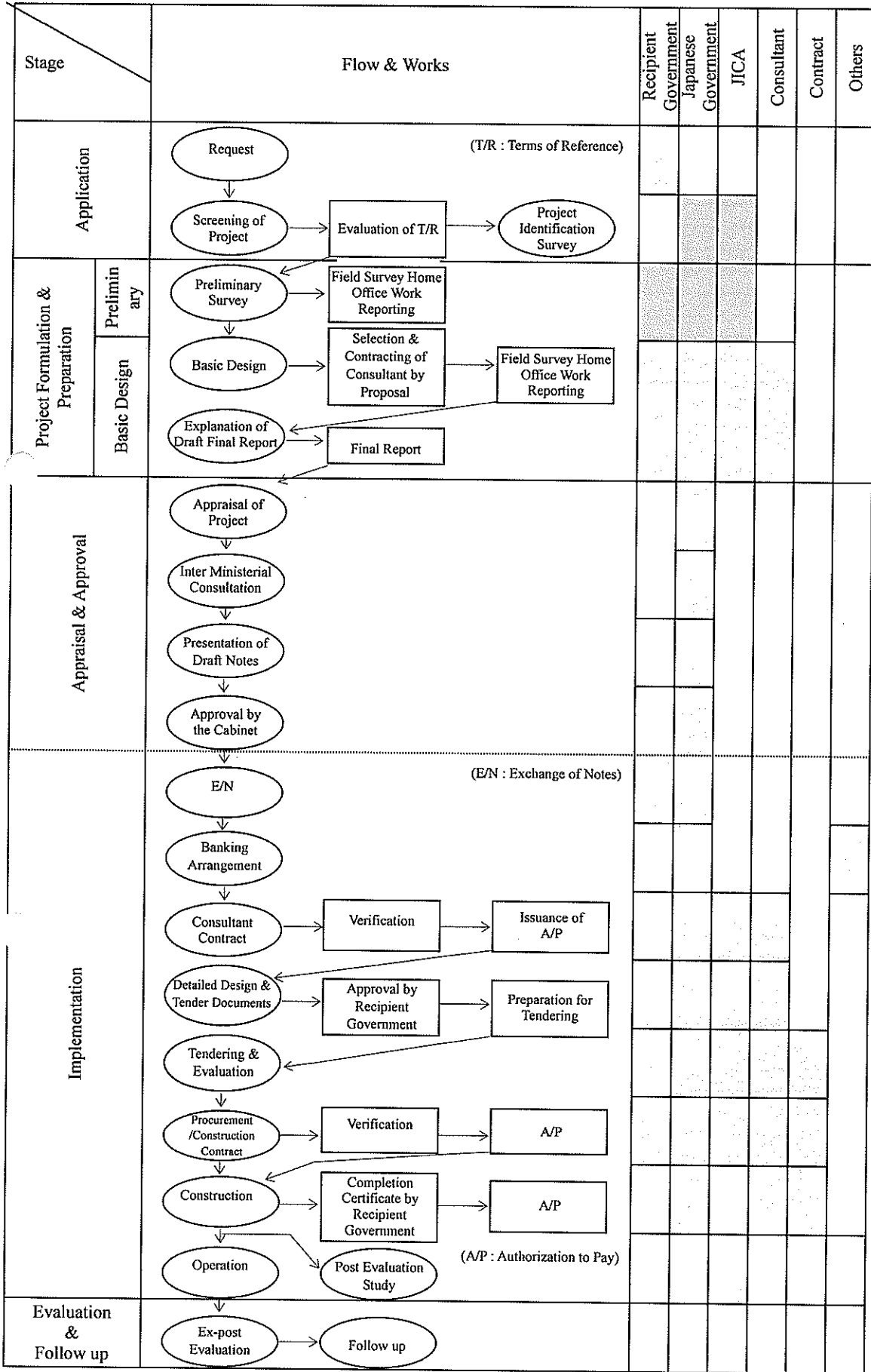
bancária em nome do Governo beneficiário em um banco Japonês autorizado (doravante a ser referido como “o Banco”). O Governo do Japão executará a Cooperação Financeira Não-Reembolsável realizando pagamentos de valores em Ienes Japoneses, que servirão para cobrir os encargos contraídos pelo Governo do país beneficiário ou pela autoridade por ele designada, dentro do contracto verificado.

- b) Tais pagamentos serão efectuados mediante solicitações de pagamento apresentados pelo Banco ao Governo do Japão através de uma Autorização de Pagamento (A/P) emitida pelo Governo do país beneficiário ou pela autoridade por ele designada.

10) Autorização de Pagamento (A/P)

O Governo do país beneficiário deve arcar com os pagamentos da comissão de notificação da Autorização de Pagamento e de outros emolumentos ao Banco.

FLOW CHART OF JAPAN'S GRANT AID PROCEDURES



M

e

Encargos do Governo do País Recebedor

1. Assegurar um terreno necessário para o Projecto;
2. Limpar e nivelar o local do Projecto antes do início da construção;
3. Fornecer uma via de acesso apropriada ao local do Projecto;
4. Fornecer instalações para a distribuição de electricidade, abastecimento de água, linha tronco telefónica, drenagem e outras instalações incidentais fora do local do Projecto;
5. Realizar trabalhos incidentais externos, tal como jardinagem, cerca, iluminação externa e outras instalações incidentais dentro e ao redor do local do Projecto, se necessário;
6. Assegurar o pronto descarregamento e desalfandegamento dos produtos adquiridos através da Cooperação Financeira Não Reembolsável do Japão em portos de desembarque no País recebedor;
7. Isentar nacionais Japoneses de impostos aduaneiros, taxas internas e impostos fiscais que possam ser impostas no País Recebedor relacionados com o fornecimento de produtos e serviços que constem nos contratos verificados;
8. Auferir a nacionais Japoneses cujos serviços sejam necessários em conexão com o fornecimento de produtos e serviços que constem nos contratos verificados as facilidades que possam ser necessárias para a sua entrada no País Recebedor e aí permanecerem para o desempenho de seus trabalhos;
9. Se responsabilizar por comissões, nomeadamente comissões de aconselhamento de Autorização de Pagamento (A/P) e comissões de pagamento ao banco Japonês pelos serviços bancários baseados no Arranjo Bancário (B/A);
10. Fornecer as permissões, licenças, e outras autorizações necessárias para a implementação do Projecto, se necessário;
11. Assegurar que as instalações construídas e os equipamentos adquiridos através da Cooperação Financeira Não Reembolsável do Japão sejam mantidas e utilizadas apropriada e eficientemente para o Projecto; e
12. Se responsabilizar por todas as despesas que não sejam cobertas pela Cooperação Financeira Não Reembolsável do Japão necessárias para o Projecto.

Principais Incumbências de Cada Governo

Nº	Itens	A ser coberto pela Cooperação	A ser coberto pelo Governo Beneficiário
1	Asseguramento do terreno		•
2	Limpeza, terraplenagem e desbravamento do terreno caso necessário		•
3	Construção de portões e cercas ao redor do terreno		•
4	Construção de pátios de estacionamento de veículos		•
5	Construção de vias de acesso		
	1) Dentro do sítio de projecto	•	
	2) Fora do sítio de projecto		•
6	Construção de edifícios	•	
7	Instalação de redes de distribuição de electricidade, água, drenagem e outras instalações		
	1) Electricidade		
	a. Linha de distribuição até o local		•
	b. Ramificação e fiação interna	•	
	c. Disjuntor e transformador para o circuito central	•	
	2) Abastecimento de água		
	a. Adução de água canalizada até o local		•
	b. Sistema de abastecimento dentro do sítio (recepção e/ou reservatório elevado)	•	
	3) Drenagem		
	a. Ligação à rede coletora (de águas pluviais ou de esgoto)		•
	b. Sistema de drenagem (para casas de banho, esgoto doméstico, águas pluviais e outros) dentro do sítio	•	
	4) Abastecimento de gás		
	a. Ligação de rede de gás urbano até o local		•
	b. Sistema interno de abastecimento de gás	•	
	5) Sistema de telefonia		
	a. Ligação da rede telefônica urbana até o painel de distribuição do local/ painel principal de distribuição da construção		•
	b. Painel principal de distribuição e extensões a partir do mesmo	•	
	6) Mobiliário e Equipamentos		
	a. Mobiliário geral		•
	b. Equipamentos do Projecto	•	
8	Arcar com o pagamento de comissões ao banco Japonês referentes aos serviços referentes ao Arranjo Bancário (B/A)		
	1) Comissão de consultoria de A/P		•
	2) Comissão de pagamento		•
9	Assegurar o descarregamento e desembarço aduaneiro no porto de desembarque do país beneficiário		
	1) Frete marítimo(aéreo) de produtos do Japão ao país beneficiário	•	
	2) Isenção de direitos alfandegários e taxas de desembarço aduaneiro aos produtos constantes do Projecto		•
	3) Transporte doméstico do porto de desembarque aos sítios de Projecto		•
10	Conceder aos nacionais Japoneses, cujos serviços serão requeridos na provisão de produtos e nos trabalhos constantes do termo de contracto verificado, as facilidades para a sua entrada e estadia no país beneficiário para o exercício de seu trabalho		•
11	Isentar os nacionais japoneses dos direitos alfandegários, impostos domésticos e outros encargos fiscais que possam ser-lhes impostos pelo país beneficiário, quando da provisão de produtos e serviços constantes do termo dos contractos verificados.		•
12	Manter e utilizar adequada e eficientemente as instalações e os equipamentos fornecidos através da Cooperação Financeira Não- Reembolsável		•
13	Arcar com todas as despesas de construção de instalações, bem como as de transporte e instalação de equipamentos necessários, que não sejam cobertas pela Cooperação Financeira Não-Reembolsável,		•

Exmo Senhor

Governador da Região de Tombali

Catió

Direcção-Geral da Pesca Artesanal do Ministério das, representado pelo seu Director-Geral Eng^o Domingos de BARROS, casado, residente em Bissau, portador do B.I. Nº 83800, de 16/09/1996 passado pelo Arquivo de Identificação Civil da Guiné-Bissau, desejando concessão de um (1) terreno em Cacine, com a dimensão de 51.076m², destinado a construção de um Complexo Frigorífico da Pesca Artesanal na cidade de Cacine, conforme o Projecto a ser submetido a apreciação do Comité de Estado, com pleno conhecimento das disposições legais a que fica obrigado pelo foral Municipal, nomeadamente dos respeitantes ao aproveitamento do terreno sob pena de reversão do mesmo e confetorias nele existente sem qualquer indemnização a posse do Comité.

Vem mui respeitosamente requerer ao

Senhor Governador se digne mandar

conceder-lhe o referido terreno, pelo que:

Pede Deferimento



Bissau, 04 de Agosto de 1997

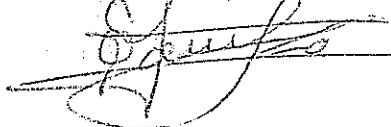
Domingos de Barros
Director-Geral
Eng^o Domingos de BARROS

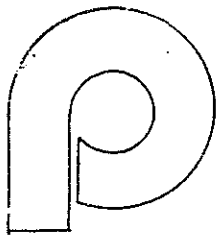
Informa-se para os fins acilhados por conviência, que não há, impedimento algum na cedência de Terreno para fins pretendidos, conforme Opiniões dos Comitês de Base e Autoridades Tradicionas, Regulo e chefe de Tabanca; mas é de salientar de que no referido Terreno existe uma casa de Construção Precária nas condições ilegais.

Secretária do Comité de Estado do Sector de

Cacine, 4 de Agosto de 1997.--

O Administrador do Sector

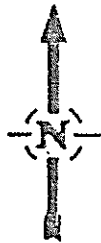




DMOPCUS

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
PROVÍNCIA DO SUL E B. J. A.

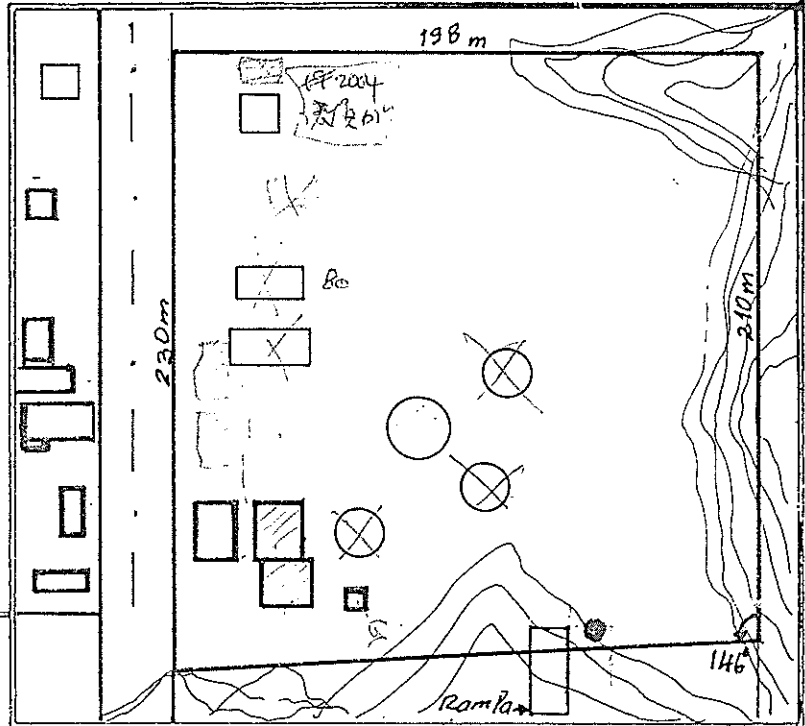
O requerente: Direcção Geral da Pesca Artesanal
Bairro de _____, Secção de Cacine
Sector de Cacine, Região de Tombali



objectivo da planta:

- pedido de concessão.....
- aprovação do projecto.....
- licença para obra.....
- outros pedidos.....

TALHAO Nº _____



CONFRONTAÇÃO:

norte. cl Baldeos

sul. cl Rio de Cacine

este. cl Residência dos Funcionários de
AFRICARE, ante cedida d Rua

oeste. cl Rio d' Cacine

observações:

a área concedida ao
Requerente Esta situada junto do Mar,
Por esta razão alguma zonas ficaram
nas partes baixa como as linhas de Terra
na Indica.
Dentro do Terreno Uma Velha Rampa
na parte sul (Ver a Esquema)
Terreno aparentemente virgem, húmida
destinado para projecto da Pesca Artesanal

SERVIÇOS

DE

URBANISMO

metragem

44.154,00 M2

larg _____ m

comp _____ m

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO Nº _____

/1997

escala: 1:2500

data 03/10/97

DESENHOU

Eng. Seuna
Paul

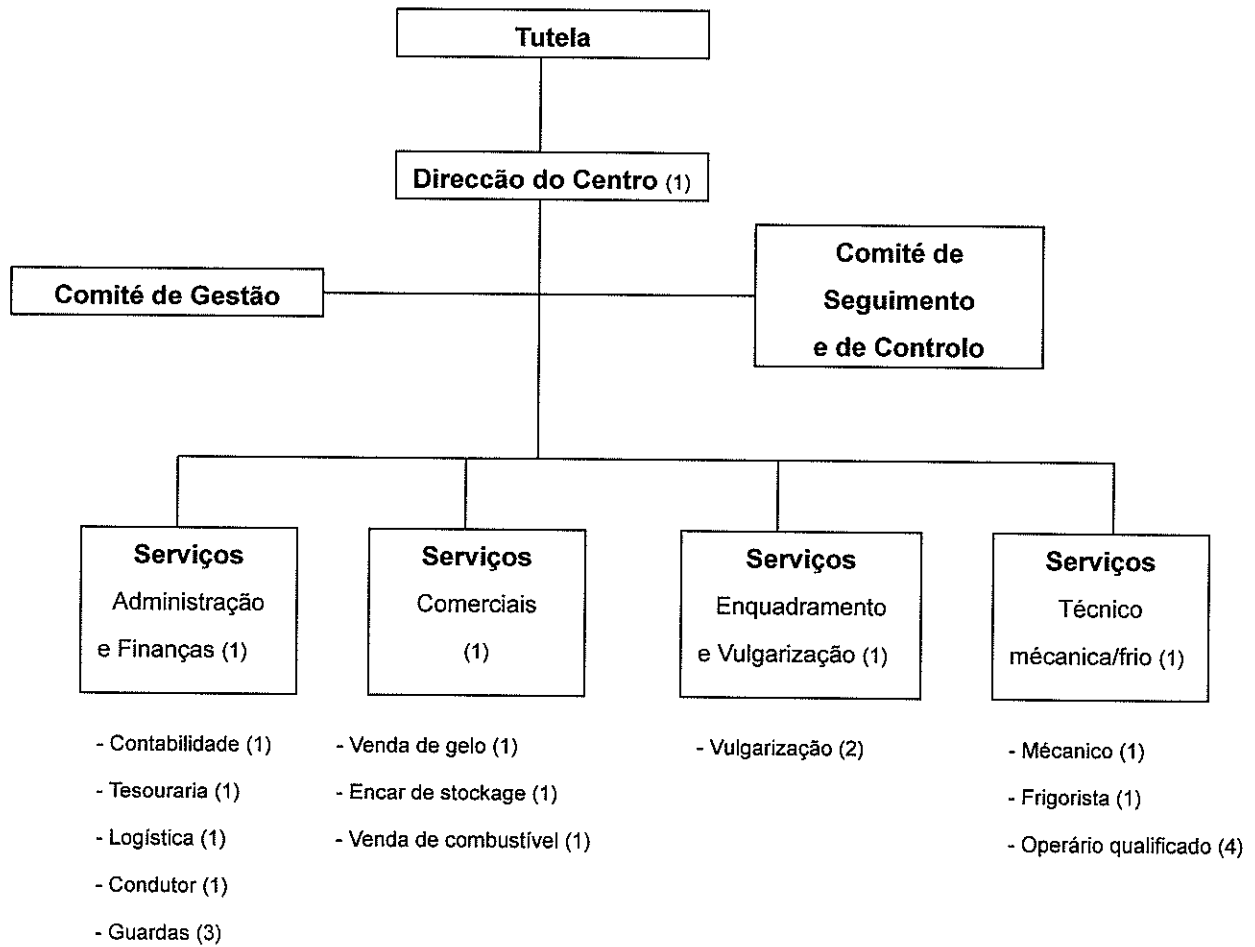
LEVANTOU

Domingo A. Bondy Eng.
Domingo A. Bondy
Urbanismo

O DIRECTOR PROVINCIAL

Domingo A. Bondy Eng.
Urbanismo

Plano Organizativo de Manutenção e Gestão



O número total estimado de efectivos (empregados permanentes) é de 23 pessoas. Os empregados temporários são excluídos

ギニアビサウ共和国トンバリ州カシーン村零細漁業施設建設計画予備調査
討議議事録

ギニアビサウ共和国（以下、「ギ」国）からの要請に基づいて、日本国政府はトンバリ州カシーン村零細漁業施設建設計画（以下、「プロジェクト」）に関する予備調査の実施を決定し、独立行政法人国際協力機構（JICA）が調査を実施した。

JICA は、JICA 資金協力支援部準備室事業調査第三課長 永友紀章を団長とする予備調査団（以下、「調査団」）を、2008 年 5 月 15 日から 6 月 12 日にかけて「ギ」国へ派遣した。同調査団は、「ギ」国政府関係者との協議を行うとともに、計画サイトでの調査を実施した。

上記協議及びサイト調査の結果、両者は付属書に記載した事項について合意した。日本政府の決定に基づき、JICA はプロジェクトの基本設計調査を実施する。

ビサウ、2008 年 6 月 11 日

永友 紀章
予備調査団長
独立行政法人国際協力機構
日本国

Cirilo Vieira
零細漁業総局長
漁業省
ギニアビサウ共和国

付属書

1. 目的

「ギ」国トンバリ州における漁獲物がカシーン村を拠点に効率的に流通し有効活用されることにより、「ギ」国内の水産物供給の質・量両面からの安定化に貢献すると共に、カシーン村および同州内の他のコミュニティの生活が向上する。

2. プロジェクト対象地域

プロジェクト対象地域は、別添 1 のとおり「ギ」国トンバリ州カシーン村とする。

3. 主管官庁及び実施機関

- (1) 主管官庁は漁業省である。
- (2) 実施機関は漁業省零細漁業総局である。

4. 「ギ」国政府の要請内容

協議において両者は、「ギ」国政府の要請内容を分析し別添 2 の通り確認した。JICA は、今後の現地調査並びに技術的・経済的及び社会的観点に基づく国内解析により、要請内容の妥当性を検討し、結果を日本国政府に提言する。

施設の設計・規模、機材の仕様・数量等については、基本設計調査が実施される場合には基本設計調査時に詳細に検討される。

5. 日本の無償資金協力制度

- (1) 「ギ」国側は、別添 3 の日本の無償資金協力制度について、調査団からの説明を理解した。
- (2) 「ギ」国側は、無償資金協力が実施される場合、円滑な実施のために別添 4 の必要な措置をとることに合意した。

6. 今後の予定

本調査の結果、プロジェクトを実施することが妥当と判断された場合、JICA は基本設計調査を実施する。

7. その他の関連事項

(1) プロジェクトサイトの土地所有権

「ギ」国側は、プロジェクトサイトの土地所有にかかる証明書を別添 5 の通り調査団に提示した。

(2) 施設・機材の運営維持管理

「ギ」国側は、本計画施設・機材の維持管理組織計画を別添 6 の通り示した。本計画施設・機材は独立採算制による運営が計画されているが、施設運営立上り時および運営が赤字になった際の支援は漁業省が行うことを「ギ」国側は約束した。

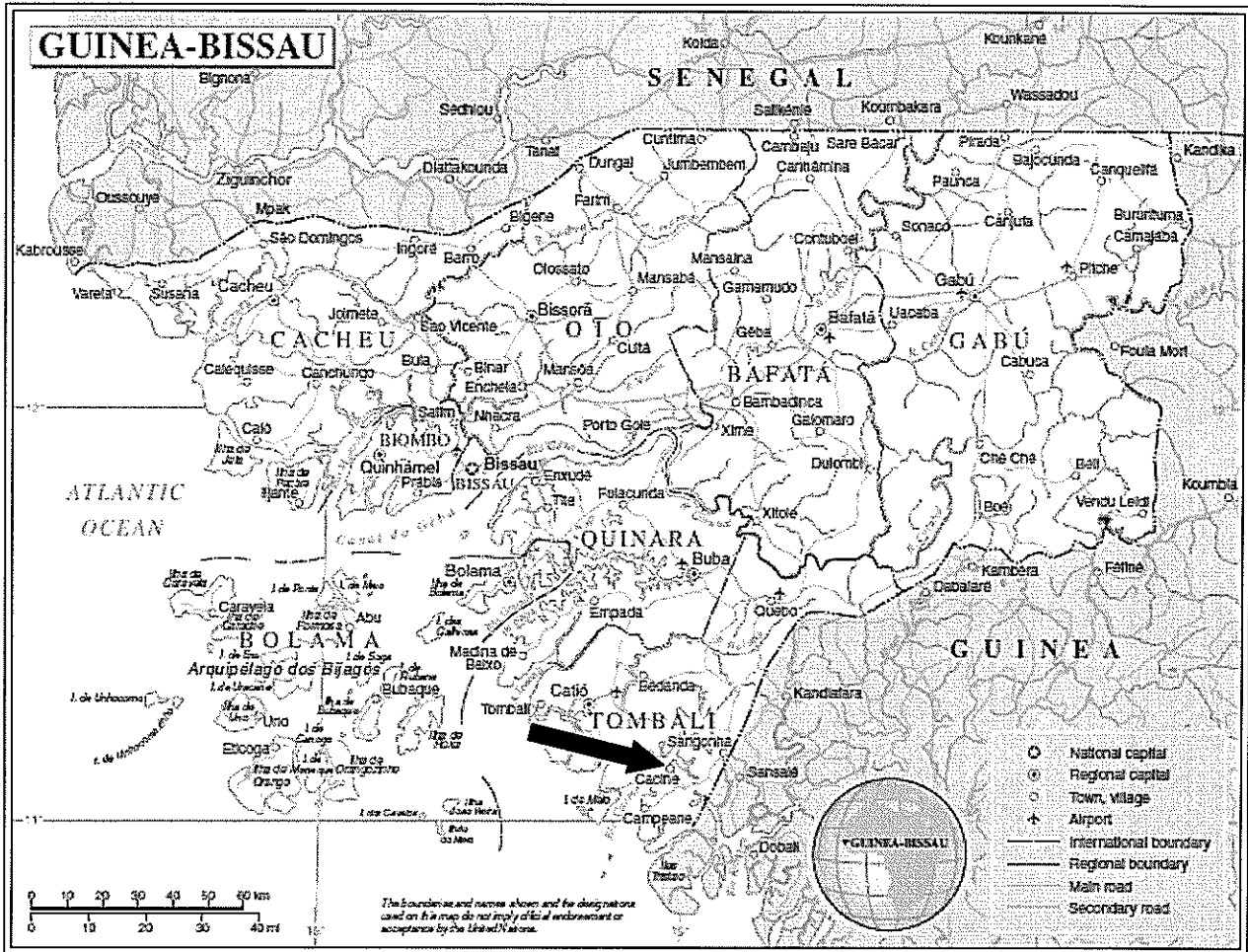
施設の収支計画においては、氷販売代金の 10%を特別口座に積み立て、機材の更新費用に充てることを調査団が求め、「ギ」国側は了解した。

「ギ」国側は、施設・機材の運営維持管理に係る技術支援を要請した。

- (3) 「ギ」国側負担事項
「ギ」国側は、本計画実施に際して必要となる許認可の取得、計画サイト内およびコミュニティ道路上の既存施設撤去に係る諸手続き・費用負担は、「ギ」国側が行うことを約束した。
- (4) 初期環境調査
調査団は、「ギ」国側と共同で初期環境調査を5月27日に実施した。基本設計調査が実施される場合、初期環境調査の結果は、基本設計に反映される。
- (5) 環境社会配慮
調査団は、本計画を実施するに際し、「ギ」国側の法規に沿った環境影響評価を実施する必要があることを確認した。「ギ」国漁業省は、基本設計を基に環境影響評価の申請を所管機関に対して速やかに申請することを約束した。
- (6) 住民移転
調査団は、本計画実施に際し、計画サイト内にある2つの住居の移転が必要であることを確認した。「ギ」国側は、すでに2つの住居の所有者との間で合意は確認済みである旨を調査団に説明し、計画実施に先立って住民の移転、既存住居の撤去を完了させることを約束した。
- (7) ステークホルダー協議
「ギ」国側は、調査団と共同で5月31日にステークホルダー協議を実施し、本計画に係る対象コミュニティの理解を得た。
- (8) 漁民訓練計画・成人教育計画
「ギ」国側は、本計画施設設計をする上で必要となる漁民訓練計画・成人教育計画の具体的な内容(頻度・人数)を、基本設計調査が実施される場合にはJICAに提供することを約束した。
- (9) 他機関による類似プロジェクト
調査団は、本計画サイトであるカシーン村において、NGOが類似プロジェクトを実施していることを確認した。「ギ」国側は、同プロジェクトの内容につき、情報を得次第JICAに提供することを約束した。また、基本設計調査が実施される場合、基本設計調査団がNGOによる同プロジェクトについての調査を実施する。
- (10) 道路改善
調査団は、水産物の効率的な流通のために、カシーン村とマンパタ間の未舗装道路の整備が不可欠であることを確認するとともに、「ギ」国側による道路改善計画が可及的速やかに実施される必要があることを提言した。「ギ」国側は調査団による同提案を理解した。

- 別添1：プロジェクトサイト図
2：「ギ」国政府の要請項目
3：日本の無償資金協力制度
4：被援助国政府が取るべき必要な措置
5：プロジェクトサイトの土地所有に係る証明書
6：運営維持管理組織計画

プロジェクトサイト図



ギニアビサウ国政府の要請項目

(優先順位 1 位)

項目	備考
出漁準備・水揚支援施設	基本設計調査時に、棧橋、斜路、その他機材等を比較検討する。
製氷機・貯氷庫	フレーク型
鮮魚保管施設	冷蔵庫、保冷库、保冷箱等を比較検討する。
発電機、電気設備	製氷機用および病院用に各々設置を検討する。落雷防止施設を含む。
ソーラーパネル	施設の一般電力用。蓄電池の併設についても検討する。
燃料供給設備	ディーゼル燃料およびガソリン用燃料の調達手段についても検討する。
給水設備	深井戸、雨水タンク、高架水槽、圧送ポンプ、配水管等 病院、学校（2箇所）への配水も検討する。
水産物加工施設・機材	燻製・塩干・発酵塩干用
多目的施設	漁民向け研修・セミナー、成人教育用に活用する。 託児所の併設を検討する。
便所	追加要請 職員、来訪者用
排水設備	浄化槽、浸透設備
ワークショップ、機材	製氷機、発電機、エンジンの修理 木造船作製
資材倉庫、漁具倉庫	カシーン村の漁民数に応じた規模設定とするが、将来の拡張のための用地を確保する。
VHF 無線、HF 無線	漁船の緊急連絡用
コミュニティ道路	村落内（病院・計画サイト間）の約 1km を砂利舗装整備 雨水排水側溝、給水配管を敷設
ソフトコンポーネント	追加要請 施設・機材の維持管理に係る技術支援

(優先順位 2 位)

項目	備考
インターネット通信機材	追加要請 コンピューターは「ギ」国負担

(要請からの削除項目)

項目	備考
車両	民間活用
漁獲物集荷船	民間活用
AV 機器	「ギ」国負担
集落電化用機材	

Japan's Grant Aid Scheme

A. Grant Aid Procedure

1) Japan's Grant Aid Program is executed through the following procedures.

Application (Request made by a recipient country)

Study (Preparatory Study and Basic Design Study conducted by JICA)

Appraisal & Approval (Appraisal by the Government of Japan and Approval by Cabinet)

Determination of Implementation (The Notes exchanged between the Governments of Japan and the recipient country)

2) Firstly, the application or request for a Grant Aid project submitted by a recipient country is examined by the Government of Japan (the Ministry of Foreign Affairs) to determine whether or not it is eligible for Grant Aid. If the request is deemed appropriate, the Government of Japan assigns JICA to conduct a study on the request. If necessary, JICA send a Preparatory Study Team to the recipient country to confirm the contents of the request.

Secondly, JICA conducts the study (Basic Design Study), using Japanese consulting firms.

Thirdly, the Government of Japan appraises the project to see whether or not it is suitable for Japan's Grant Aid Programme, based on the Basic Design Study report prepared by JICA, and the results are then submitted to the Cabinet for approval.

Fourthly, the project, once approved by the Cabinet, becomes official with the Exchange of Notes signed by the Governments of Japan and the recipient country.

Finally, for the implementation of the project, JICA assists the recipient country in such matters as preparing tenders, contracts and so on.

B. Basic Design Study

1) Contents of the Study

The aim of the Basic Design Study (hereinafter referred to as "the Study"), conducted by JICA on a requested project (hereinafter referred to as "the Project"), is to provide a basic document necessary for the appraisal of the Project by the Government of Japan. The contents of the Study are as follows:

- a) Confirmation of the background, objectives and benefits of the Project and also institutional capacity of agencies concerned of the recipient country necessary for the Project's implementation;
- b) Evaluation of the appropriateness of the Project to be implemented under the Grant Aid Scheme from the technical, social and economic points of view;
- c) Confirmation of items agreed on by both parties concerning the basic concept of the Project;
- d) Preparation of a basic design of the Project; and
- e) Estimation of costs of the Project.

The contents of the original request are not necessarily approved in their initial form as the contents of the Grant Aid project. The Basic Design of the Project is confirmed considering the guidelines of Japan's Grant Aid Scheme.

The Government of Japan requests the Government of the recipient country to take whatever measures are necessary to ensure its self-reliance in the implementation of the Project. Such measures must be guaranteed even through they may fall outside of the jurisdiction of the organization in the recipient country actually implementing the Project. Therefore, the implementation of the Project is confirmed by all relevant organizations of the recipient country through the Minutes of Discussions.

2) Selection of Consultants

For the smooth implementation of the Study, JICA uses a Japanese consulting firm selected through its own procedure (competitive proposal). The selected firm participates the Study and

prepares a report based upon the terms of reference set by JICA.

At the beginning of implementation after the Exchange of Notes, for the services of the Detailed Design and Construction Supervision of the Project, JICA recommends the same consulting firm which participated in the Study to the recipient country, in order to maintain the technical consistency between the Basic Design and Detailed Design as well as to avoid any undue delay caused by the selection of a new consulting firm.

C. Japan's Grant Aid Scheme

1) What is Grant Aid?

The Grant Aid Program provides a recipient country with non-reimbursable funds to procure the facilities, equipment and services (engineering services and transportation of the products, etc.) for economic and social development of the country under principles in accordance with the relevant laws and regulations of Japan. Grant Aid is not supplied through the donation of materials as such.

2) Exchange of Notes (E/N)

Japan's Grant Aid is extended in accordance with the Notes exchanged by the two Governments concerned, in which the objectives of the project, period of execution, conditions and amount of the Grant Aid, etc., are confirmed.

3) "The period of the Grant" means the one fiscal year which the Cabinet approves the project for. Within the fiscal year, all procedure such as exchanging of the Notes, concluding contracts with consulting firms and contractors and final payment to them must be completed.

However, in case of delays in delivery, installation or construction due to unforeseen factors such as weather, the period of the Grant Aid can be further extended for a maximum of one fiscal year at most by mutual agreement between the two Governments.

4) Under the Grant, in principle, Japanese products and services including transport or those of the recipient country are to be purchased.

When the two Governments deem it necessary, the Grant Aid may be used for the purchase of the products or services of a third country.

However, the prime contractors, namely consulting, contracting and procurement firms, are limited to "Japanese nationals". (The term "Japanese nationals" means persons of Japanese nationality or Japanese corporations controlled by persons of Japanese nationality.)

5) Necessity of "Verification"

The Government of the recipient country or its designated authority will conclude contracts denominated in Japanese yen with Japanese nationals. Those contracts shall be verified by the Government of Japan. This "Verification" is deemed necessary to secure accountability of Japanese taxpayers.

6) Undertakings required to the Government of the recipient country

- a) To secure land necessary for the construction of the Project and to clear the site;
- b) To provide facilities for distribution of electricity, water supply and drainage and other incidental facilities outside the site;
- c) To ensure prompt unloading and customs clearance at ports of disembarkation in the recipient country and internal transportation therein of the products purchased under the Grant Aid;
- d) To exempt Japanese nationals from customs duties, internal taxes and fiscal levies, which may be imposed in the recipient country with respect to the supply of the products and services under the verified contracts?
- e) To accord Japanese nationals whose services may be required in connection with the supply of the products and services under the verified contracts such as facilities as may be necessary for their entry into the recipient country and stay therein for the performance of their work;
- f) To ensure that the facilities constructed and products purchased under the Grant Aid be maintained and used properly and effectively for the Project;

- g) To bear all the expenses, other than those covered by the Grant Aid, necessary for the Project.

7) "Proper Use"

The recipient country is required to maintain and use the facilities constructed and equipment purchased under the Grant Aid properly and effectively and to assign the necessary staff for operation and maintenance of them as well as to bear all the expenses other than those covered by the Grant Aid.

8) "Re-export"

The products purchased under the Grant Aid shall not be re-exported from the recipient country.

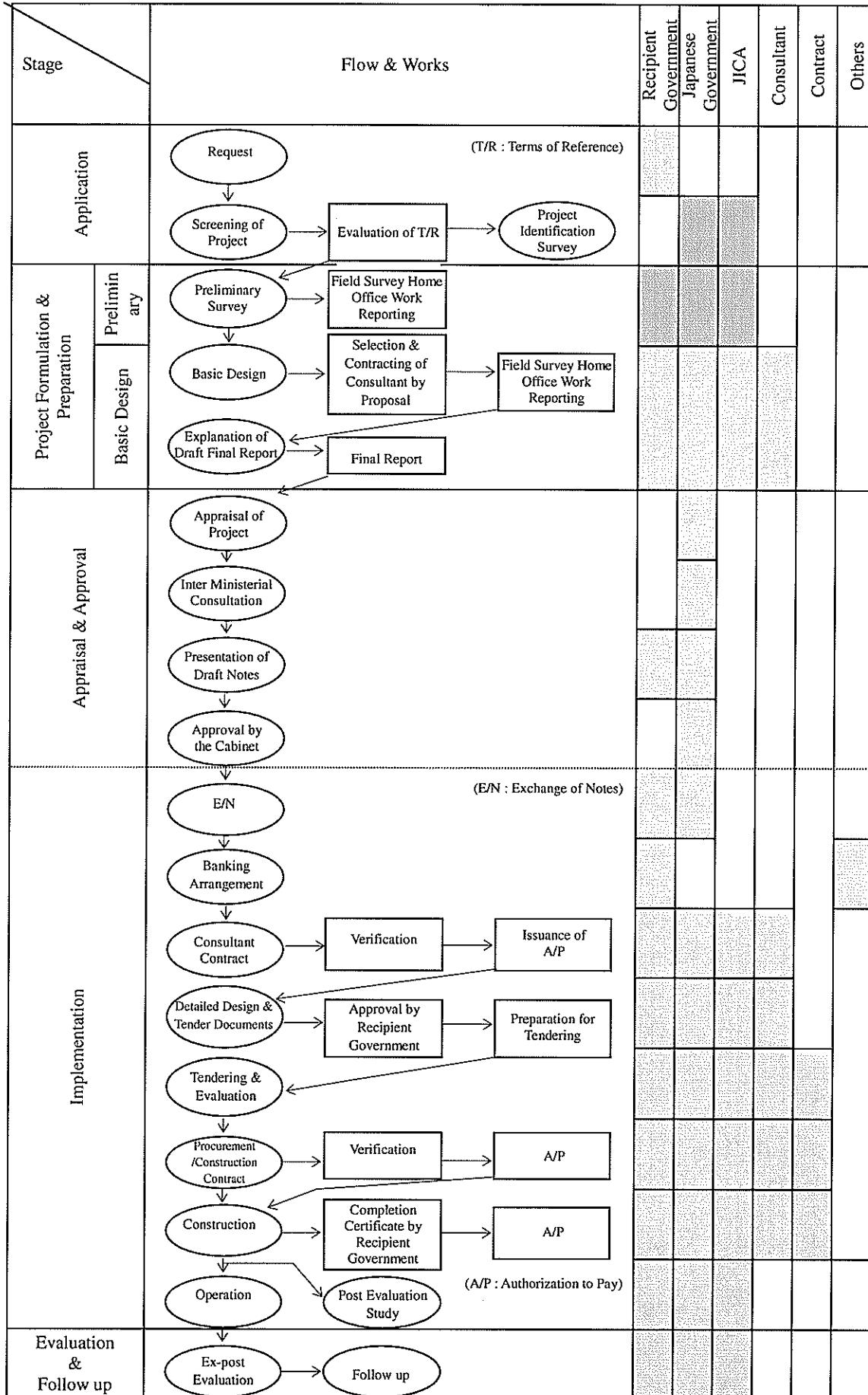
9) Banking Arrangement (B/A)

- a) The Government of the recipient country or its designated authority should open an account in the name of the Government of the recipient country in an authorized foreign exchange bank in Japan (hereinafter referred to as "the Bank"). The Government of Japan will execute the Grant Aid by making payments in Japanese yen to cover the obligations incurred by the Government of the recipient country or its designated authority under the verified contracts.
- b) The payments will be made when payment requests are presented by the Bank to the Government of Japan under an Authorization to Pay (A/P) issued by the Government of recipient country or its designated authority.

10) Authorization to Pay (A/P)

The Government of the recipient country should bear an advising commission of an Authorization to Pay and payment commissions to the Bank.

FLOW CHART OF JAPAN'S GRANT AID PROCEDURES



Undertakings by the Government of the Recipient Country

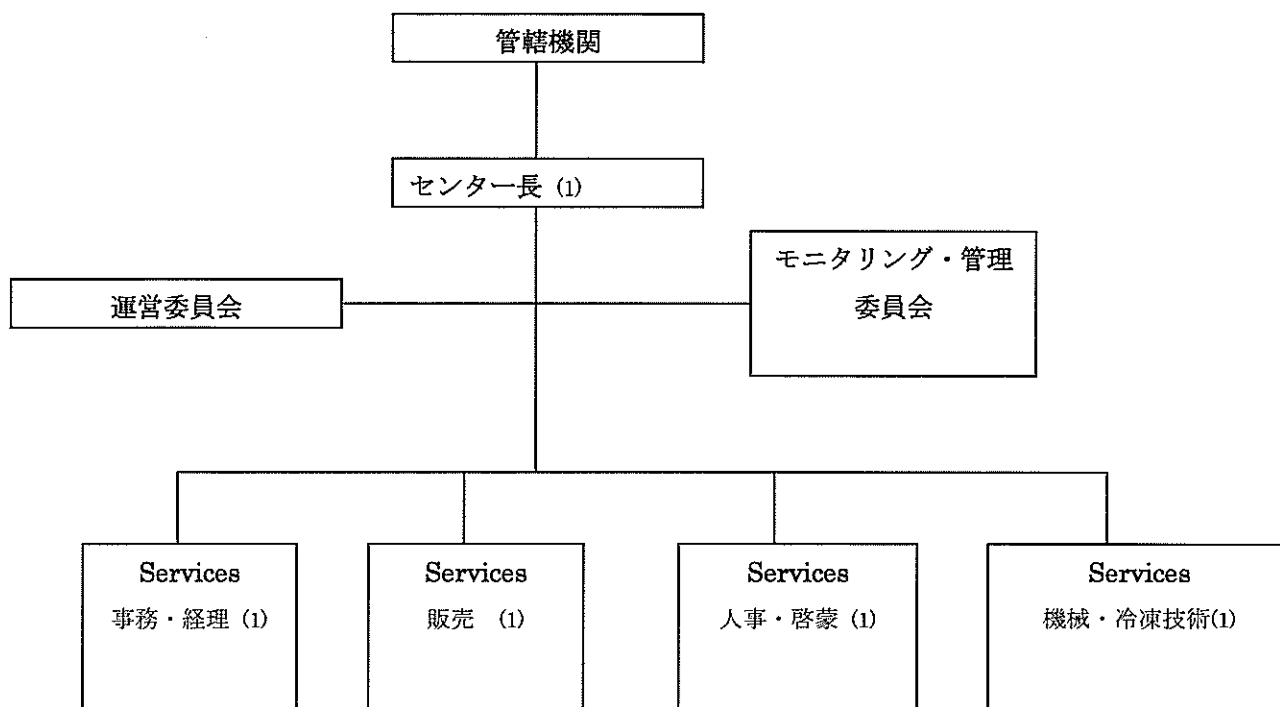
1. To secure a lot of land necessary for the Project;
2. To clear and level the site for the Project prior to the commencement of the construction;
3. To provide a proper access road to the Project site;
4. To provide facilities for distribution of electricity, water supply, telephone trunk line and drainage and other incidental facilities outside the site;
5. To undertake incidental outdoor works, such as gardening, fencing, exterior lighting, and other incidental facilities in and around the Project site, if necessary;
6. To ensure prompt unloading and customs clearance of the products purchased under the Japan's Grant Aid at ports of disembarkation in the Recipient Country;
7. To exempt Japanese nationals from customs duties, internal taxes and fiscal levies which may be imposed in THE RECIPIENT COUNTRY with respect to the supply of the products and services under the verified contracts;
8. To accord Japanese nationals whose services may be required in connection with the supply of the products and services under the verified contracts such facilities as may be necessary for their entry into THE RECIPIENT COUNTRY and stay therein for the performance of their work;
9. To bear commissions, namely advising commissions of an Authorization to Pay (A/P) and payment commissions, to the Japanese foreign exchange bank for the banking services based upon the Banking Arrangement (B/A);
10. To provide necessary permissions, licenses, and other authorization for implementing the Project, if necessary;
11. To ensure that the facilities constructed and equipment purchased under the Japan's Grant Aid be maintained and used properly and effectively for the Project; and
12. To bear all the expenses, other than those covered by the Japan's Grant Aid, necessary for the Project.

Major Undertakings to be taken by Each Government

NO	Items	To be covered by Grant Aid	To be covered by Recipient side
1	To secure land		●
2	To clear, level and reclaim the site when needed		●
3	To construct gates and fences in and around the site		●
4	To construct the parking lot	●	
5	To construct roads		
	1) Within the site	●	
	2) Outside the site		●
6	To construct the building	●	
7	To provide facilities for the distribution of electricity, water supply, drainage and other incidental facilities		
	1) Electricity		
	a. The distributing line to the site		●
	b. The drop wiring and internal wiring within the site	●	
	c. The main circuit breaker and transformer	●	
	2) Water Supply		
	a. The city water distribution main to the site		●
	b. The supply system within the site (receiving and/or elevated tanks)	●	
	3) Drainage		
	a. The city drainage main (for storm, sewer and others) to the site		●
	b. The drainage system (for toilet sewer, ordinary waste, storm drainage and others) within the site	●	
	4) Gas Supply		
	a. The city gas main to the site		●
	b. The gas supply system within the site	●	
	5) Telephone System		
	a. The telephone trunk line to the main distribution frame / panel (MDF) of the building		●
	b. The MDF and the extension after the frame / panel	●	
	6) Furniture and Equipment		
	a. General furniture		●
	b. Project equipment	●	
8	To bear the following commissions to a bank of Japan for the banking services based upon the B/A		
	1) Advising commission of A/P		●
	2) Payment commission		●
9	To ensure prompt unloading and customs clearance at the port of disembarkation in recipient country		
	1) Marine(Air) transportation of the products from Japan to the recipient	●	
	2) Tax exemption and customs clearance of the products at the port of disembarkation		●
	3) Internal transportation from the port of disembarkation to the project site	(●)	(●)

10	To accord Japanese nationals whose services may be required in connection with the supply of the products and the services under the verified contract such facilities as may be necessary for their entry into the recipient country and stay therein for the performance of their work		●
11	To exempt Japanese nationals from customs duties, internal taxes and other fiscal levies which may be imposed in the recipient country with respect to the supply of the products and services under the verified contract		●
12	To maintain and use properly and effectively the facilities constructed and equipment provided under the Grant Aid		●
13	To bear all the expenses, other than those to be borne by the Grant Aid, necessary for construction of the facilities as well as for the transportation and installation of the equipment		●

カシーン漁業センター組織図



- 会計 (1)

- 財務 (1)

- ロジスティックス(1)

- 運転手 (1)

- 警備員 (3)

- 氷販売 (1)

- 在庫管理 (1)

- 燃料販売 (1)

- 啓蒙 (2)

- 機械修理 (1)

- 製氷 (1)

- スタッフ (4)

センター正社員（職員）は23名と予定されている。非正規社員は含まれていない。

添付資料 2 詳細協議議事録

コンサルタント団員協議議事録 (1)

日時	平成 20 年 5 月 16 日 (金) 9:00~12:30 漁業省零細漁業総局長室／大臣会議室
出席者	Daniel Gomes 漁業省大臣 Cirilo Vieira 漁業省零細漁業総局 局長 Malam Mané 漁業省零細漁業総局 副局長 Mandú Camará 漁業省零細漁業総局 社会配慮担当 Jorge Silvano Gomes 漁業省零細漁業総局 施設・技術担当 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<ol style="list-style-type: none"> 1. 調査団の歓迎挨拶、出席者の紹介 2. インセプション・レポートの説明 <ul style="list-style-type: none"> ・調査スケジュール内容 ・無償案件の状況変化説明 ・車両、船舶の再検討、コミュニティ開発の導入の説明 ・質問票の内容説明と資料・情報収集への協力依頼 3. 漁業省の方針と計画への期待と要望 <ul style="list-style-type: none"> ・貧困削減（教育、保健の充実） ・南東部地域の開発（南東部地域は「ギ」国の独立に貢献した地域である） ・漁業、農業の活性化による地域住民の生活向上 ・内陸部への鮮魚流通改善のためにはプロジェクトに保冷車両を含めることが不可欠 4. 大臣表敬における大臣発言要旨 <ul style="list-style-type: none"> ・調査団の来訪を歓迎し、予備調査には全面的に協力する ・10年前の紛争は今では和解が進んでおり今後再び紛争に発展することはない ・このプロジェクトは地域住民が待ち望んでおり、早急に実施して欲しい ・前回の調査（社団法人海外水産コンサルタント協会が平成19年7月に実施した海外漁業協力効率化促進事業調査）からすでに1年経過しており、実施に至るプロセスが長いので早く実施出来るよう検討が必要 ・環境配慮は漁民生活の向上などの社会配慮を優先して検討を望む ・漁業における流通の担い手は女性が主であり、カシーン村の外での販売流通活動にはサポートが必要でありそのためには車両が不可欠で、プロジェクトの鍵となるものである ・ブバ地域では成人識字教育のコンポーネントを零細漁業プロジェクトに取り入れた。この現場を一度視察してほしい <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (2)

日時	平成 20 年 5 月 16 日 (金) 14:30~15:30 教育省 成人教育・初等教育局会議室
出席者	相手先： 教育省 Maria Francisca Medina Dabó 教育省成人教育・初等教育局長 Mamadu Saliu Jassi 教育省情報局長 Malan Mané 漁業省零細漁業総局 副局長 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 教育省の教育現場での状況説明</p> <ul style="list-style-type: none"> ・慢性的な予算不足のため、教育省では職員、教員の 3 ヶ月給料遅配が続いている ・施設の改修や建設が行えず、また停電による業務の停滞がある <p>(1) 成人教育 2005 年には成人教育として 3 つのコースを全国の教育センターで実施している。</p> <ul style="list-style-type: none"> ・ポルトガル語教育 ・クレオール語教育 ・マテ語、フラ語等の少数言語教育 <p>ポ語以外は生活上役に立たないという評価を得た。2005 年および 2006 年にキューバの援助でポ語教育の「アルファテレビ教育 (ビデオと講義を組み合わせた教育プログラムのこと)」を NGO (PLAN、ACTION、SIDA) の協力で実施して成果上げた。4 ヶ月間コースで 1 日に 2 時間日 (ビデオ 30 分+講義 90 分)。全国 80 か所で、住居の部屋を教室に改造しソーラーシステム (太陽光発電パネルと充電式蓄電池による)、ビデオ、TV が整備された。教育省から指導員を派遣している。指導員は地元の 11 年卒業 (義務教育 6 年、中学と高校の 5 年合わせて 11 年) 以上を対象に養成している。このプロジェクトの職員は 2 年間の給与遅配のため、活動が滞っている。</p> <p>(2) 託児所 カシーンでは、プロテスタント教会が託児所整備、幼児教育を行っている。</p> <p>(3) 本計画への採用 本計画に成人教育、託児所の計画は含まれる。 手続きは</p> <ol style="list-style-type: none"> ①漁業省がスペースを建設提供する ②教育省が審査 ③指導員の養成と派遣、ただし、給与は漁業省負担となるであろう。 <p>教育省は技術サポートをする カシーンには小学校はあるが、中学校は無い。中学に進学するためにはブバまで通う必要がある。ブバに親戚等がない子供は中学に進学ができない。</p> <p>2. 職業教育 中等教育に職業教育を含める計画を実施している。施設が整っていないため、十分な職業教育を実施できない状況であり、特に理化学の実験室は全く整備されていない。</p> <p>3. 義務教育 義務教育期間は小学校 6 年制とされ、教科書を含め全ての費用は無償で実施することが 2000 年に定められた。しかしサポート基金が設立されなかったため義務教育を実施するための予算がないことが現在の課題である。 過去には年 1,250 FCFA (約 2 ドル) /人の経費で教育が運営していたが、現在ではその予算も無くなってしまった。教育予算の大部分は教員の人件費で無くなってしまいう状況で、ほとんどの教育運営は UNICEF の援助によって賄われている状況である。教育インフラの整備は全く行われず、教育行政にかかる統計すらも整備されていない状況である。 教員養成が十分に行われておらず、都市部と地方の教育格差の問題も大きくなっている。教員の多くは給与未払いのため、生活が困難でアルバイトをするために都市部に残るものが多く、収入のない地方では生活出来ない。そのため、地方での教育は質が低下している。</p> <p>4. コミュニティ学校 地方の教育状況を改善するため、地域住民が集まって生徒一人当たり 500 FCFA 月 (約 1 ドル) 月を出して教員を雇用して教育を行っている。教師のいない公立学校から生徒がいなくなるが、小学校が運営されていない状況下やむを得ない状況である。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (3)

日時	平成 20 年 5 月 19 日 (月) 9:00 ~ 10:30 漁業省零細漁業総局会議室
出席者	相手先：アフリカ開発銀行 Noumouke Traore アフリカ開発銀行(AfDB) 「ギ」国代表部 漁業分野担当 Malan Mané 漁業省零細漁業総局 副局長 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. AfDB は、漁業セクター支援プロジェクト (2005-2009) を実施している。予算は 60 億 FCFA で、4 コンポーネントある。Institutional Support はすでに完了している。その内容は以下の通り。</p> <p>①人材育成</p> <ul style="list-style-type: none"> ・漁民 100 名の人材育成 ・仲買業者の人材教育と冷凍施設の維持管理研修機器修 20 名が受講済み ・輸出振興のための船長、荷捌き取扱い、品質管理の研修 (モーリタニア・ヌアディブ国立訓練学校で実施) ・漁業省 8 名の研修生がスペインにて経済、統計、海洋、生産の研修実施予定 <p>②調査支援</p> <ul style="list-style-type: none"> ・漁業調査センター (CIPA) のパソコン機材+運営資金 ・生物学専門家 2 名を モーリタニアに派遣 ・漁民・漁船調査 2007 年実施 ・流通体系、魚価 (仏文) 2006 年アンケート調査 セネガル人により実施 <p>2. 漁業管理の拠点整備計画 カシオ、カシーン、ブバケに漁業管理拠点を整備した。 12m 監視船 3 隻、事務所、通信、レーダー装備。土地確保、発電機は完了。 現在は中断を決定し、他ドナー依頼することでドナーを探している。</p> <p>3. ビサウ漁港整備 予算 35 億 FCFA (約 1,700,000 US\$) 建設開始は 2008 年 10 月予定 整備項目は以下の通り</p> <ul style="list-style-type: none"> ・既存栈橋を拡幅、延長 (杭式栈橋) 320m : 商業漁業用栈橋 ・既存岸壁の延長 ・2ha の民間運営による市場 (市場、加工、燃料) ・中国企業との JV による商業漁業輸出 (製氷、冷凍) <p>運営は漁業省、港湾局、使用者 (漁民、流通業者等) の運営委員会を設立予定</p> <p>4. プロジェクトの運営</p>

以上

コンサルタント団員協議議事録 (4)

日時	平成 20 年 5 月 19 日 (月) 10:00 ~ 11:30 港湾総局会議室
出席者	<p>相手先： 港湾総局 Jorge Aníbal Pereira 港湾総局長 Carlos Vaz da Cunha 港湾総局副局長 Joaquim Delgado 港湾総局 技師長 Duarte Barbosa 港湾総局 技師 Noumouke Traore アフリカ開発銀行 漁業振興担当 Malan Mané 漁業省零細漁業総局 副局長</p> <p>調査団：伊達、糸魚川、キムラ</p>
概要	<p>1. 港湾局の役割 12 海里の漁業活動を安全に実施するため、船舶操業監視は行う必要がある。 港湾局は河川、海上における構造物の建設及び維持管理の許認可、漁船を含む全ての船舶登録業務を実施統括している。</p> <p>2. 港湾構造物の許認可申請 本計画の栈橋（想定規模 300m）及び関連構造物の建設に当たり事前に以下の許可申請が必要。 ① 港湾局の許可申請 ② 施設の公共事業省の許可申請 ③ 環境影響評価の実施（環境省＋総理府（CAIA）） 港湾総局は、栈橋の幅が 2-3m では狭すぎるのではないかと、また、将来の維持管理を考え 3 トン積載車両の進入を考慮すべきである。また、幅 3m のコンクリート構造ではどのように維持管理するのか再度検討すべきである。栈橋の維持管理のための車両の調達を考慮すべきである。長さ 300m についてもサイトで再確認すべき。栈橋は人による少量の漁獲物の運搬に利用するため、維持管理が容易な資材による建設を考慮する必要がある。</p> <p>3. 漁船登録 毎年、漁船の船舶登録を行う義務がある。登録に要する費用は以下の通り。 「ギ」国籍 エンジン付き 88,688 FCFA エンジンなし 22,900 FCFA 外国籍 エンジン付き 176,632 FCFA エンジンなし 42,400 FCFA</p> <p>4. カシーン村の港湾総局事務所は市カシーン村アドミニストレーター事務所内に港湾局の支所があり、駐在員は以下の通り。 港湾総局カシーン担当 ガブリエル・コロレル 海上警官 ジョージ・フェルナ</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (5)

日時	平成 20 年 5 月 19 日 (月) 14:30 ~ 16:30 零細漁業総局長室
出席者	相手先：天然資源環境省 Eduardo Bill Vieira 天然資源環境省自然保護区域課長 Malan Mané 零細漁業総局 副局長 Mandú Camará 零細漁業総局 地方活性化担当 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. JICA 環境社会配慮ガイドラインの説明 天然資源環境省職員および実施機関担当者に対して JICA 社会配慮ガイドラインの内容を説明し、本計画における環境社会配慮手続および今後の調査日程について説明した。</p> <p>2. 「ギ」国の環境関連法の現状に関する聞き取り 「ギ」国では 1998 年に環境法が施行され、各種事業の環境影響評価の実施が義務づけられている。環境法および EIA マニュアル・ガイドラインの内容については別途資料を入手して確認する。EIA および IEE のシステムが存在し、環境評価は、総理府環境影響評価機関 (CAIA) が実施している。また提出された資料は CAIA の評価委員会が評価し、天然資源環境大臣が環境ライセンスを交付するシステムとなっている。これらの調査及び評価に要する期間は概ね 1 ヶ月程度である。調査にかかる費用は調査員の日当・宿泊費程度のものである。</p> <p>3. 自然環境保護について 自然環境保護は法律に基づき実施されている。地域の住民参加型で環境保全に取り組んでいる地域が多い。主要な自然環境保護地域としてはブバ、クファダ、カンタニエス、カシオなどが挙げられる。貴重生物保護に関しては、レッドリストが公表されており、これらの管理のため農業省の生物多様性・保護地域研究所 (IBAP) が活動している。調査対象地域周辺で生存が確認されているレッドリストに掲載された希少生物としてはサルの 1 種とオンサ (ネコ科の動物) の生息が確認されている。 (このときの聞き取り内容は、後日実施した環境総局長および CAIA コーディネーターとの協議において誤りの有ることが確認された。)</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (6)

日時	平成 20 年 5 月 20 日 (火) 11:00 ~ 12:30 保健省会議室
出席者	相手先：保健省 Nelson Molera 保健インフラ総局長 Malan Mané 零細漁業総局 副局長 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 医療リファレル 地域の人口に従って次の3段階の保健医療施設が配置されている。 一次医療施設 保健センター : 看護師、助産婦 二次医療施設 地方病院 : 医師が駐在、救急車 三次医療施設 中央病院 : 医師、入院施設、手術室、救急車</p> <p>2. カシーン村保健センターでの問題 ①出産を自宅で行うため、乳児死亡率が高い。 ②患者がセンターに来ない。村民は医療システムを敬遠している。 ③地方部の医療従事者がやめてしまうので、手当の25%増額の法律が閣議を通過した。まだ実際には支給されていない。</p> <p>3. 地方部での活動 ①出産をセンターで行うよう、ラジオ、TVを通じキャンペーンを実施中 ②HIV、AIDSの治療センター(NGO)設立</p> <p>4. 保健センターの給水システムにソーラーを採用 電気がないため、ソーラーシステムを採用しているが、以下のような問題もある。 ①太陽電池パネルの掃除をしないため、十分な機能が得られない ②バッテリー充電機の故障が多い</p> <p>5. 他の活動 ①食品安全基準の策定 食品安全基準は衛生感染症サービス課が担当して監視を実施している。 ②衛生検査班の巡回 魚市場等の食品鮮度状況を巡回して食品安全を管理している。 ③水質安全管理 井戸水の飲料の適正は申請に応じて研究所で検査を実施し、適正検査結果を発行している。 井戸の建設許可は天然資源環境省水資源総局が担当窓口である。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (7)

日時	平成 20 年 5 月 20 日 (火) 13:00 ~ 15:00 天然資源環境省環境総局長室
出席者	相手先：環境総局 トマスゴメスバルバス 天然資源環境省 環境総局長 Ivone Costa 環境総局 生物保全ナショナルコーディネーター 大臣補佐官 Guilherme da Costa 環境総局 生物多様性戦略部長 Nelson Justino Gomes 環境総局 砂漠化対策部長 Traore Noumouke アフリカ開銀 漁業開発担当 Antonio Tubento 零細漁業総局 零細漁業開発アドバイザー 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. プロジェクト概要説明 環境総局の会議参加者に対して零細漁業総局ツベント氏から本件プロジェクトの概要説明を行い、JICA 調査団の紹介を行った。</p> <p>2. 環境総局の提供する資料に関する概要説明 以下の資料の提供を受け概要説明を受けた。</p> <ul style="list-style-type: none"> ・ 国家環境管理計画報告書 「ギ」国における環境政策としては、2004 年に UNDP との共同で作成し国会承認を受けた国家環境管理計画が存在する。この計画が環境政策の基本であり、ガイドラインに当たるものとなっている。環境に関する基本的事項は全て網羅している。 ・ 環境変化に関する報告書 「ギ」国内の環境変化とその影響についてまとめた報告書である。 ・ 環境基本法 (案) 環境基本法は天然資源と自然環境の保全と活用管理を行うための基本となる法律である。本法は内容の修正などの影響で時間を要したため、国会承認がまだ行われていない。近いうちに提出され、承認される見込み。 ・ 環境影響評価法 (EIA 法) この法律が環境影響評価の根拠となる法律である。すでに閣議承認済みである。環境法と環境影響評価法はセットで承認される予定であったが、EIA 法だけが先行して実施された。 ・ 気象変動アクションプラン 砂漠化防止対策や森林保全対策など 9 プロジェクトについてその活動状況がまとめられている。今後より多くのプロジェクトを資金調達によって実施したいと考えている。また、他省庁との連携の上でより多くのプロジェクトを実施したいと考えている。「ギ」国は多くの国際条約に加盟しており、これらの条約の求める活動を実施することが求められている。 <p>3. JICA ガイドラインおよび環境社会配慮のための調査活動の説明 JICA 環境社会配慮ガイドラインの説明および無償事業で行う各調査段階における調査や必要事項、被援助国が果たすべき役割について説明した。その上でステークホルダー協議や IEE 調査への参加を依頼した。「ギ」国における EIA システムについて以下の説明を受けた。</p> <ul style="list-style-type: none"> ・ 「ギ」国ではすでに環境影響評価法が施行されており、全ての事業について EIA 手続の実施は必須条件となっている。全ての事業はその実施前に環境許可の取得が義務づけられている。 ・ EIA システムが導入されたばかりであり、運用については初歩的な段階である。法律施行前に着工した事業が多く実施中であり、追加的な EIA 実施がほとんどである。 ・ EIA 承認の最終的判断は環境省が行うが、実際の手続は総理府の CAIA が受け付け窓口となって実施することになる。 ・ 手続はプロジェクトの実施機関が CAIA に EIA 申請書類を提出することで開始される。CAIA は書類審査の後環境影響評価カテゴリー分類を行い、それぞれのカテゴリーに従った手続を行うこととなる。また評価に必要となる費用は実施機関が負担することとなる。 ・ 必要な資料が集まり、評価が終了すると環境省から実施機関に対して環境許可の交付が行われ、それによって事業を開始することが可能となる。 <p>4. その他 環境省はまだ極めて新しく、かつ小さな省であり、諸外国の支援を必要としている。将来 JICA の支援が受けられることを希望するとのコメントがあった。質問票に記載された資料は、可能な限り環境省が提供する。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (8)

日時	平成 20 年 5 月 21 日 (水) 8:00~8:30 生物多様性及び保護区域研究所 (IBAP) 所長室
出席者	相手先: 農業省 生物多様性保護地域研究所 (IBAP) Alfredo Silva 研究所所長 Antonio Tubento 零細漁業総局 零細漁業開発アドバイザー 調査団: 伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 自然保護区域とカシーンのサイトについて カンタナス森林保護区は昨日国立公園に昇格した。大統領が出席して公園の開設式が行われたばかりである。研究所は国立公園の管理に関する戦略計画を策定して、大統領に提出したところである。国立公園内の経済活動は制限されることになるが、自給自足的な生活は制限されていない。また、国立公園内での零細漁業活動は認められている。</p> <p>2. 環境保全バッファゾーンについて カンタナス森林国立公園の境界はカシーン川の中央線にあり、カシーン村は国立公園には含まれていない。しかし、境界線から 2km の範囲はバッファゾーンとして狩猟や植物の採取および商業漁業などの活動が制限され、取締りの対象となる。自然環境保全に対する特別の配慮を必要とする。カシーン川の間線から 2km 以内の場所が保全対象となる。カシーン川の川幅は約 2km であり、その中央から 2km となるとカシーン村全域がこのゾーン内に含まれる。また、カシーン村での経済活動も取締りの対象となる。</p> <p>3. 国立公園およびバッファゾーンの規制について 国立公園内および隣接の周辺バッファゾーンは経済活動規制が行われるため、常に取締りが行われる。規制内容は戦略計画に記載されているが、これらの戦略計画内容はまだ公表されていない。これらの地域 (国立公園内およびバッファゾーン) において事業を計画する場合には EIA の実施は不可欠であり、通常の EIA 調査に加え、国立公園調査 (IBAP が指定する調査) を行う必要がある。これらの調査内容は EIA のスコーピング時に明確になる。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (9)

日時	平成 20 年 5 月 21 日 (水) 9:00 ~ 9:50 エネルギー庁局長室
出席者	相手先: エネルギー庁 (電気局) Lamberto Soares Camará エネルギー庁 企画部 部長 Marcos Mané エネルギー庁 エネルギー庁 技術補佐官 António Tubento 漁業省零細漁業総局 アドバイザー 調査団: 伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. エネルギーに関する法律改正を巡る情勢 2007 年にエネルギー法が施行され、電力の自由化と民間企業の電力事業への参入の自由化が行われた。しかし、民間企業で電力に参入を計画している企業はキネルソル社 1 社のみで首都の一部地域の配電を計画しているのみ。国内の主要地域は参入予定の民間企業参入がないため、各州知事の管理下にある。電力供給の行われている地域は国全体の 2%に過ぎず、昨年まで軍が全国の電力施設を管理していたが管理出来ず放棄されたため、システムが機能しなくなり、全国で停電が続いている。</p> <p>2. 国内の電力システムの現状 国内で最大の電力システムは国の東部にあり、パファタ・ガブ送電システムと呼ばれている。これは、旧ソ連の支援で建設された 30KV 110km の送電システムであり、エネルギー庁が管理している。しかし現在発電と送電は止まったままである。そのため、国内の発電および送電網全体が機能していない。ビサウ市内では現在、電力公社が運営しているが、電力供給は昼間の一部の時間帯に限られ、夜間はほとんどの需要家が自家発電で賄っている。首都でも電力供給は安定的に行われておらず、自家発電も燃料価格の高騰によってホテルなどの一部の施設で行われているのみであり、一般家庭には全く供給されていない。</p> <p>3. 国内の電力供給を改善する計画について AfDB プロジェクトで OMGB (ガンビア川流域資源活用計画) による送電計画が進められており、ギニアから「ギ」国を経由してセネガルに至る大送電網建設計画があり、すでに一部は着工されている。この計画によって「ギ」国内に割り当てられる 90MW の電力で国内の需要量を賄う予定である。このプロジェクトは、セネガルのサンバガル、ギニアのカレタにダムと発電所を建設し、225kv の送電線路を 218km 建設し、4 箇所の変電所でネットワークを構成するもので、すでにマスタープランは完成している。このプロジェクトの完成によって「ギ」国内には電力ネットワークが完備する事になる。</p> <p>4. 配電に係る規格と基準及び標準電力料金について 先ず、国内で電力の供給および販売を目的とした事業を行う場合には事業免許の取得が必要である。これはエネルギー庁に申請書を提出し、審査を受け、事業免許審査に合格しなければならない。免許が交付されてから、エネルギー庁に事業者登録を行った後、工事に着手することができる。電気工事を行う場合は、工事免許を持つ事業者が行うことになる。素人が行ってはいけない。また工事完了後には検査が行われ、合格しなければ、事業を開始してはならない。工事にあたり、国内での配電に係る基準は架空、地中の両方共設定されている。これらの基準を満たしているかどうかを検査する。工事には電灯線には 1.5mm、コンセントには 2.5mm、3kw 以上の電力消費の機器には 4.0mm 以上の電線の使用が規格となっている。 電力料金は会社の経営の事情に応じた料金設定が可能である。工場等の余剰電力は安く販売されている場合がある。通常は需要家の電灯数(消費電力)による定額制が導入されている。電力メーターによる従量制の販売も行われており、この場合は 0~30kwh 86 FCFA、31~50kwh 160 FCFA、50kwh 以上 320 FCFA が基準価格となっている。これらの料金は一律であり、家庭用も工場も、単相も 3 相も同じ価格である。</p> <p>5. カシーン村電化計画 10 年前の漁業施設計画では、日本の支援によるカシーン村の村落電化計画が進められていた。その配電図面をエネルギー庁が保管している。この計画について、今後どのような方針で臨むのか? 漁業省がカシーン村電化事業を行う計画があるかをエネルギー庁は確認したいと述べている。当時計画された図面によるとカシーン村配電計画は 1991 年に策定されたプロジェクトが基本になっており、それ以降かなりの社会状況変化があり、計画の大幅な見直しが不可欠であるとエネルギー庁では考えている。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (10)

日時	平成 20 年 5 月 21 日 (水) 10:00 ~ 11:00 FAO 代表部事務所 所長室
出席者	相手先：FAO「ギ」国代表部 Rui Jorge Fonseca FAO「ギ」国代表（農業技術者） Antonio Tubento 零細漁業総局 零細漁業開発アドバイザー 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. FAO の統計データについて FAO が所有する「ギ」国の統計データシステムは存在するが、過去 5～6 年のデータが無いため最近の傾向は全く不明である。漁業統計についても、漁業省にデータの提供を依頼しているが、全く回答がない。そのため、今後の予測も出来ない状況である。この状況は国内のどの分野においても同様であり、国全体の状況が把握出来なくなっており、極めて深刻な事態であると考えられる。</p> <p>2. 零細漁業戦略について FAO が作成して漁業省に提供した零細漁業戦略には、全国 5 箇所の零細漁業センターの設置を提案しており、その中には今設置が進められているカシオ、ピオンボ、カシーンが含まれている。そしてこの戦略の中でカシーンは日本の援助で設立することが明記されている。更に日本の支援による活動強化を提案している。この戦略は現在国会承認を待っている状況である。これらの漁業振興戦略の他には、FAO は、一件当たり 5,000 ドル程度のプロジェクトを各地で展開する方向で検討している。内容としては、漁民支援、資材、保存、加工支援などを考えている。漁業分野の支援の認知度は極めて低く、うまくアピールすることが必要と思われる。</p> <p>3. 漁業以外の支援について この数年間に FAO はカシーン地区で米とピーナッツの種子供給プロジェクトを実施している。3 年前の 2005 年には婦人グループを対象とした改良かまどによる燻製の訓練センターを設置した。施設の運営は地元の婦人グループが実施しており、現在も利用され機能している。これはマイクロプロジェクトの一つであり、費用は 8,000 ドルであった。</p> <p>4. その他のアドバイス カシーン村での安全上・治安上の問題はない。道路が悪いのでアクセス上の問題はある。婦人グループが加工・流通を担っており、事業展開の鍵を握っている。プロジェクトには最初から婦人グループを関与させることが継続性を図る上で重要なポイントである。 村では ADIM という NGO が漁業ネットワークの支援活動しており、本部はビサウにあるので連絡すること。アフリケアという NGO が自然保護活動を行っている。 地域産業の発展を考えた場合、流通が非常に弱い。これは南部地域全体に言えることではあるが、道路などの社会インフラの整備の遅れもあり、経済活動が制限されている。ポテンシャルは高いが、アクセスが悪いため、流通が極めて困難となっているところが大きな課題である。 地域の医療、教育には大きな課題を抱えている。特に飲料水の不足は地域の深刻な問題となっている。井戸はあるが、飲用に不適で乾期には枯れる。そして雨水の利用など全く行われていない。地域のもっとも多い疾病はマラリアである。医療施設はあるが、アクセスが困難であり、移動手段の確保が地域医療の大きな課題でもある。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (11)

日時	平成 20 年 5 月 21 日 (水) 14:00 ~ 15:30 保健省衛生感染症総局会議室
出席者	相手先：保健省公衆衛生感染症総局 Agostinho Gomes Betunde 公衆衛生感染症総局 副局長 Maurício Serafim da Góia 衛生感染症サービス部長 Antonio Tubento 零細漁業総局 零細漁業開発アドバイザー 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 公衆衛生感染症総局の活動</p> <p>公衆衛生感染症総局は、疾病予防のための活動を実施しており、地域の衛生改善のために日本の支援と共同で何らかの成果を上げたいと考えている。特に上下水と予防衛生の分野では協力出来る可能性が高い。これまでも全国各地域の各団体や協会とも連携してトレーナーズトレーニング（指導者養成）を実施している。</p> <p>2. 感染症予防のシステム</p> <p>感染症が拡大する背景には情報不足がある。情報の少ないところに感染症が蔓延する事が多い。そのため、保健センターに一村一人の指導員を配置して予防のための活動を行っている。現在医療は治療がその主流となっているが、公衆衛生を進めるためには何よりも日常的な予防が大切である。そして公衆衛生の促進なしに地域の発展は望めないと考えている。</p> <p>もう一つの課題はゴミ処理のことである。国内でゴミの回収を行っているのは首都のピサウのみであるが、それでも 20%程度しか回収出来ていない。そして回収したゴミをため込むだけで処理は行われていない。ゴミの適切な処理は感染症予防の観点からも不可欠であり、そのための施設が必要となる。</p> <p>3. 飲料水の問題</p> <p>国内で十分な飲料水が供給出来ていない。水道の普及率は市民の 5%に過ぎない。大半の市民は井戸水を利用しているが、これらの井戸は大部分が汚染されている。それは、井戸の近くにトイレや雑排水の施設が有ることに依るものである。水に起因する感染症の発症率が高いのはこれらの生活上の環境に依るものであると考えられる。この要因には都市計画が無いこともあり、排水施設の隣に井戸を掘らざるを得ないという状況があり、行政の責任でもある。</p> <p>4. その他の衛生問題</p> <p>都市でも田舎でもマーケット(市場)には最低限の衛生設備が整っていないところがほとんどである。地方自治体などの行政が市場施設を管理しながら、基本的な衛生設備すら備えられない状況は早急に改善しなければならない。雨期にはコレラが周期的に発生することが解っている。多数の死者が出て地域はパニックになることが多いが、安全な飲料水の確保、市場の衛生管理、適切なトイレの設置、ゴミ処理などが整えば、十分にコントロールが可能であると考えられる。発生した後の対策よりも、予防に力を入れることがいかに経済的で効率的であるかが過去の事例からも明らかである。都市も田舎も上下水の考え方をしっかりとつこと、行政が都市計画をしっかりと作成して市民に示すことが必要であると考えている。</p> <p>5. 感染症予防と漁業プロジェクトとの関連</p> <p>零細漁業施設を整備するに当たり、各施設は WHO の基準を満たすこと。井戸とトイレとの距離は 20m 以上離すこと。トイレを作った場合には衛生管理に市民を参加させることが必要な条件である。ゴミの排出や排水基準については天然資源環境省に相談して適切に進めること。食品加工の安全基準については WHO の国際基準に適合するように施設、設備、加工方法を検討することが求められる。現在基準は無いが、国会で基準制定の動きがあり、食品加工衛生基準が制定されれば、規制や取り締まりの対象となるので、基本設計段階で良く検討すること。</p> <p>6. 感染症予防の情報開示の方法と対策</p> <p>コレラは乾期にどこでも蔓延することが多い。これは飲料水によって感染することが多いためである。対策としては、飲料水の消毒、トイレの建設、手洗いの徹底と患者の隔離治療などである。これらの指導をラジオを通して行っている。遺体を自宅で保管する習慣もまた感染の拡大の原因となっている。また、カシーン村周辺には外国人キャンプが沢山あって、行政サービスが行われていないことも感染拡大の原因となっている。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (12)

日時	平成 20 年 5 月 23 日 (金) 10:20 ~ 16:30 現地サイト踏査
出席者	<p>相手先：村落内関係者協議</p> <p>Tcherno Tomás Camará カシーン村 村長</p> <p>Armando Abasse Camará カシーン村 長老</p> <p>Aissato Cassamá カシーン村婦人会 会長</p> <p>Djariatu Djaló カシーン村婦人会 副会長</p> <p>Idrissa Conte 漁民協会 会長</p> <p>Sadjo Baió 独立漁師</p> <p>Malan Mané 零細漁業総局 副局長、他同局職員</p> <p>調査団：伊達、糸魚川、キムラ</p>
概要	<p>1. カシーン村の歴史と背景(以下は村長、長老からのヒアリング結果)</p> <p>村名の由来は、「ヌシーニ」(バッファローの角の意味)で、祖先が決めた名前である。約 200 年前に村長の曾祖父が当地に移住して村落が始まった。当時は部族間で戦が絶えず、この地に避難してきたもので、避難の合図に角笛が使われていたことから、地名にもなったものと推察される。村長はいつも最初にこの地に移住した部族の中から選出される習慣になっている。今の村長で 4 代目となる。1952 年にポルトガルがこの地にやって来て、植民地統治が始まった。1970 年に独立戦争が始まり、そのときに兵員や軍事物資輸送のためカシーン村に棧橋が建設された。</p> <p>2. 地域の主要産業の状況</p> <p>主要産業としては農業、畜産業、漁業が挙げられる。しかしカシーン村の人々は元々農民で、漁業は得意ではなかった。農業栽培としては米、キャッサバ、豆類、サツマイモ、フルーツ(マンゴ、オレンジ、パイナップル、バナナ等)、オイルパーム、家畜飼育としては牛とヤギ、それにオイルパームと森林の炭焼きが主な産業である。漁業は、主に農閑期に行う。漁具(船や網)が不足しており、国に支援を求めている。</p> <p>「ギ」国全体でも国民はほとんどが農民であり、漁業は得意ではない。独立後に漁業振興を図っているが、商業漁業は独立後に活発に行われるようになったものである。</p> <p>人口は 12,670 人(1994 年)、増加率は年 2%、現在の推定人口は 14,000 人と考えられる。</p> <p>「ギ」の南部にある全漁船の 24%がエンジン付きで、これらの 84%は外国人の所有である。そのため、漁業資源の大部分は周辺諸国の国外に流れ、国内には流通していないのが現状である。</p> <p>村内には仕事がないので、多くの子供たちは首都に出稼ぎに出ている。</p> <p>3. 社会インフラの状況</p> <p>カシーン地区には公立学校が 4 校、私立学校 1 校あり、このうちカシーン村には公立小学校 1 校と私立学校 1 校の計 2 校がある。病院一箇所(ほとんど機能していない)、井戸 40 本のうち多くが塩水化と涸れ井戸である。飲料用水の出る井戸は 1 箇所のみ。</p> <p>水は飲用する際にボイルするか薬を入れて殺菌する。そのまま飲用する場合もある。雨期には屋根の下にバケツを置いて雨水をためて利用することもあるが、専用のタンクなどはない。水質が悪いことは皆知っているが、他に方法がない。</p> <p>夜間の照明はローソクを使用している。NGO の ADIM が配電のための配線を行ったが、送電されていない。ADIM の客が来たときのみ送電しているが、一般家庭には送電されない。この ADIM のプロジェクトは水と電気を供給する約束ですでに 2 年間行っているが、まだ水も電気も供給されていないし、NGO の担当者も常駐していない。</p> <p>カシーン村へのアクセス道路は公共事業省が管轄しているが、改修計画はない。村人が出て年に 1 回道路修理を行っているが、人力でできる補修内容は限られている。路盤が軟弱で、もっと石を入れないと道はしっかりしないが、石を運ぶ手段が無いため、道路修理には困難を極めている。カシーン村と外部の交通手段としては、首都ビサウからの直行バスがあり(日曜と火曜日)、その翌日に首都に向かう。料金は片道 3,000 FCFA/人である。大きな荷物を持っていく場合には別料金(4,000~5,000 FCFA/50kg)かかる。バタファに行く場合にも同様であり、その場合にはバンバディンカでバスを乗り換える。</p> <p>村の外への通信手段としては、昔 JICA から供与された漁業省の HF 無線機があり、使用していたが、今は故障中で、修理にビサウに出している。携帯電話は電波が届かないため使用できない。しかし村の海岸で数ヶ所電波の届く地点があり、そこで利用できる事がある。現在は携帯電話の無線塔の建設工事中であり、あと数ヶ月で利用できる状況となる予定。</p> <p>村内にある政府及び行政機関の出先は、教育、保健、市役所、国境警備隊、税関、港湾局、森林局が事務所を持っており、軍隊が駐在している。</p> <p>4. 女性グループの活動(女性グループのヒアリング結果)</p> <p>1) 設立:</p>

内戦直後の2000年に設立した。目的は魚類の加工（塩漬け、スモーク、塩乾）販売である。現在メンバーは130名、内6名が幹部である。

2) 活動：

主要な活動はボンガのスモーク加工及びその流通促進で、港に入る漁船から魚を直接現金で仕入れ、それを燻製加工する。販売加工はそれぞれ個人で行う。価格は5 FCFA/1匹、多い日には500匹ほど買い入れてその日の内に加工する。毎日の加工品をためて製品が50~100kg程度たまった段階で市場に持って行くか、買いに来る仲買人に売る。

魚が捕れる時期は5~10月までの雨期の期間に限られ、また15日間隔の出漁と休漁の期間があるため、その時期に合わせて加工と販売活動を行っている。

婦人会の中で対立があり、選挙を行って新体制を決めた。しかし、選挙に敗れた前会長は政府からの支援であるマイクロクレジットの資金や、FAOの支援で設立した加工センターの機材引き渡しを拒み続けており、行政官の調停を行ってもらったが、埒が開かず、現在も活動の支障となっている。塩漬け加工を行うためには、これらの道具が不可欠であり、利用できない現状から、塩漬けや塩干加工は現在行っていない。ボンガのスモークのみである。

3) 訓練：

1年前に漁業省の技術者から魚の取り扱い方法、加工方法についての研修を1ヶ月間かけて行った。これらはFAOのプロジェクトで実施したものである。また10年前には塩漬けの講習、3年前にはスモークの講習を、さらに2年前にも能力強化研修を実施している。

4) クレジットシステム：

漁業省から受けた50万FCFAの基金を基にしてマイクロクレジットを開始した。昨年に婦人協会の選挙が有って以降、その基金の引き継ぎが行われず、中断したままとなっている。

5) 流通と収入：

昨年までは、流通業者がボンガを買い付けに村まで来ていた。また婦人会の管理する漁業省のトラックが有った頃は、内陸各地に輸送して販売していた。

ボンガの販売価格は50,000~100,000 FCFA/パック(200~400kg)であり、これらのパックを20パック程度トラックに積んで運んでいた。しかし今は輸送コストが高くなり、仲買人が買い付けにも来なくなり、輸送手段もないので、収入は激減している。

魚以外にはパームオイルや石けんの製造、バナナ加工など、農産物の加工・販売を行っている。

鮮魚販売はセネガルの業者が入ってきたが、3週間滞在したのみで撤退した。氷のないことが、撤退の原因ではないかと考えている。

5. 漁業者の活動状況（漁民代表へのヒアリング結果）

カシーン漁業協会キタペスカ協会の2つの漁民組織が有る。カシーン漁業協会のメンバーは124名、幹部が6名で漁業促進による社会経済状況の改善が組織の目的である。基本的にこのような組織を作る目的は、ドナーからの支援受け入れの窓口を作ることであり、婦人グループと同じである。漁業者の利用する漁具の数が限られており、これらの漁具を使い回しするためのシステムを作っている。カシーン漁業協会は30人のグループを作り、15日間隔で漁を行うもので、一つのグループは2月に1度の漁を行う事になる。

漁具を持っている人が協会に漁具を貸し出し、その収益の一部(一定割合)を漁具の持ち主に分けるシステムである。協会が管理する船は40隻、内3隻はエンジン付き、網はフックラインとサラウンド、28mm、30mm、32mm、70mmメッシュの800~1000mがある。

魚種はバラクーダ、ハーグレー、コルビー、タイ、バンター等が年中獲れる。ボンガが一番経済的に獲れる魚である。ボンガは安いのでバラクーダなどの高級魚を狙えば収益は何倍も高くなる。価格は5年前から変わっていない。漁獲量は減少傾向にある。雨期は海が荒れるので、リスクが高いが漁獲も多い。特に満潮期の15日間には漁獲が多い。引き潮と共に出漁して満ち潮時に戻るのがパターンである。一回の出漁で100kg/カヌー、3000kg/エンジン付き漁船程度の漁獲がある。

6. 村落の課題と問題点、対策検討（漁業省担当者との協議）

プロジェクトサイトにおける問題点と確認事項としては以下の項目が挙げられる。

- ・土地問題（敷地内の住宅移転問題） 村行政官と対策を協議する。
- ・加工施設（FAOの建設した既存加工施設） 婦人会と対応を協議する。
- ・電力施設（村落配電について） NGO/ADIMと今後の計画を確認する。
- ・給水施設（井戸および生活用水の問題） 村落内の状況確認後村行政官と協議する。
- ・教育施設（学校の課題の確認） 校長に現状を確認する。
- ・医療施設（病院の活動内容の確認、発電機と給水の要請あり） 医師に現状を確認する。
- ・行政の課題確認（港湾局、行政官等との協議） 施設の利用状況の確認
- ・その他のインフラ確認（栈橋予定地域の海岸と水深の調査）
- ・村民の生活状況の確認（カシーン村と周辺キャンプの状況）
- ・製氷機の能力（氷の需要と価格の推定） NGO/ADIMの計画内容を確認する。

以上

コンサルタント団員協議議事録 (13)

日時	平成 20 年 5 月 24 日 (土) 10:20~15:30 カシーン村社会基盤確認現地踏査及び協議
出席者	相手先: カシーン村関係者 (婦人会、病院関係者、学校関係者、漁民代表、村落行政長官、他) Malan Mané 零細漁業総局 副局長 他漁零細業総局職員 調査団: 伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 施設見学確認 (東側の村への入り口から道路に沿って沿岸までの約 1km の踏査)</p> <ul style="list-style-type: none"> ・ 私立学校長住宅 (不在) ・ 飛行場 (草と灌木に覆われている) ・ 病院 (患者利用が極めて少なく、保健省無線設備設置工事中) ・ 私立小中学校 (生徒数が多く施設が不足) ・ 個人所有の井戸現状及び利用状況確認 (14 本) ・ 村落行政官事務所協議 <p>2. 病院の活動状況 (医師、看護師へのヒアリング)</p> <ul style="list-style-type: none"> ・ 1980 年開設の第三段階の治療施設で医師 1 人 (就任 3 年目)、看護師 3 名、準看護師 4 名による 24 時間医療体制を実施 ・ 入院病床 24、出産施設、治療・処置施設、医薬保管・配給施設、電気・水道施設 (停止中)、救急車 (故障中) を有する。保健省の委託を受けた業者が無線の設置工事中 (ソーラーパネル充電方式) ・ 周辺村落担当範囲を巡回診療、指導・啓蒙、予防接種の実施、移動は医師が個人のバイクを利用、移動費用は医師の自己負担 ・ 外来患者数が極めて少なく、手遅れの状態で、拠点病院への移送中に亡くなるケースが多い。患者の移送手段も無く、個人での移動が原則。 <p>3. 小中学校の活動状況 (校長へのヒアリング)</p> <ul style="list-style-type: none"> ・ 村落内に公立学校 1 校と私立 1 校の計 2 校あり、そのうちの 1 校ベツチェル・エバンジェル学校は、1997 年 10 月 7 日にブラジル人宣教師によって開設された私立学校である ・ 校舎は病院に隣接した道路沿いに位置し、4 教室と事務棟、運動場、井戸等の設備、電灯の配電設備はあるが、電源がないため利用されていない。 ・ 1~9 年生までのクラスがあり、生徒数は 187 名 (男 103、女 84)、教員は宣教師 2 名と地元教師 9 名、3 才以上就学前の幼稚園も併設し、成人教育も実施しており、来年から 10 年生のクラスを開設する計画 ・ 授業料は幼稚園 9,000 FCFA/年 義務教育 (1~6 年) 13,600 FCFA/年 高学年 (7~9 年) 18,900 FCFA/年、授業の時間帯は幼稚園から 4 年までが朝 8 時から 12 時まで、5~9 年が午後 2 時から 6 時半までとしている。 ・ 課題は教室が小さく、教室数が不足していること、教員の確保が難しいこと。入学希望者は多いが現在の学校の規模では対応が困難。図書館がなく、教科書などの教材が少ないこと。飲料水が不足。WFP による給食支援が打ち切られて以来宣教師が自己負担して継続している。 <p>4. 村落内井戸施設の状況確認</p> <p>井戸名称と状況</p> <ul style="list-style-type: none"> ・ 公共の井戸 <ul style="list-style-type: none"> ①病院前の浅井戸 手押しポンプ設置 深さ約 8m 周囲コンクリート固め処理 揚水量少ないが稼働中利用頻度高 飲用可 (村内唯一の手押しポンプ設置飲用水井戸) ②病院前の深井戸 水中ポンプ設置 深さ約 40m ケーシング、1 インチ揚水パイプ、病院内高架水槽に接続、NGO が製氷施設水源として利用するためにパイプと電源を設置し修復済み、製氷機工事のため NGO は井戸とパイプライン未利用、病院は発電機故障で休止中 ③ADIM/NGO 井戸 研修施設裏のトイレ横に設置した工事中の井戸 深さ 6m 水なし未利用 ④漁業省浅井戸 掘り抜き井戸 深さ約 5m 雑用水用に利用中、塩分混入飲用不可 ⑤漁業省計画サイト内深井戸 水中ポンプ設置済み ポンプ故障中未利用 ・ 個人所有井戸 <ul style="list-style-type: none"> ①村の長老所有の掘り抜き井戸 深さ約 7m 水枯渇により利用不可、かつては村内最大の湧水料が有った井戸 ②フィニケ井戸 深さ 7m 飲用不可、生活用水として利用中 ③スレカマラ井戸 深さ約 8m 2007 年に掘削した井戸で利用中、飲用不可 ④フンベリマネ井戸 深さ約 8m 井戸の上部コンクリート工事中 未利用 ⑤アルマンドカマラ井戸 深さ約 7m 古井戸飲用不可 生活用水として利用中 ⑥バンバリア井戸 深さ約 8m 飲用不可 生活用水として利用中 ⑦ラミニバ井戸 深さ約 7m 飲用不可 生活用水井戸として利用中

- ⑧アブレイジャロ井戸 深さ7m 飲用不可 生活用水井戸として利用中
- ⑨カマラ (婦人会長) 井戸 深さ8m 2001年掘削 飲用不可 塩水混入利用中
- ⑩ジャトバ井戸 深さ7m 飲用不可 生活用水として利用中
- ⑪アセコカマラ井戸 深さ8m 飲用不可 生活用水として利用中
- ⑫トマス井戸 深さ7m 飲用不可 生活用水として利用中
- ⑬カラモコカマラ井戸 深さ6m 飲用不可 生活用水として利用中
- ⑭カジカマラ (村長の父) 井戸 森の中の緊急用飲料水井戸 深さ5m 崩落し使用不可

5. 通信インフラ

村内の数カ所に携帯電話の通話可能地点がある。村内には郵便局があったが数年前に閉鎖された。無線機は漁業局、病院、NGO、警備隊が所有している。漁業局の無線機は現在ビサウにて修理中。ADIM/NGOの多目的施設の前で携帯電話会社が無線局の設置工事中。数ヶ月のうちに完成予定。

6. カシーンセクター(地方)行政官との協議

カシーンセクター行政官事務所の概要：スタッフ数9名、事務所、住民問題の把握と解決を業務とする。税金(人頭税)は廃止されたが、国会決議に基づき2009年より再開の予定。企業に対しては通常通り継続して徴税している。

カシーン村開発計画について：現在計画作成を公共事業都市計画省に依頼している。2008年10月に同計画案が策定され、速やかに施行される予定で手配を行っている。

計画の概要：計画には以下の項目が含まれる。

- ① 都市計画策定(村内の土地利用計画、区画整理と再配置計画、整備計画地域内住宅の移転計画、道路整備計画、村内電化計画、発電・送電・街灯整備計画等が含まれる)
- ② 上水道整備計画の策定(井戸の改良、手押しポンプの設置、配水設備の設置による給水システムを強化し、水質改善を図るための対策の計画策定と実施)
- ③ 中学校設立計画の策定(1~6年までの義務教育終了後の中等教育の実施)
- ④ 病院改善計画の策定(既存の病院施設の改善と維持管理によるサービスの向上・実施)
- ⑤ 計画の策定にかかる配慮事項
 - ・ 都市計画における全てのセクターのプロジェクトは参加型による持続性を図る手法を検討している。また、民間企業、NGO、海外パートナーの参加の可能性を含めて検討する。
 - ・ 土地利用計画の策定においては、居住区と産業区を区分し、産業の育成を図る一方、住民の生活の安定に寄与するような計画策定を検討している。しかし、既存の施設や計画は十分に配慮する予定。漁業プロジェクト予定地域の既存計画は十分に配慮する。
 - ・ 都市計画では村落内の2つの主要な大通りを整備して、居住区と産業区を区分し、開発を促進する方向であり、計画サイトはこれらのバッファゾーンとして位置づけられる。
 - ・ これらのカシーン地区開発計画の内容については州公共事業局と話し合っており、計画自体は公共事業計画省(本省)の計画局が策定することになる。
 - ・ カシーン開発計画の実施によって多くのパートナーが参加し地域活性化に繋がることを期待している。
 - ・ 都市計画省が策定する計画はあくまで案であり、変更もあり得る。また内容によっては実施出来ない場合もある。現段階ではまだ白紙の状態であり、明らかなことは言えない。
- ⑥ 地域の社会インフラ整備に関する漁業省の考え方
カシーン地区の社会インフラ整備に対する漁業省の考え方としては、本計画はあくまで漁業センター内のインフラや施設整備が目的であり、センター外のインフラ整備については、各事業を統括する省庁の部局があり、当該部局の計画および実施に任せ、漁業省はセンター内のインフラ整備のみに注力することとしたい。すなわち、センター内で発電を行っても配電設備の設置や運営は電力会社の実施に依存することとし、漁業省が中心となってセンター外の施設へ配電や施設の設置は行わない。また、井戸水をセンター外あるいは周辺村落に供給する場合でも水源は確保し供給するが、給水のためのセンター外の施設や運営は行わないこととする。基本的に水の供給は水資源総局が管轄し実施する業務であり、彼らの計画策定と実施に全て委ねることとし、漁業省およびJICAのプロジェクトはあくまで漁業センターの敷地内の計画策定および整備に特化することとしたい。
- ⑦ 既存棧橋の利用及び改修計画について
カシーン開発計画における既存棧橋の位置づけは未定であり、改修や利用の計画は無い。既存棧橋はAPGB(「ギ」港湾協会)が所有しており、近く民営化される見通しである。
行政としては、もし漁業省が既存棧橋を利用する意向があれば、そのように手配することは可能であると考え。一方、漁業省は既存棧橋の改修ではなく将来の漁業発展のためには、あくまで独自の棧橋を建設することが必要であると主張。

以上

団員協議議事録 (14)

日時	平成 20 年 5 月 25 日 (日) 10:20~11:30 カシーン村プロジェクトサイト IEE 調査協議
出席者	相手先：天然資源環境省他 Nelson Justino Gomes 天然資源環境省環境総局 干魃砂漠化対策部長 Malan Mané 零細漁業総局 副局長 他漁業省関係者 村落関係者、女性グループ代表、漁民代表 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 環境総局専門家のプロジェクト内容(要請段階)に関する確認 プロジェクトの構成及び事業概要は要請書に基づき以下の内容であることを確認した。 プロジェクト名 : カシーン村漁業施設建設計画 プロジェクト期間 : 2008 年から 2 年 プロジェクトコスト : 約 8.5 億円 プロジェクトサイト面積 : 44,150 m² 事業の施工会社 : 未定 主要な資材 : RC または鉄骨 栈橋の構造 : 未定(水中コンクリート利用の場合には水質汚染対策を考慮する) 資源管理の方法 : 環境に配慮して行う 住民参加 : 住民の意見を十分に設計、施工、運営に反映し、住民を工事に参加させること 災害の防止対策 : 海岸線に近いので、波による浸食対策に配慮する 地質/動植物への配慮 : 栈橋は浸食や堆砂の影響を受けるので対策を講ずること 施工時の廃棄物処理方法を考慮すること 運用時のプラスチック等の廃棄物の処理方法を検討すること</p> <p>2. EIA の実施スケジュール (環境総局に対する確認) 本プロジェクトでは EIA のプロセスを実施する必要がある。その手続は以下の手順で行う。 ① 本 IEE 調査の結果をまとめて報告書として CAIA、環境総局、零細漁業総局に提出 ② その報告書の内容に従って、零細漁業総局が EIA 申請書を作成して CAIA に提出 ③ 状況が変わりやすい雨期中の調査は避け、雨期前に環境調査を実施 ④ CAIA の事業のモニタリング審査を受け、事業評価し、環境ライセンスを取得</p> <p>4. 零細漁業総局副局長のコメント 漁業省零細漁業総局長の名前で総理府宛に EIA 調査実施の要請書を提出した。要請書には 6 月 15 日までに環境ライセンスを出してもらうように要請し、この要請書に基づいて総理府では手続を進めていることと思うと発言した。しかし、これらの要請は正式な EIA 申請ではないので改めて CAIA の書式による申請書の作成と提出が必要となる。</p> <p>5. ステークホルダー協議開催について 本件プロジェクトの実施にかかるステークホルダー協議を開催するに当たり、開催日程は 5 月 31 日(土)12:00 から、プロジェクトサイトの集会施設にて開催することを出席者全員が了承した。漁業省カシーン村担当者が参加予定者全員に連絡することとする。</p> <p>6. 女性グループの生活状況及び NGO の活動ヒアリングの実施 女性グループのメンバーに対する生活状況のヒアリング調査を実施した。 NGO (キタペスカ、ADIM) の活動状況のヒアリング調査を実施した。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (15)

日時	平成 20 年 5 月 26 日 (月) 10:00 ~ 14:30 サイト周辺漁民キャンプ踏査
出席者	相手先：カナミネ漁業キャンプ村民関係者ヒアリング調査 ドンキン シリベ 漁民リーダー 他漁民キャンプ住民(26名) Malan Mané 零細漁業総局 副局長他漁業省関係者 8名 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. キャンプの歴史について ビサウ人の漁民組織であるマランサリオ漁民協会が 80~90 年代にかけてこのキャンプを開設した。現在の住民数は大人 83 名、子供 37 名の合計 120 名である。村民のうち 28 名(男 14、女 14)が漁民である。人口は一定ではなく、漁業シーズンには人口が増加する。多いときは 200 名を越えることもある。40 名の外国人(男 32 名、女 8 名)がビサウ人と同様にキャンプ内で生活している。魚の加工を中心とする婦人会(ワラミワレ)が組織されており、これは 98 年の内戦時に設立された互助会である。</p> <p>2. 漁業及び加工について 漁獲は一級品とボンガに分けることができ、一級品は発酵塩干と塩漬けに加工される。またボンガは燻製にしてバファタやガブ、コナクリ等に輸送され、販売される。輸送経路は主にカシーンから陸路で公共の交通機関を用いて輸送される。高級魚のジャオベ、エスカラーダはセネガルに販売される。塩漬けは 12 月の季節料理としてビサウで販売される。加工品の輸送については「ロカテル」という輸送手配師がいてトラックの手配から輸送の段取りまで全て行い、この車でセネガルまで陸送することもある。海上輸送は危険でリスクが高いため行わない。販売は自分たちで独自のルートで行う。カシーンの婦人会と共同でトラックを運行することもある。 出漁は月のうち 15 日のみで、雨期が盛漁期である。雨期には 1 隻の漁船で 1 月に 1 トン近く漁獲がある。しかし、乾期はその半分程度になる。ボンガ用の船は 4 隻、一級品用の漁船が 3 隻あり、内 1 隻は修理中である。これらの漁船は女性が所有しており、漁民組織が船を借り上げ、その漁獲量に応じて借用料を支払う。漁師は男性、加工と販売は女性と分担が決まっている。現在新しい船を建造中である。完成後は漁民協会の所属となって漁獲物で使用料を払う事になる。この船のオーナーはセネガル人である。セネガル人は保冷設備も持ってきた。この保冷箱の中に氷と一緒に漁獲物を蓄え鮮魚としてセネガルに輸送する考えである。 ボンガのスモーク加工はキャンプの加工センター施設で行っており、個人の家では行っていない。スモーク用の燃料には枯れ木や倒木を利用しており、マングローブは使用していない。地域の住民は全てが漁民であり、漁が出来ないときには農業を行うこともある。食料はキャンプの裏の農村で米と魚を交換することにより得ている。</p> <p>3. キャンプ近郊の公共施設と社会インフラについて ①学校：キャンプ及びその周辺には学校はない。子供たちはカシーンまで通学している。月曜の朝出かけて寮に入り、金曜の午後にキャンプに戻る生活である。全ての子供が学校に行ける訳ではない。キャンプ内の 37 人の子供の内学校に行っているのは 7 人のみ。 ②交通：カシーンまでの交通機関は毎日朝と晩の 2 往復の定期便がある。料金は片道 750 FCFA/人である。カシーン以外の輸送用の船は存在しない。海上交通は料金が高くて、貨物輸送には利用していない。また、外洋は波が高くて小さい船は危険であり、更に水深が浅くて大きな船は航行が困難である。 ③病院：カシーンかエンベレーンのどちらかの病院に行く。カシーンのほうが近いが海が荒れることがあるため、オートバイで行けるエンベレーンに行くことが多い。 ④飲料水：生活用水は近くの 2ヶ所の井戸から取水している。このうち 1カ所は塩分が混じっているが、もう一方の水は良好で飲用にしている。 ⑤研修：キャンプで魚加工の研修が行われたことはない。参加したいと思っているが、機会がない。ADIM が研修計画を策定しているので、期待している。 ⑥成人教育：学校もなく、教育を受ける機会が全くない。カシーンに行くまでに経費と時間がかかる。キャンプで成人教育を実施してほしい。</p> <p>4. キャンプでの課題 キャンプでの生活上の課題をまとめると以下のようになる。 ① 漁具が不足 ② 移動手段がない、陸路、海路ともにアクセスが困難 ③ 学校がない ④ 成人教育が行われていない、識字率が極めて低い</p> <p>5. 漁業省との協議(零細漁業局の調査結果に関するコメント)</p>

- ①零細漁業施設計画の対象地域について
プロジェクトの対象地域はカシーンに魚の集荷が可能な範囲とするが、これまでに鮮魚取り扱いの実績はない。
- ②鮮魚の取り扱いについて
鮮魚として流通する魚種によって漁の方法が変わる。流通対象とする魚種をターゲットとした漁具、漁法、漁船、流通及びその体制を構築する必要がある。これまでの漁業システム全体の見直しが必要となる。また、鮮魚に対する氷の扱い方の指導が必要である。鮮魚を対象にプロジェクトを実施するが、加工の振興も同時に進める。
- ③環境保全に関する考え方
環境に対するインパクトの軽減をはかることが求められており、1990年以降、サメの乱獲を防ぐ対策を実施している。このような環境対策は今後も継続する。
- ④情報量の不足
漁業の現状を示す統計資料がほとんど無い中で、計画を検討しなければならない状況である。比較検討するデータがないため、裏付けが取れずリスクが高い。また、予測の精度が落ちることは仕方がない。

6. AfDB 漁業担当者からの JICA プロジェクトへのコメント

AfDB では漁村振興のプロジェクトを実施しているが、「ギ」国の漁業セクターは AfDB の経済ランクの分類では、「内戦状況下」の位置づけになっている。これは経済状況としては最下位のランクで全ての支援が返済義務を伴わない無償供与の形で実施されるものである。そのため、2008年現在、全ての AfDB の計画案件は無償であり、有償の資金協力事業は実施していない。ボラマで実施した漁業プロジェクトでは、地域経済の離陸のきっかけになるとの評価であった。

JICA のカシーンのプロジェクトには、分析、研究などのラボ機能とプロジェクト監視となるモニタリングの機能が不足していると感じる。また、魚類や海産資源の生態分析(研究)のコンポーネントも不足している。

AfDB はボケーケボ道路の建設を進めており、その交渉は今週中にも実施されることになっている。この道路が完成すれば、南東部地域の海岸連絡道路網が完備することになる。そのため、ギニアを含めたより広域の開発をターゲットとすることが可能となると考える。このような事情から JICA プロジェクトとしては、もっと広域（「ギ」国南東部地域全域）を対象としてもいいのではないかと感ずる。

ボンガはカシーンの特産であるが、その流通は広く内陸部に及んでいる。マリやブルキナファソ、モーリタニアなどの国でも重要なタンパク源として庶民に広く利用されている。そして、道路インフラの改良とともに、今後はカシーンの鮮魚がボンガに代わって内陸部に普及することが期待される。JICA プロジェクトの成果は広く西アフリカ全体に及ぶことも想定される。そしてプロジェクトの裨益人口は「ギ」国全体の国民の数倍から数十倍の規模が想定される。

以上

コンサルタント団員協議議事録 (16)

日時	平成 20 年 5 月 27 日 (火) 10:20 ~ 11:30	ブバ漁業調査
出席者	<p>相手先：ブバ漁業組織 Bernardo A. Vieira 漁業省ブバ駐在 財務運営部担当 Albino Arugaré 港湾局 ブバ駐在 Mamadú Jack Camará ブバ漁業協会会長 António Braímo Balde ブバ漁業協会 事務局長 Sene Nhabali ブバ女性協会 会長 Malan Mané 零細漁業総局 副局長他漁業省関係者</p> <p>調査団：伊達、糸魚川、キムラ</p>	
概要	<p>1. ブバの漁民組織と活動状況 ブバでは昔から漁業が盛んで、底引網漁などが行われていた。しかし漁場は絶滅が危惧される魚種の産卵繁殖場であったため、1993年にIUCNがその対策にやってきたのがプロジェクトのきっかけであった。漁民組織とIUCNとの協議によって漁業を行う際のルールを定め、漁民の生活を向上するための支援をIUCNが資金提供(短期クレジット)することで決着した。そのために漁民組織を改組して機能を強化し、自然保護のためのモニタリングや監視活動なども行うようになった。1994年にはIUCNと漁業省、漁民組織の共同で川の生態調査を実施した。その結果8~9月はバラクーダの産卵期に当たることが解り、7月末~10月の期間を禁漁期とすることとなった。また、60mm以下のメッシュの網を使わない事や他の魚の一本釣りのみ許されるというルールを作った。このルールを監視するため、その後の4年間は漁業省から監視員を派遣してもらい、川の生態系を守る活動を実施した。内戦で組織活動は中断したが、漁民の監視活動は継続して行われた。現在の活動は初期と比べれば相当に落ちているが、それは漁具が不足しているためである。協会が保有していた財源は、内戦時の難民の支援に全額使ってしまったことから、現在も協会の活動資金がほとんど無いことが課題である。 現在も約US\$25,000の監視資金をIUCNが負担している。このような監視活動の結果、現在でもブバ川の漁業資源は保全され、漁民が生計を立てることができる状況である。 漁民協会に所属しているメンバーは22名で、18隻の漁船がある。漁場は下流域20~30kmの範囲で、一日一人当たり400kg(300,000~400,000FCFA)程度の漁獲がある。</p> <p>2. 女性グループの加工・流通活動の状況 女性グループの組織はグランデブバ川流域魚加工婦人協会といい、会員数は30名である。加工は一級品のバラクーダの塩干のみで、これは高級魚として首都ビサウで販売している。二級品とその他の魚は鮮魚として市場で販売されている。鮮魚の流通はブバの市場へは徒歩で、ケボの市場へは公共交通機関を利用して輸送している。その日に取れた魚をその日の内に市場に輸送して販売する体制である。ブバには氷がなく、市内と数時間で輸送できる地域以外には鮮魚は流通していない。 塩干の加工方法は以下の通りである。 漁民から魚を引き取る → 鱗と内臓を取る → 塩を詰めてビニールで覆い、砂袋で加圧 → 3日後にビニールを外す → 乾期で3日間日干しにする → ビニール真空パックに包装する → 貯蔵・保管 販売は12月に首都ビサウに輸送し、市場で販売を行う。漁業省の倉庫などを利用して保管し、全ての在庫の販売が完了してからブバに戻る。市場価格は5,000FCFA/kgでどこでも一律である。原料の価格は250FCFA/kgであり、商品になると約20倍の価値となる。これはボンガなどの約10倍の価格であり、利益率は極めて高い商品である。 そのため、グループではバラクーダの塩干加工のみを中心として行っている。鮮魚の流通は子供たちが行い、これらの事業収益でメンバーの9割が自宅を新築している。塩干加工魚の需要は大きく、どれだけ作っても販売に困ることはない。氷があれば加工はもっと楽になる。課題は漁民の漁具が不足しており、魚の漁獲量が増えないことである。 市場は首都のビサウに集中しており、バファタやバブではほとんど売れない。これは東部と西部の食習慣の違いによるためである。塩干はクリスマスの食材であり、ポルトガルからもたらされたもので、首都ビサウにはその習慣が根付いているためである。</p> <p>3. 市場での流通状況の確認と氷販売状況の確認 ブバの市場では専用の魚売場があり、通年鮮魚が販売されている。しかし、調査時点では漁船が入港していないため、売り場にはまだ鮮魚見られなかった。 氷(ブロックアイス)は冷蔵庫で販売されていたが、漁業用ではなく主に飲料の冷蔵用として販売されている。魚の鮮度保持用としては利用されていない。氷はビサウから輸送されたもので、現地に製氷施設はない。</p>	
	以上	

コンサルタント団員協議議事録 (17)

日時	平成 20 年 5 月 28 日 (水) 10:20 ~ 11:30 BAFATA 市場調査
出席者	<p>相手先：バタファ市場関係者</p> <p>Alfa Sumah バタファ市場 卸業者 Buba Bangura バタファ市場 卸業者</p> <p>Bundo Camara バタファ市場 卸業者 Ussumane Djaló バタファ市場 卸業者</p> <p>Braima Jante バタファ市場 会長 Mauro du Alinjolo バタファ市場 事務局秘書</p> <p>Rubi Tcham 冷蔵庫委員会 会長 Suleimane Djaló 冷蔵区委員会 副会長</p> <p>Braïma Djaló 冷蔵庫委員会 施設部会長 Paulo N' reme 漁業協会 漁民</p> <p>Malan Mané 零細漁業総局 副局長、他零細漁業総局関係者</p> <p>調査団：伊達、糸魚川、キムラ</p>
概要	<p>1. 魚類販売の市場状況</p> <p>バファタは首都ビサウに次ぐ国内第 2 の都市で、周辺を含む人口は 270,000 人(2007 年)であり、食品市場としては国内最大規模である。バファタ市内には 3ヶ所の市場があり、そのうちの 2ヶ所で鮮魚および加工魚が流通取り扱われている。そのうちの最大規模の中央市場には加工魚の流通業者をはじめ、鮮魚流通業者が集中しており、国内の他、国外への流通拠点となっている。</p> <p>2. 加工魚の流通業者の状況</p> <p>加工魚の主体は燻製ボンガである。流通業者が軒を連ね、数十件の規模で集荷と卸が行われている。集荷は加工業者が直接持ち込む車もあるが、基本的には買い付け業者が産地を回って買い集めることが多い。集荷したものは、店先でも販売するが、梱包し直して、主に内陸国のマリヤブルキナファソに輸送されることが多い。取り扱いも極めて多く、数百トンレベルの流通が行われている。</p> <p>この加工魚を扱う卸業者の中では、カシーンからの加工魚も扱っている。カシーンの魚は他地域のものに比べてサイズが一回り小さいことが特徴である。</p> <p>市場内にいくつかの倉庫を所有する業者は、卸商人に倉庫を賃貸している。卸商人は倉庫業者から倉庫の一区画を借り受けてその倉庫を拠点として商売を行っており、通常は卸商人は倉庫も輸送手段も保有していない。卸商人は輸送手段も倉庫も持っていない。輸送は買い上げた人が自分で調達して輸送するシステムである。輸送はロカテルという輸送調整業者が車の手配を行っており、もっとも効率的な配車が行われている。このロカテルの競争によって流通コスト(輸送コスト)がかなり抑えられていると思われる。輸送手段を持っている人は細かな注文に対応出来るが、コストが高くなる。市場での競争力を高めるためには、大量に扱い、輸送専門業者を雇って安く輸送することがポイントである。3~6 月はカシューナッツの集荷でどこも忙しいので輸送力が低下する。雨期は道路が悪くなり南部へのアクセスは困難となる。7~9 月には市場に魚が品薄となる。この時期に多くのロカテルが活動して加工魚を集めてくる人が多い。</p> <p>3. 漁業省が設置した市場内の冷蔵施設</p> <p>市場の鮮魚売りの片隅には、漁業省が鮮魚流通改善のために 2005 年に設置した鮮魚用冷蔵庫(40ft リーフアーコンテナ)があり、そこで鮮魚を保管して流通させる計画である。冷蔵庫はまだ稼働していないが、冷蔵庫用に設置した発電機は市場内の売りに電気を供給し、市場内のストッカー冷蔵庫の電源として利用されている。また、これらの冷蔵設備の運営維持管理のための協会組織が 2007 年に設立され、その体制が整えられている。鮮魚は周辺の河川で獲った魚類が流通している。しかし、コンテナの冷蔵庫を動かすほどの鮮魚の流通量がないことが課題となっている。</p> <p>冷蔵庫管理協会の組織は会長以下 15 名の理事、会員数は 186 名に及ぶ。鮮魚流通の業者は女性が 8 割以上を占め、ここでも女性が流通の担い手である。</p> <p>4. その他の関連施設</p> <p>中央市場の他に、ムニシパルマーケット、ニャンバニャマーケットがある。ムニシパルマーケットは植民地時代に設置された遺跡のような古い市場で、大部分は使用されていない。その中の一部の売り場で衣料などが販売されており、周辺の住民が多少利用している程度である。また、ニャンバニャマーケットは青空市場で空き地に簡単な売り場を設けて、近郊で取れた鮮魚を専門で取扱っている。規模は小さく売り場は 50 区画程度である。</p> <p>ムニシパルマーケットの隣は河川港となっており、かつては舟運が利用されていたが、現在は全く利用されておらず、道路の陸上交通機関に 100%置き換わっている。この施設から市内で利用する水の給水がタンク車で行われている。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (18)

日時	平成 20 年 5 月 29 日 (木) 10:00 ~ 11:30 ADIM 本部社長室
出席者	相手先: ADIM (女性の開発と統合協会) / NGO Mamadu Seca ADIM 社長 (事務局長) ライ ローカルコーディネーター (社長の息子がカシーンプロジェクト担当) シルビア ロス マニテーズ/イタリアの NGO からの派遣監査人 調査団: 伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 組織について</p> <p>ADIM は 1995 年に設立した。トンバリ州がその基本的活動拠点であった。15 年以上の活動実績があり、特に女性を対象としたマイクロクレジットを中心として村落開発に関わる各種の事業を計画し実施した。その他には、農業支援、成人教育、食料安全、適正技術 (トウモロコシのミル、搾油等) を実施した。職員数は全国で 20 名、活動地域はビサウ、ビサゴ島、トンバリ州の 3ヶ所。活動に関わる主な資金源は、EU のコーファイナンスで実施している。イタリアの NGO/マニテーズと共同でプロジェクトを実施している。</p> <p>ビサゴ島でのプロジェクト資金はイタリアのマニテーズ、ビサウは UNDP (マイクロクレジット)、トンバリ州でのプロジェクトは EU、ベルギーのリルソック及びイタリアのマニテーズの支援によるものである。「ギ」国漁業省ともパートナーシップを結び、特定のプロジェクトについて行政をサポートしている。</p> <p>漁業分野のプロジェクトでは、コンポーネントに人材育成、住民への指導、環境保全対策などの多種の項目が含まれることが多い。</p> <p>2. カシーン村の漁業プロジェクトについて</p> <p>カシーン村の漁業プロジェクトは、2006 年 12 月に立案し、2007 年 2 月にプロジェクトを開始した。その後、12 月までに入札などを行い、2008 年に工事を開始した。</p> <p>プロジェクトの内容は、製氷機 2 台 (3.5 トン/日) と 20ft 冷蔵コンテナの貯氷庫、発電機 2 台 (15KVA、37KVA)、多目的施設、漁具 (漁網) が主要な項目である。</p> <p>6 月末にはフェーズⅡを開始する予定で、オペレーションを開始する予定で進めている。漁業の人材育成事業および漁業の試験操業もすでに完了した。残っているのは、資材調達の一部と機材運搬のトレーニングのみである。</p> <p>フェーズⅡの内容はソフトコンポーネントであり、漁民組織のグループ化、運営管理委員会の設置、製氷機の稼働、女性の加工訓練研修、婦人会施設のリハビリ、水産物の流通販売システムの改善 (婦人会と商人の調整) などが含まれる。また、国立公園内の取り締まり施設の設置、組織の構築、漁民組織の能力強化 (ボランティア) 漁民協会の販売能力強化なども計画に含まれている。</p> <p>これらのプロジェクトでは、6 村 (カンビニア、ガダマエルポルト、カディゴ、コンタイア、カナミネ、カシーン) およびカシーン川沿いの村を対象としている。</p> <p>また、対象となる組織は、各村の漁民協会と婦人会であり、商業組織は含まれていないが、地域の流通業者の育成とその支援を行う。ビサウの既存商人ではなく、現地のローカルトレーダーをターゲットとしている。これらはすでにカシーン、ガダマエルポルト、カンピアニの 3ヶ所に拠点を持っているトレーダーとコンタクトしている。カナミネにはセネガル人商人がおり、コンタクトしている。</p> <p>このプロジェクトの継続性を図るためには貧困対策と経済性向上の 2 つの側面が重要であり、ローカル商人との協調による事業推進が不可欠と考えている。</p> <p>3. プロジェクトの今後の方針</p> <p>フェーズⅠは、2007 年 2 月から 2008 年 2 月まで、予算は 17 万 5 千ユーロ (EU 支給分)</p> <p>フェーズⅡは、2008 年 3 月から 2009 年 2 月まで、予算は 10 万 8 千ユーロ (EU 支給分)</p> <p>フェーズⅢは、2009 年 3 月から 2010 年 末まで、予算は 10 万 8 千ユーロ (EU 支給分)</p> <p>となっている。予算額の内、マニテーズは EU 支給分の 30%を追加して支給することになっており、マニテーズがフェーズⅠで 5.3 千ユーロ、フェーズⅡ及びⅢで 3.3 千ユーロを追加支出する計画である。これらのプロジェクトは 2010 年までの三年間のプロジェクトであり、この期間に完了する予定である。</p> <p>15 日前に EU の調査団が現地に入り、プロジェクトの進捗状況を確認した。漁業省零細漁業総局の現地担当者と CIFA の担当者が EU 調査団に同行しその状況を確認している。(漁業省の話では、EU からのフェーズⅡ資金は凍結されており、ADIM に渡っていないとのこと。そのためフェーズⅡはいつ開始できるか不明とのこと。)</p>

4. プロジェクト実施上の課題

プロジェクトには多くの問題があるが、特に以下の点で配慮がもとめられる。

- ・ プロジェクトサイトへのアクセス道路
- ・ 現地での関係者間の連絡手段
- ・ 電力の供給システム
- ・ 水の確保
- ・ 保健衛生

製氷機や発電機などの機器設計は、専門家が計画したものではなく、ADIM の担当者が漁業省の技術者 2 人（シャンガイ、ジュリオ）に相談して決めた設計であり、コンサルタントの技術者はプロジェクトに関与していない。必要な情報はインターネットで取得して決めたもの。機材購入はマネテーズにイタリアでの調達に協力してもらった。今後の技術的サポートは国内の専門家と契約して維持管理を行う予定。サイトでの水の確保が困難で、日本の基本設計調査団が掘った井戸を使いたいと漁業省に申し込んだが、利用出来ないことがわかり、病院の既存井戸から導水する手配をした。保健省と契約して送水管の埋設工事を行った。ポンプ用の電気設備も工事を行っている。製氷機では 1 日に 3.5 トンの水を利用するため、その確保が課題である。また水質も問題がある。施設の裏手に緊急用の井戸を建設中である。病院の井戸を専門家に見てもたつたところ、3 トンの取水能力があるとの検査結果があった。この水資源を活用して村落給水事業を開始する計画である。マネテーズが村落給水のための追加資金の提供を考えており、村落の中心地に給水タンクを設置して水道建設を考慮している。

発電機はすでに 1 台設置し、漁業局、税関、学校、軍隊事務所および住宅に配電している。民間住宅への配電は運営管理委員会が設置されていないため行っていないが、全ての行政機関には配電済みである。電力は朝 8:00 から夜 7:00 まで供給することになっている。夜 7:00 から夜 11:00 までの電力供給の燃料を含め全ての経費は住民負担となる。しかし、住民は電気代を払える状況ではなく、当初から住民への電力供給は計画していなかった。行政への配電はプロジェクトの経費で行っている。配電設備が不適切であることは承知している。

多目的ホールはセミナーや講演、人材育成事業に用いる予定。住民の健康維持・管理促進のために、病院に配電を行った。

陸上の輸送経路については、考えていない。トレーダーに任せる考えである。通信手段はあと 2 ヶ月で携帯電話のアンテナが完成するので、それが機能し始めれば、問題は解決すると考えている。

集荷船では、周辺の村への氷の供給と魚の回収を行う予定。

5. シルビア ロス/マネテーズの質問

JICA がカシーンで水産プロジェクトを行うという話は聞いていなかった。どのようなコンポーネントで実施スケジュールはどうなっているか知りたい。また、プロジェクトの内容次第では、ADIM と JICA で良く話し合いながら調整が必要であるのではないか。

以上

コンサルタント団員協議議事録 (19)

日時	平成 20 年 5 月 30 日 (金) 10:20 ~ 11:30 天然資源環境省水資源総局
出席者	相手先：水資源総局 Maurício Correia de Matos 水資源総局 技術委員会次官 João António Nola 水資源総局 水資源管理部長 Mário Alcino Ramos DAAS 部長 Jorge Gomes Santa 地質技術部 技師 Antonio Tubento 零細漁業総局 零細漁業開発アドバイザー 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 水資源関連法について 「ギ」国には水資源に関する法律は整備されていない。しかし、水資源総局が全国の地下水、表流水を含めて統括管理している。井戸を掘る場合には大臣が決めたルールに基づき水資源総局の許可が必要となる。具体的手続はガイドラインのコピーを参照のこと。 水利権関連法は存在しないため、水利権は認められていない。しかし、井戸を掘った人が使うのは当然の権利である。水資源総局は、井戸及び水道事業、下水事業を管轄している。下水道はピサウの一部地域にあるが、機能していない。その他「ギ」国に下水道はない。 過去にカシーン村の計画サイトで掘削した井戸についての許認可があったかも知れないが、内戦で全てのデータが消失し、現在データベースを再構築しているところである。カシーン病院の井戸に関するデータも同様に消失して、地質も水の状況も不明である。とにかくプロジェクトで井戸を掘削の予定があるのであれば水資源総局宛の井戸建設にかかる許可申請のレターを提出すること。</p> <p>2. 水質基準について 井戸水を生活用水として利用する場合の国内水質基準は存在しない。しかしそれに代わるものとして WHO の水質基準を適用している。井戸を生活用として使用する場合には水質検査と水量検査を行い、基準に達しておれば、水資源総局が使用許可を出す。施設で使用する場合には用途に応じて水質と水量の検査の結果次第で許可を出す。水質検査項目としては、濁り、pH、鉄、窒素を簡易検査で行う。分析は国立ラボで分析可能である。大腸菌群や一般生菌が検出される場合には、塩素消毒処理は不可欠である。</p> <p>3. 井戸水の可能性について 南部地域の海岸地域はこれまで開発が遅れ、井戸建設にかかる資料やデータの空白地帯である。そして掘られた井戸からの塩水しか取れない事が多い。現場を調査し、水脈の深度を推定する必要がある。これらの井戸に関する調査は、専門の調査会社（セルビアクアス社）が行うので、水資源総局が直接行う訳ではない。これには別途調査費用の支出が必要となる。また、同社が井戸に関する国内の取締りを行っている。いずれにしてもまずは水資源総局宛に水道事業の許可申請を行うこと。 手順としては以下プロセスとなる。 ① 零細漁業総局から水資源総局宛に井戸建設の申請書を出す ② 水資源総局が審査の後許可を出す ③ セルビアクアス社から調査の見積りをとる（公共井戸の場合には価格が異なる） ④ セルビアクアス社が井戸掘削と地質調査を行い、（調査は 10 日間）工事の監督を行う。 ⑤ 水が出た場合には井戸工事を行う。 ⑥ 水質検査、水量検査を実施 ただし、井戸でも飲用としない場合には水資源総局の井戸建設許可は不要。また、井戸建設や検査などは公社が行う事になっている。 井戸を掘った場合には、井戸の運営管理委員会を設けて維持管理を行う事が重要。維持管理にかかる受益者からの費用徴収は水道事業には当たらない。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (20)

日時	平成 20 年 5 月 30 日 (金) 12:00 ~ 13:30 公共事業計画省 道路局
出席者	相手先：公共事業計画省 Malan Léban Kassama 公共事業計画省 事務局長 Mamadú Salin da Silva Baldé 道路橋梁部 保全計画部長 Malan Mané 零細漁業総局 副局長 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. トンパリ州の道路改修計画について 道路の改修計画はいくつかあり、実施されている。計画サイトへのアクセス道路となるマンパターカシーン間の道路は 2007 年に緊急補修工事を実施した。この工事の予算は道路維持管理基金より拠出した。マンパターカシーン間道路補修には 3,000 万 FCFA、ブパーカチオ間道路補修には 4,000 万 FCFA を要した。2008 年度も緊急補修を実施する予定である。これは路面上に出来た穴を埋める作業である。 スペイン政府は南部地域の道路改修に支援を行いたいとの意向で、そのために 1 億ユーロの予算を配分したいと伝えている。補修道路の候補リストはスペイン大使に渡してあり、2007 年 11 月にスペインの道路調査団が現地調査に来たが、まだ結論は出ていない。このリストにはマンパターカシーン間の道路案件も記載されている。 また、地方道路改修計画を行うための調査費用として 260 万 FCFA の予算を経済省に要請している。この調査結果がまとまれば、中国の支援を要請するつもりである。 6~7 月には農業開発計画の調査が入る予定。そのコンポーネントに道路が含まれる見込みでどの道路が整備、改修の対象になるかは現在のところは不明である。しかし、漁業プロジェクトが開始されるとのことで、カシーンへの道路を優先して改修するように推薦する予定。</p> <p>2. 公共事業計画省の管轄範囲 公共事業計画省が管轄する道路は、都市間の国道であり、都市内およびローカルのアクセス道路は地方行政自治体の管轄となっている。しかし、地方自治体は税収が全くなく、また諸外国の援助も受けられないので、市街地内の主要な道路は公共事業計画省が実施している。また産業用道路として、エネルギー工業省や農業省の管轄道路も一部には存在する。 全国の道路はそれぞれの国道番号によって管理されている。そして公共事業計画省は全国を 3 つの地方事務所に分割してカバーしている。各地域事務所は以下の場所に所在する。 北部事務所=ビソラ 南部事務所=ブバ 東部事務所=ガブ これらの事務所でも計画策定と維持管理のための調整業務が中心で、建設工事や維持管理工事は民間業者に入札で発注して工事を行っている。そのため、省内には工事の実施部隊やその機能はない。かつて JICA による建設重機のセンターを設立する計画があったが、政府の民営化方針により消滅した。</p> <p>3. 公共用地と用地収用について 国内にある全ての土地は国有財産であり、国民はその使用权のみ認められる。使用权は登記によって効力を発生する。公共事業において土地が必要となった場合には、地方自治体に連絡して土地の利用権を確認する。 土地の利用権は永続的なもので、相続や譲渡、販売も可能。一方伝統的な土地所有形態もあり、手続には次の 3 種類の書類が必要とされている。これらの 3 書類がないと登記の効力は発生しない。 ① コミュニティのデクラレーション ② ローカル行政の承認書 ③ 公共事業計画書省が作成する現場調査地図 そして手続の最後には官報への記載による公示が必要条件となっている（申請者が費用を負担）。 国道の場合、市街地では道路の中心線から両側にそれぞれ 25m が道路用地となっている。その範囲には構造物の設置は禁止される。また市街地では 1.5m の歩道の設置が義務づけられている。地方では、道路中心線から 50m が道路用地である。 地方道では、市内幹線道路は中心から 7m、市内支線道路は 3.5m あるいは 3m に歩道 1.5m となる。マンパターカシーン道路の場合は、道路の中心線から片側 25m の範囲が道路区域となる。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (21)

日時	平成 20 年 5 月 31 日 (土) 12:20 ~ 15:00 カシーン村ステーキホルダー協議
出席者	相手先: カシーン村行政官、伝統村長、漁民グループ代表、婦人会代表、NGO 代表等約 60 名 漁業省零細漁業総局局長以下職員 6 名、環境省温暖化防止対策部長、水資源省水資源管理企画部長 (出席者リスト参照) 調査団: 伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. ステーキホルダー協議開会の挨拶 (主催者代表: 零細漁業総局長) 本計画の経緯と現状及び諸課題を説明し、住民及び利害関係者の意見を聞くため、JICA 調査団を含め関係者が一同に会して協議を行うものであることを説明し、全ての利害関係者代表の思うところ、率直な意見を自由に述べて欲しい旨要請した。</p> <p>2. カシーン村行政官の発言 カシーン村の発展を図る目的で零細漁業施設建設が始まってまもなくして内戦が始まり、1998 年にその工事は中断のやむなきに至った。それ以来諸団体がカシーン村発展のために支援を試みたが、いろいろな課題があり、長くは続かなかった。しかし、どのような困難があっても、村が存在するためにはその発展を止めてはならない。「ギ」国が経済的に安定するためにもカシーン村の発展は不可欠であり、今回の JICA の調査には全ての人が協力することを望む。 零細漁業施設建設はこの地域を発展させるための重要なプロジェクトであり、実現されることを長く待ち望んでいた。プロジェクト実施上の主な課題としてプロジェクト用地の問題は村民のコンセンサスを得て乗り越えることが出来た。全員が納得する最良の結論にたどり着くことは可能であると信じている。土地問題で村民誰一人として犠牲になることなく調整を図りたい。この村が発展することは全ての住民が願っていることであると思う。その夢を実現すべく村民の理解をお願いしたい。</p> <p>3. 伝統村長の発言 ご参集の方々に特に強調して置きたいことがある。カシーン村は国内でも特に田舎であるので生活が大変である。カシーン村では卵 1 個の入手も困難である。移動手段が少ないため、女性が商売で他の村に移動することもとても大変である。女性はこのような困難な中で働いて子供たちを育て学校に送り出している。その学校の屋根が昨夜の大風で飛んでしまった。 女性が村の経済を支えており、女性たちの商売がうまく出来ることが村の発展のために重要であり、そのための成人教育を是非実施して欲しい。この村には農地も少なく食料も乏しく、生きるためには村民である私たちの努力で多くの課題を解決しなければならない。 零細漁業施設のプロジェクトが実施されるよう最大の努力を払ってくれた零細漁業総局長には最大に感謝している。住民を代表してこのプロジェクトが実施されることを切望している。これは村民の総意であり、皆が願っていることである。</p> <p>4. 婦人会会長の発言 私たち婦人会はこのプロジェクトが実施されることを 1 年前から待っている。カシーン村では皆苦勞しているが、村の婦人が一番苦勞していると思う。今の村の女性の役割は働いて金を稼ぎ、子供たちや家族の食事の面倒から教育をつけさせること、そして家族を養うことである。私たち婦人会の皆が働ける場所ができること、働ける環境が整うことが早く実現されることを希望している。日本政府がカシーン村でプロジェクトを行うことになったことは神様が決めてくれたことではないかと思っている。私たち婦人会はその喜びを表現するために歓迎の踊りを踊りました。婦人会としては、製品を販売するための輸送手段が必要であり、そのための支援をなんとしてもお願いしたい。重い荷物を毎日担いでいるため、それだけでも大変な過労で実際より 10 才以上老けてしまっている。 村民が漁業センターのプロジェクトに期待していなければ、予定地は 10 年前の状況のまま今日まで残っていなかったと思う。この土地が 10 年手つかずの状態で作られたのは、プロジェクトの実施の期待があったためである。また、婦人会としてはプロジェクトでの成人教育を是非実施してもらいたい。女性は子供のころから学ぶ機会に恵まれなかったからである。また、病院には機材や資材が無く、電気や水道もないので十分な医療が出来る環境ではない。飲用に適した水を得るために、私たちは 7km もの道を歩いて水くみに行っている。このような現実を少しでも改善して欲しいと願っている。</p> <p>5. NGO/キタペスカ代表の発言 このプロジェクトの影響について 2 点話したい。第 1 点は、このプロジェクトは貧困対策や環境対策になる効果が期待されるが、それだけでは無くいろいろな効果が期待される。またその影響はカシーン村、トンバリ州、「ギ」国内のみではなく周辺諸国にも大きな影響を及ぼすプロジェクトになると思う。第 2 点としては、住民の生活に直接的に影響の出るプロジェクトであると思う。いろいろなコンポーネントが含まれるが、生活改善に繋がるものであり、このような点からキタペスカとしては全面的に協力したいと思う。将来的には加工技術の改善などの技術分野の指導なども含めてもらいたいと思う。 先ほど婦人会会長の話にもあったように女性が地域の経済的な担い手であることから、女性がもっと訓練を受ける場を作ってもらえたら、地域の発展に繋がると思う。また、僻地であるカシーン村では移動手段の確保は重要課題である。そして成人教育や担い手の能力向上は必要であり、</p>

その形態は今後検討する課題であると思うが、特に女性の計算能力の向上が必要であると考えている。

6. 元行政官の発言

日本は世界第2位の経済大国であり、いろいろな経験を豊富に有していると思う。発展のために何が重要かは現地を見てもらえば直ぐに解ると思う。この村で不足しているものは社会基盤ではないかと思う。女性の生活も重要である。しかし教育はもっと重要ではないか。子供たちが十分な教育を受けられる環境を整備することが発展に結びつくことであると思う。

成人教育を実施する場合には、その効果を高めるため、適切な指導者を選ぶことが重要であると思う。若者の就業機会の確保も重要な課題である。若者の漁師を増やせば、女性の就労機会も増え、収入の増加に繋がる。ボラマには漁業学校があり、カシーン村の若者がその学校で教育を受ける機会があれば漁業の状況はもっと改善すると思う。

トンバリ州全体を見ると、陸上輸送だけではなく海上の輸送手段の確保も重要な課題である。そして、住民の健康と生活を維持するための水と電気は必要である。

7. 漁民協会代表の発言

カシーン村の入り口を見れば、村の状況や問題は直ぐにも解るはずであり、解決のためのプロジェクトを直ぐにも開始してもらいたい。住民の現状と課題は婦人会長が話した通りであり、昔は男性が一家の柱として働いていたが、今は女性が柱である。男女の役割が逆転してしまった。そして男が嫁をもらおうという習慣も逆転して今は女性が婿を取る状況になってしまった。そしていろいろな問題を解決するのも女性の仕事になってしまった。女性にはいつも感謝している。

8. 村内の鮮魚取り扱い商人代表（トレーダー）

当地出身の商人として20年間商売を行っている。数年前にNGOを設立した。カシーン村からの鮮魚を取り扱っている。昔は若かったのでいろいろ出来たが今はもう引退の時期になってしまった。センター建設についてはこれまでに何度も調査に次ぐ調査が行われたが実現には至らなかった。我々は日本について少しは知っているつもりであり、社会秩序があって勤勉で働き者というイメージを持っている。1997年のプロジェクト開始のときはプロジェクトの実現に向けての意気込みを感じた。今回プロジェクトを再開するに当たり、住民やユーザーの意見を十分に配慮して欲しいと思う。住民が何を本当に求めているかを調査し把握してから実施することを望む。その点で調査を慎重に行うことは重要である。水や電気や輸送手段などのインフラ整備内容について調べることは重要であるが、調査対象となる協会や組織・団体は山ほどもあり、これらの組織・団体の活動内容などの実態把握が抜けている印象である。

全てのプロジェクトに共通の事項でもあるが、漁業プロジェクトを行うに当たっては、各事業活動項目に従った内容に区分して検討する必要がある。漁民や婦人会はどのように販売するのかといった内容である。かつて婦人会は供与されたトラックがあってそれを使って活動していた。しかしなぜその活動が失敗したかを考える必要がある。製造や販売と運送は業種が異なる。業種が異なれば運営管理の方法も異なるということを理解しないと全ての事業は失敗することになる。「ギ」国で漁業プロジェクトを考える場合には、生産や製造加工のみでなく、市場そのものも未発達で支援が必要である。魚獲から始まって消費者に届くまでの一連のプロセスで各段階におけるそれぞれのインフラ整備をしないとうまく機能しないことは言うまでもないことである。

9. JICA 調査団の挨拶（伊達）

皆さんの意見に感謝している。この地域の課題とプロジェクトを実施上の課題は水の確保にあると思う。既存井戸も含めて給水がうまく機能していないことが解った。プロジェクトが中断してから10年が経過しその間に日本の援助の方針が変更された。民間が行っている業種についてはJICA支援を控えている。すなわち、車両と船舶の供与は行わないというのが日本政府の方針である。しかしカシーン村における輸送の課題は大きいということを確認している。この課題の解決策については、漁業省、JICAを含めて協議したいと考えている。

10. 天然資源環境省温暖化防止対策部長の IEE 調査結果のコメント

本計画についての背景および関連項目を確認して、環境インパクトに関する初期環境調査を実施した。これらの調査結果をまとめて報告書として関係省庁に提出した。カシーン村の住民支援のためには少しでも早い事業実施が求められていることを確認した。しかしその前にEIAの実施が必要であると考えている。プロジェクト用地はすでに確保されており、なにも建設されていない状況であるので環境インパクトを把握することは比較的容易であると考えている。しかし環境調査を実施するための費用負担の問題があり、漁業省が負担出来るのか、どのように予算を調達するのか確認する必要がある。また調査方法についてCAIAと漁業省および環境省で協議を行う必要がある。

11. 利害関係者協議終了の挨拶（零細漁業総局長）

この協議には水資源総局からも出席してもらおう予定であったが、間に合わなかった。しかし後で水資源に関する調査を実施してもらおう予定である。この結果も踏まえてプロジェクトの方向性を決める予定である。本日は多くの村民および関係者に協議に参加していただき、貴重な意見を聞かせていただいた。これらの意見を参考にさせていただく予定である。本日の協議はこれにて閉会とする。長時間の協議への参加に感謝している。

以上

コンサルタント団員協議議事録 (22)

日時	平成 20 年 6 月 4 日 (水) 12:00 ~ 14:00 CAIA コーディネーター会議室
出席者	相手先: CAIA Mario BIAGUE Coordinator CAIA 漁業省ブバケ漁業センター所長 調査団: 伊達、糸魚川、キムラ、漁業省職員
概要	<p>1. EIA 調査について EIA 法は閣議を通過したが、国会での承認手続がまだ完了していない。法律として施行されるためには、法案が国会承認後、大統領府を通して官報に掲載され公布手続が完了しなければならない。そのため法律の施行は行われていない。しかし、EIA は法律の内容に従って 2007 年から閣議決定に基づき実施している。各プロジェクトの内容に従って世銀や EU 等の国際基準またはガイドラインに従って EIA 評価を実施している。日本の援助による事業であれば、日本の EIA 基準に従って行うことになるが、プロジェクトサイトの条件や特徴を考慮して評価を実施することになる。</p> <p>2. CAIA 設立の背景 CAIA は世銀プロジェクトである「ギ」国海岸線保全計画を実施・管理する組織として 2004 年に設立された。現在、天然資源環境省の環境総局が存在するが、組織的にも機能的にも能力が不十分で環境総局がこのプロジェクトを実施することは不可能であると判断したため、CAIA が設立された。そして法律の強制力を持たせ、実施・行動能力と権限を与えるため CAIA を総理府の管轄下に置くこととなった。当時は環境関連法も存在せず、環境総局の位置づけも明確ではなかった。現在、CAIA と環境総局とは明確な機能分担を行っている。CAIA は環境に関する技術的評価を中心に実施する組織で、環境総局は環境に関する政策方針を決定する組織である。例えば、プロジェクト実施機関が計画書を天然資源環境省に提出するとその書類は CAIA に回されプロジェクトの技術的評価が実施される。その評価結果に基づき環境担当総理大臣が環境ライセンスを交付する。現在は天然資源環境大臣が各プロジェクトの環境ライセンスを交付している。すなわち、プロジェクトの内容について CAIA が環境影響の内容を評価検討してその条件等を策定し、天然資源環境省に送付し、同省大臣が環境ライセンスを交付する手続である。CAIA の組織は世銀のプロジェクトとして機能しており、活動予算は世銀から提供されている。職員はコーディネーターを始め、法律担当、世銀の環境専門家、秘書とドライバーの 5 名で構成されている。</p> <p>3. 本計画の環境影響評価手続について 環境総局のネルソン氏が作成した初期環境調査報告書を読んだが、EIA を実施することが望ましいとのコメントが付いていた。このプロジェクトの内容、コンポーネント、規模などの明確な計画情報に基づき環境カテゴリーを決めることになる。特にカシーン村においては以下の様な影響が考えられるとされている。 ①漁業資源の減少傾向が見られる ②ギニアからのボーキサイト鉱山の汚染の影響 ③プロジェクトの実施による漁業資源維持のための課題 ④環境変化を把握するためのモニタリングが必要以上の内容から EIA 調査の実施が適当と判断されるが、どのような EIA 調査を実施すべきかスコーピングについてはプロジェクトのコンポーネントが決まった段階で JICA 調査団を含めたプロジェクト実施機関と CAIA そして環境総局を含めて協議し決定する必要がある。通常はプロジェクトの資金を拠出する機関が EIA の費用を負担するケースが多い。しかし、日本に無償資金協力を要請した実施機関は漁業省であることから、国家プロジェクトとの位置づけである。そのため、EIA 実施にかかる費用負担は「ギ」国政府が責任を持つものと CAIA コーディネーターは理解している。ただし、EIA の実施について日本側が了解することが EIA 実施の要件となる。</p> <p>4. EIA 評価手続について EIA 評価検討は EIA を実施するプロジェクト毎にアドホックコミッションを設立して、環境報告書の内容を評価検討する。評価委員会にはプロジェクトの関係者、市民代表、専門家らを含め、11 名の委員による評価検討を実施する。EIA 実施のため全ての省庁に環境窓口を設け、プロジェクトの提案段階で総理大臣 (CAIA) に報告するシステムを取っている。これらのプロジェクトは各省庁の大臣が CAIA に報告するものであるが、報告を怠る場合もある。その場合には各省庁の環境担当が CAIA に報告し総理大臣経由担当大臣に連絡をするシステムである。民間事業の場合も同様のシステムで各事業主が主務大臣および CAIA に報告することになっている。プロジェクトの完了後のモニタリング結果の評価についても CAIA が評価判断を行う。EIA にかかる環境ライセンスの発給は 2 段階方式を採用しており、EIA 調査によって交付されるライセンスの有効期限は 1 年間である。その期間内にプロジェクトが完了出来ない場合には再度ライセンスを取得する必要がある。そしてプロジェクトが完了後最終のライセンスが交付される。そのライセンスも事業内容に応じて有効期限が付される。そのため、適切なモニタリングを実施してライセンスの更新を行わなければ事業中止命令が発令されることになる。これらの詳細な手続については EIA 法に記載されているので参照のこと。</p> <p>5. EIA 実施状況について 国内の EIA 手続は 2007 年から開始した。2008 年には 21 件のプロジェクトの EIA 申請が提出されそのうち 18 件の環境ライセンスを交付した。プロジェクトの内容としては民間の観光事業、産業 (工場) と農業の分野に集中している。これまでに実施した EIA で最大規模のプロジェクトはアフリカ開発銀行の支援による OMGB (ガンビア河流域資源活用計画) およびボケーケボ間道路建設計画であり、この EIA 評価は終了した。CAIA は各省庁の窓口担当者育成のセミナーを実施しており、漁業省には 3 名のセミナー修了者がいる。彼らが EIA システムについて理解しているので、プロジェクトの実施に当たっては彼らを環境担当として従事させることが望ましい</p>

以上

コンサルタント団員協議議事録 (23)

日時	平成 20 年 6 月 4 日 (水) 9:20 ~ 15:30 の間の断続的協議 零細漁業総局長室
出席者	相手先：零細漁業総局長 Cirilo Vieira 漁業省零細漁業総局 局長 Malam Mané 漁業省零細漁業総局 副局長 Mandú Camará 漁業省零細漁業総局 社会配慮担当 Antonio Tubento 漁業省零細漁業総局 零細漁業開発アドバイザー 調査団：伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 自動車（トラック）修理の件 漁業省が保有するトラックの修理状況を確認した。トラックはピサウ市内の修理ガレージ工場（露天）にあり、修理中であった。トラックはカシーンの婦人会が海産物販売のために独占的（婦人会の所有物として）に使用していた。トラックは 4 輪駆動の 6 トン積みで、パーツがないため修理は困難である。事故車のパーツを取って修理に当てる計画。車体の劣化は激しいが、修理は可能。ただし漁業省は同修理工場に 500 万 FCFA の未払いがあり、未払いが解消されれば直ぐにトラックの修理に取りかかると工場長は話している。</p> <p>2. トラック修理にかかる局長のコメント カシーンは極めて遠隔地にあり、交通機関の整備は同地域の経済発展にとって重要な課題である。周辺諸国を含めた地域の食料供給の点からも、生産性向上の観点からも、トラックによる物流の確保は不可欠の条件である。本計画に輸送手段を含めることが困難であれば、他の方法も考えたい。例えば草の根無償などによるトラックの供与など。</p> <p>3. 要請内容の確認 現地で作成した優先項目リストから要請項目の内容を再確認した。その内容は以下の通り。この内容で確定する方向で検討する。</p> <ul style="list-style-type: none"> ① 製氷ユニット 給水設備、電気設備、燃料設備を含める。規模と構造の検討が必要（全ての施設をカバーする避雷針を含める） ② 魚加工用機材 機材内容及び種類と数量の確認必要 ③ 輸送用手段 民間を活用することとし、要請項目から削除 ④ 栈橋 栈橋の構造および規模、工法の検討、概算事業費の積算必要 ⑤ 多目的施設 訓練施設が主となる。規模は訓練計画の内容による。多目的施設に加工施設、ワークショップ、託児所、AV 機器なども含める ⑥ 資材倉庫 漁民用の漁具ロッカー整備と漁具販売を行う施設、規模は漁民数による。 ⑦ 海上輸送手段 民間を活用することとし、要請項目から削除 ⑧ ワークショップ用機材 修理対象として、電気、機械、水道、漁船エンジンなど ⑨ HF、VHF 無線機器 HF は本部との連絡用、VHF は漁民の船舶との連絡用 <p style="text-align: right;">以上</p>

コンサルタント団員協議議事録 (24)

日時	平成 20 年 6 月 5 日 (水) 9:20 ~ 10:30 計画庁長官室
出席者	相手先: 経済省 国家地域統合計画庁 長官 Sr. D.A. Costa Fransisco 調査団: 伊達、糸魚川、キムラ
概要	<p>1. 計画の方向性 これまでに政府が中心となって開発計画プロジェクトを多く実施したが、ほとんど機能しなかった。中国のプロジェクトも、港湾建設プロジェクトもともに機能していない。今後は官民のパートナーシップを優先する方向にある。漁業についてもプロジェクトを避け、民間の商業漁業の中で施設を建設したい企業がパートナーシップによって事業を行う方向である。農業分野では、カシューナッツを 10 万トン以上輸出しているが、原料での輸出のため利益が少ないことから、国内で加工し、付加価値をつけて輸出することを検討している。</p> <p>2. 社会インフラ整備計画について 2012 年には電力供給計画の実施が完了し、電力インフラが整備される予定である。これらの社会インフラ整備に伴い、南部地域は観光業の振興を検討している。南部には多くの自然保護区が設定され、自然環境生態系が保全されていることから観光資源として活用する計画である。環境への影響を考慮して漁業区域を設定し、環境保護を進める計画である。カシーン村にはマングローブが多く、米の生産が行われているが観光用としての活用が期待される。現在は麻薬密輸の恐れがあるため空港は軍が管理しているが、将来的には観光用の利用が考えられる。スペインも南部地域の観光開発に興味を持っており、国際的自然保護区として設定されているのが現状である。南部地域は人口密度が低く、森林が多いので自然環境を守ってこれを活用する方向を考えている。</p> <p>3. 国家開発計画について 「ギ」国は国家開発計画として、PRSP (貧困削減計画) をすでに策定している。この計画は 4 つの柱で構成されており、①扶養 ②経済発展 ③教育 ④生産性向上からなる。これらの貧困対策の実施によって雇用促進と経済発展を図ることを考えており、プロジェクトの実施は考えていない。 計画の内容は 2005 年に一部変更されており、貧困対策として農業分野の開発が柱となっている。南部開発については地方行政機関と共同で経済開発計画を策定中である。インフラ整備により生産性向上に繋げる計画で、課題は道路整備である。舗装道路がほとんどないことが開発上の大きな課題である。カシーン村へのアクセスも従来は空路と海路のみであった。それは独立戦争当時の地雷原による陸路開発が困難であったことによる。毎年道路は補修しているが、雨期には通行が困難となる。カコカまでは舗装する計画であるが、それ以降の舗装計画はない。 AfDB のプロジェクトであるボケーケボ道路は「ギ」国政府とギニア国政府の間で協議を行っているが、まだ調印されていない。「ギ」国側の 24km の区間はすでに確定している。ギニア国側と協議を行って本件を進める予定であるが、「ギ」国側の道路工事を先行して進めることを提案する予定である。協議の課題は業者選定方針のことにある。その道路からカシーンまでの 60~70km の区間の舗装は将来的にはやらねばならない。全ての幹線道路整備は計画に入っているが、資金の問題でいつ計画が実施されるかは不明である。南部地域の道路改修にはスペインが資金を融資してブバカチオ間の改修を行う予定である。 電力開発として 2012 年にはギニアの電力がセネガルまで届くようになる。そのときにはカシーンにも電力が供給される見通しである。ギニアからの電力で「ギ」国内電力需要の 4 割を賄う計画で、ギニア側の発電所建設はすでに進んでいる。ケボで変電し、バンバディンカ、マンソア、ピサウ、セネガルへと繋がる送電線路を建設する計画である。発電は 2 ヶ所のダムによる水力発電でギニアにあり 2009 年に着工の予定、出力 340MW でそのうち 90MW を「ギ」国に配分する計画である。この発電プロジェクトはセネガル、ガンビア、「ギ」国、ギニアの 4 カ国の共同による OMGB プロジェクトで 10 億ドルの予算で資金は EU、WB、AfDB、その他 1 社 (組織名不明) が参加で進められている。この計画が実施されれば、国内の電化を進めることができ、計画では 320 FCFA/kh で購入、380 FCFA/kwh で販売する予定で、60 FCFA/kwh が政府の利益となる。2015 年には中央アフリカ地域との電力網のリンクが完成し、コンゴで開発が進められている 30 億 MW のダムからの電力供給システムが完成する予定である。 2015 年までを目標とするミレニアム国家開発計画がある。これは国の行政組織強化と教育と雇用促進を進める計画で、各指標が設定されており、教育と保健分野においては効果が出始めている。食料安全保障については農業分野の重視による生産と雇用促進が課題である。</p>

以上

コンサルタント団員協議議事録 (25)

日時	平成 20 年 6 月 11 日 (水) 11:00 ~ 13:30 ASCON Ltd. 井戸建設会社取締役室																																		
出席者	相手先：井戸調査及び建設会社 Mario Gomes Administrator 調査団：伊達、糸魚川、キムラ																																		
概要	<p>1. カシーン村での試験掘削について</p> <p>同社へは公共事業計画省から紹介を受けて訪問したもので、国内でも唯一の試験掘削の出来る井戸専門業者とのことである。プロジェクトの背景を説明し、支援を要請した。</p> <p>これに対して、ゴメス氏は、以下の様に回答し、関連情報を説明した。</p> <p>試験掘削内容は了解した。見積書は作成して渡す。カシーン村での井戸掘削の成功率は極めて低い。これまでの経験から水が出ても塩水となっていることが多い。地下に良好な帯水層がないためである。これは「ギ」国全体に共通していることであるが、山手地域では良好な水が得られる確率は高い。海岸地域では特に困難である。</p> <p>海岸地域の帯水層の構造は次のようになっている。</p> <table border="0"> <tr> <td>地表</td> <td>～</td> <td>20m</td> <td>水源が汚染されている可能性がある</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>20m</td> <td>～</td> <td>30m</td> <td>塩水の可能性高い</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>30m</td> <td>～</td> <td>60m</td> <td>飲料水の得られる可能性あり</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>60m</td> <td>～</td> <td>120m</td> <td>所によっては水が有る</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>120m</td> <td>～</td> <td>160m</td> <td>水はない</td> </tr> </table> <p>このような状況から掘削試験は 70m 程度として、10m³/h 以上の水が出れば井戸として完成させる。しかし、カシーン地域で水が出る確立は極めて低く、水が出ても 1～2m³ 程度で利用出来ない。カチオ地域では良好で水は出る。会社としてはリスクを取れない。失敗してもそれなりの費用は請求することになる。</p> <p>2. 費用概算</p> <p>試験掘削の費用は見積書として作成するが、一般的には以下の様な費用がかかる。これらの費用には機材の持ち込みから完成まで全ての費用が含まれる。</p> <table border="0"> <tr> <td>ネガティブ井戸掘削一式</td> <td>6,000 ユーロ</td> <td>(途中で掘削を止める)</td> </tr> <tr> <td>ポジティブ井戸掘削一式</td> <td>11,000 ユーロ</td> <td>(井戸として完成させる)</td> </tr> </table> <p>ハンドポンプを設置する場合は井戸の最大深度 30m、湧水量 4m³/h の能力が必要となる。 なお、JICA の支援システムについては知っている。</p> <p style="text-align: right;">以上</p>	地表	～	20m	水源が汚染されている可能性がある			20m	～	30m	塩水の可能性高い			30m	～	60m	飲料水の得られる可能性あり			60m	～	120m	所によっては水が有る			120m	～	160m	水はない	ネガティブ井戸掘削一式	6,000 ユーロ	(途中で掘削を止める)	ポジティブ井戸掘削一式	11,000 ユーロ	(井戸として完成させる)
地表	～	20m	水源が汚染されている可能性がある																																
		20m	～	30m	塩水の可能性高い																														
		30m	～	60m	飲料水の得られる可能性あり																														
		60m	～	120m	所によっては水が有る																														
		120m	～	160m	水はない																														
ネガティブ井戸掘削一式	6,000 ユーロ	(途中で掘削を止める)																																	
ポジティブ井戸掘削一式	11,000 ユーロ	(井戸として完成させる)																																	

添付資料3 収集資料リスト

No	資料の名称	発行年	サイズ	頁数	オリジナル /コピー	発行機関または入手先
	天然資源・環境省					
A-1	National Environmental Management Plan (A Summary) 国家環境管理計画 (Summary) 英語	2004	A4	11	オリジナル	Ministry of Natural Resources and Environment (天然資源環境省)
A-2	Plano Nacional de Gestão Ambiental 国家環境管理計画 (葡語)	2004	A4	255 117	コピー	同上
A-3	Comunicação Nacional Inicial da Guiné Bissau sobre as Mudanças Climáticas ギニアビサウにおける気象変動初期報告書 (葡語)	2004	A4	238	コピー	同上
A-4	National Programme of Action of Adaptation to Climate Changes 国家気象変動調整アクション・プログラム (英語)	2006	A4	90	コピー	同上
A-5	Inventário das Emissões de Gases com Efeito de Estufa na Guiné Bissau ギニアビサウにおけるヒート・アイランド現象調査 (葡語)	1997	A4	106	コピー	同上
A-6	Missão de Avaliação Ambiental no Terreno 初期環境評価	2008	A4	11	コピー	同上
A-7	Lavantamento Técnico de Pontos de Agua que Abastecem o Projecto de Pesca Artisanal de Cacine 初期環境評価	2008	A4	4	コピー	同上
	統計局/気象庁					
B-1	Boletim Contas Nacionais 2007 - Ministério da Economia 国家統計報告書2007 - 経済地域統合省 (葡語)	2007	A4	27	コピー	Institute of Statistics (統計局)
B-2	Guiné Bissau em Números 2005 数字のギニアビサウ 2005 (葡語)	2005	A4	44	コピー	同上
B-3	Demography 人口統計 (表) (葡語)	1995	A4	3	コピー	同上
B-4	GNP (葡語)	2008	A4	6	コピー	同上
B-5	気象データ (降雨、湿度、風向・風速)	2008	A4	7	コピー	Direccao Geral de Meteorologia Nacional (DGMN) (気象庁)
	漁業省					
C-1	Requerimento - Provincia do Sul/Buba 申請書・南州・ブバ (仏語)	1997	A4	3	コピー	Ministry of Fisheries (漁業省)
C-2	Custo de Reabilitação de Centro de Cacheu カシエウ・センター復興工事費 (葡語)	2008	A4	1	コピー	同上
C-3	Custo de Reabilitação de Centro de Biombo ビオンボ・センター復興工事費 (葡語)	2008	A4	1	コピー	同上
C-4	Enquête sur les aspects socio-économiques de la Pêche Artisanale en Guinée Bissau ギニアビサウにおける零細漁業社会・経済背景調査 (仏語)	2007	A4	88	コピー	同上
C-5	漁獲量	2008	A4	1	コピー	同上
C-6	National Poverty Reduction Paper (DENARP) 国家貧困撲滅戦略 (要約)	2006	A4	99	コピー	The Government of Guinea -Bissau
C-7	Lista Nacional dos Ministerios(Guine Bissau) 省庁リスト (ギニアビサウ) 教育省	2008	A4	3	コピー	同上
	Memorandum (葡語)					
D-1		2008	A4	6	コピー	Ministry of National Education and Higher Education (教育省)

No	資料の名称	発行年	サイズ	頁数	オリジナル /コピー	発行機関または入手先
D-2	Student statistics - Caccine 生徒統計 (カシーン) (葡語) 保健省	2006	A4	2	コピー	同上
E-1	Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 1997-2001 国家保険分野計画 (1997~2001) (葡語)	1997	A4	79 9	コピー	Ministry of Public Health (保健省)
E-2	Lista dos Hospitais e Centros de Saúde no País e sua Distribuição 全国既存医療施設・設置地 (葡語)	2008	A4	6	コピー	同上
E-3	O que é que o SIGRHS já nos permite dizer? 現時点、SIGRHSが教えてくれるのは何か? (葡語) 生物多様性保護地域研究所	2008	A4	40	コピー	同上
F-1	Institute of Biodiversity and Protected Areas (IBAP) 生物多様性保護地域研究所	2007	A4	18	オリジナル	Institute of Biodiversity and Protected Areas (IBAP)
F-2	Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné Bissau 2007-2011 ギニアビサウにおける環境保護及び生物多様性保全戦略計画 (葡語) 総理府	2007	B5	80	オリジナル	同上
G-1	Manual de Procedimento para o Licenciamento Ambiental 環境ライセンス手続きマニュアル (葡語)	2007	A4	19	コピー	Cabinet of the Prime Minister (総理大臣顧問室)
G-2	Projecto da Lei de Avaliação Ambiental 環境インパクト法 (葡語)	2008	A4	36 10	コピー	同上
G-3	Envio de informações solicitadas 要請事項の提出 (葡語)	2008	A4	2	コピー	同上
G-4	Lista de Gabinetes de Estudo de Impacte Ambiental 環境インパクト調査業者リスト (葡語)	2008	A4	1	コピー	同上
H-1	電力総局		A4			
H-1	Memória Explicativa e Descritiva アプリケーション・フォーム	2008	A4	2	コピー	電力総局
H-2	カシーン配電計画	1991	A4	1	コピー	電力総局
I-1	他ドナー、NGO		A4		コピー	
I-1	ADIM パンフレット	2006	A4	2	コピー	他ドナー
I-2	ADIM カシーン・プロジェクト	2006	A4	2	コピー	他ドナー
J-1	地図					
J-1	1/500,000 地図	不明		1	コピー	地図
J-2	カシーン村 1/50,000	不明		1	コピー	地図
J-3	保護区地図	不明		1	オリジナル	地図
J-4	保護区 (解説) カタログ、見積書	2005		1	オリジナル	地図
K-1	中央マーカー統計	2008	A4	3	コピー	セネガル
K-2	製米機カタログ	2004	A4	16	オリジナル	セネガル
K-3	発電機カタログ	2004	A4	15	オリジナル	セネガル
K-4	機器見積書	2008	A4	6	オリジナル	セネガル
K-5	井戸工事見積書	2008	A4	4	オリジナル	ギニアビサウ

付属資料1 ギニアビサウ国の現状および地域の現状

1-1 一般状況

(1) 気象データ

カシーン地区と緯度が同じ、ボラマの気象データを示す。

Estação de Bolama

表1 降雨量 (単位: mm)

Anos	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jui	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
2003	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	238,3	810,0	643,3	488,4	331,1	14,7	0,0
2004	0,0	0,0	0,0	0,0	27,5	420,5	798,5	402,1	316,2	127,1	27,9	0,0
2005	0,0	0,0	0,0	0,0	80,5	244,1	285,5	460,6	233,2	213,5	0,0	0,0
2006	0,0	0,0	0,0	0,0	83,3	243,6	314,5	527	446,3	*	3,5	0,0
2007	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	93,2	436,7	498,5	436,4	279,7	0,0	0,0

表2 平均気温 (上表: 平均最低気温 下表: 平均最高気温 単位°C)

Estação de Bolama

Anos	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jui	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
2003	19,5	21,4	22,3	22,1	23,0	21,6	22,0	23,6	23,8	23,8	23,0	21,3
2004	20,9	21,3	22,5	22,4	22,9	23,6	22,8	22,7	22,8	23,7	23,2	22,0
2005	20,0	21,2	22,2	23,0	23,4	22,6	**	22,9	22,8	22,3	**	**
2006	19,0	20,4	22,1	21,7	*	**	*	*	*	*	22,7	20,3
2007	19,5	21,6	21,5	23,0	24,7	23,1	25,1	24,6	24,0	24,5	22,2	20,5

Estação de Bolama

Anos	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jui	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
2003	32,0	33,0	33,2	33,5	32,7	31,4	29,0	28,9	29,7	31,2	31,7	31,3
2004	31,5	32,6	33,1	32,7	31,9	31,5	29,3	29,5	30,4	31,2	31,1	31,0
2005	31,4	33,0	33,3	32,3	32,2	30,6	**	30,4	30,3	31,3	**	**
2006	31,5	33,8	33,1	32,3	*	*	*	*	*	*	32,7	31,9
2007	31,9	33,8	33,7	33,2	33,3	31,8	30,4	29,2	30,5	31,5	32,0	31,7



表3 湿度 (単位: %)

表4 風向・風速 (風速単位: km/時間 上表: ビサウ 下表: ボラマ)

Estação de Bissau Observatorio

Meses	Jan		Fev		Mar		Abril		Maio		Jun		Jul		Agosto		Set		Out		Nov		Dez	
Anos	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF
1983	NE	54.3	S	39.6	W	64.1	SSW	54.0	N	64.4	ENE	101.9	84.6	E	E	71.6	S	92.5	E	80.6	SW	22.0	-	-
1984	ENE	50.0	NE	46.8	SW	61.6	S	57.6	ENE	60.5	SE	78.8	91.4	E	E	98.6	ENE	99.0	E	92.9	NE	38.9	NNE	43.2
1985	N	54.7	NNE	42.8	N	57.6	NW	54.7	S	62.6	SE	99.4	94.0	N	N	99.0	E	99.4	E	82.4	ESE	42.8	ENE	47.9
1986	ENE	57.6	NNE	49.0	NNE	50.4	SW	53.6	WSW	74.5	NW	108.0	85.7	SW	SW	10.1	NE	89.6	SSE	79.2	NNE	55.8	NE	46.8
1987	EEW	42.8	SW	41.8	SSW	46.8	SW	54.0	ESE	67.3	E	83.5	111.6	E	E	87.8	ENE	83.9	ESE	93.6	WNW	32.0	NE	50.0
1988	NE	57.6	NE	47.5	WNW	19.0	SSW	51.1	ENE	76.0	ESE	86.0	88.9	NE	NE	75.6	ESE	98.6	NE	96.5	E	57.2	ENE	58.7
1989	NE	61.6	NE	46.1	NNE	56.2	SW	42.8	E	51.8	E	91.4	113.4	SW	SW	55.8	E	104.0	ESE	75.6	ENE	69.8	NNE	46.8
1990	NE	54.0	S	46.8	S	46.1	N	43.2	E	46.8	E	81.4	-	-	-	-	-	-	E	90.0	SSW	33.1	NNE	42.1

Nota: (dd) = Direção do vento (ff) = Força do vento (-) = Valores faltosos

Estação de Bolama

Ano: 1991

Meses	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez	
Ano	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF	DD	FF
1991	NE	29	NE	33	NW	29	S	34	W	32	SE	47	SE	48	SW	52	NE	55	SE	54	NE	32	N	28

(2) 経済

1999～2006年の年間平均消費物価指数からみると約8年で約18%の消費物価の上昇がみられる。1999年1月から2006年9月までの消費物価指数一覧を示す。

表5 消費物価指数

	西暦	1月	2月	3月	4月	5月	6月	7月	8月	9月	10月	11月	12月	平均	
1	1999年	92.1	93.1	92.8	94.6	83.9	85.1	86.7	85	85.5	83.2	81.8	82.1	87.2	100%
2	2000年	83.9	85.8	90.1	98.7	101.5	100	100.2	92.8	95.7	97.1	92.5	95.7	94.5	108%
3	2001年	94	94	94.6	97.4	97.6	101.2	98.7	102.3	101.6	101.7	96.1	93.9	97.8	112%
4	2002年	97.6	98.9	99.8	101.6	102.5	105.4	105.3	103.3	101.5	100.8	98.7	96.3	101.0	116%
5	2003年	95.9	96.6	95.6	95.7	96.8	97.2	97.6	99	99.8	99.2	98.8	97	97.4	112%
6	2004年	96.5	96.4	96.5	97.4	97.6	98.9	98.8	99.3	99.1	99.5	99.2	99.1	98.2	113%
7	2005年	100.4	100.3	100	100.3	103.5	102.5	102.7	102.6	102.7	102.2	101.5	100.1	101.6	116%
8	2006年	99.3	100.9	101.6	101.7	102.5	104.6	105.5	106.6	106.1				103.2	118%

1-2 水産分野の状況

(1) 漁業概要

「ギ」国は、総延長273kmの海岸線と西アフリカ最大の大陸棚面積45,000km²を有し、沿岸域には多くの河川が流れ込み、湿地、マングローブ群が多く、沿岸域は「ギ」国及び周辺国沿岸域の漁業資源の再生産場(産卵・稚魚の育成場)となっている。また沖合域ではカナリア寒流とギニア暖流がぶつかり合い、豊かな漁場が形成されている。

「ギ」国の水産業は、商業漁業と零細漁業に大別される。商業漁業は、主に漁業協定により操業許可を得て操業する EU、中国等の外国籍漁船により成り立っており、支払われる入漁料は政府の歳入の約 4 割を占めており、重要な財源となっている。主な漁獲物はコウイカ、エビ、タイ類であり、沿岸域から 12 海里より沖合の排他的経済水域を漁場とし、主に出力 100 馬力以上の主機関を装備するトロール漁船により漁獲され、国外に輸出されている。

零細漁業は、沿岸から 12 海里以内の水深 5-20m を漁場としてピローグと称される木造漁船で主に日帰り操業による漁業が営まれている。ビサゴス諸島周辺ではハタ類、タイ類、ニベ類などの底魚類が底刺網、底延縄、手釣り等により漁獲されている。また、南部トンバリ州沿岸域では、主にボンガ、ボラなどの浮魚類を対象として浮き流網漁、旋刺網漁等が営まれている。また、近年では付加価値の高いタイ類、シタビラメや小サメ、ナマズなども漁獲されるなど対象魚種が多様化しており、全国で年間約 2 万トン（2007 年）が水揚げされている。

(2) 需要

2006 年末に実施された零細漁業社会調査による調査結果では、調査対象カヌーによる国内消費向け漁獲量は 18,000 トン、消費量は年間一人当たり 12.5kg とされている。「ギ」国民の水産物に対する嗜好性は強く、生では食する習慣はないが、鮮魚の多くが煮込み、フライ等に調理され、その他に燻製、塩干、発酵塩干物が食されており、潜在的に高い需要があることが確認されている。また、一般的に沿岸部の消費量が高く、流通量が少ない内陸部ほど消費量は少ない。

国内市場以外に、陸路および海路を経てセネガル、ギニア、マリ、シエラレオネなどに輸出されている。

(3) 加工・流通

零細漁業の漁獲物の 67%が鮮魚で国内に流通しており、次いで燻製 21%、塩干魚が 12%となっている。地域別では、首都ビサウとその周辺、およびバファタ、ガブ等の地方都市部および輸送が容易な水揚げ地では鮮魚での販売比率が高く、道路、海路ともにアクセスが未整備な地域では干物および燻製加工魚の比率が高くなっている。

表 6 地域別漁獲物の流通状況

	鮮魚	塩干	燻製
ビサウ	86%	14%	
バファタ	89%		11%
ガブ	69%	2%	31%
カシーン	35%	51%	14%
全国	67%	12%	21%

出典：水産経済技術支援報告書（2007 年 4 月）

(4) 水産資源

漁業省の CIPA (Centro de Investigação Pesqueira Aplicada) は、2004 年と 2006 年に「ギ」国の 200 海里排他的経済水域 (EEZ) 内の資源調査を実施し、表 7 の通り報告を行っている。

表7 水産資源量 (単位：トン)

	年	甲殻類 (内、エビ)	イカ	魚	エイ/サメ	合計
資源量	2004	2,590 (1,596)	13,284	324,098	54,130 50,334	444,436
	2006	4,155	14,399	402,312	27,278 16,605	464,749
漁獲可能量	2004	3,428 (2,900)	5,314	77,000	5,413 5,033	95,600
	2006	3,758 (2,894)	5,760	89,352	2,728 1,661	103,259

出典：水産経済技術支援報告書（2007年4月）

(5) 外国船受入状況

2006年末に実施された零細漁業社会調査の結果では、外国籍漁船の対象魚種別稼働実績は表8の通りである。

表8 外国籍漁船の対象魚種別稼働実績（2005年）

国名	エビ	イカ	マグロ	底魚	浮き魚	合計
スペイン	24	4	25			53
ポルトガル	6					6
フランス			8			8
イタリア	16					16
中国	14	12		2		28
韓国	2			15		17
パナマ	2				4	6
セネガル	4		3			7
ギニア				3		3
その他	3	3	1		1	8
合計	71	19	37	20	5	152

出典：水産経済技術支援報告書（2007年4月）

1-3 援助状況・動向

(1) 我が国の援助状況・動向

1) 経済協力の動向

経済協力は食糧・農業分野における無償資金協力中心に行われている。

- ①有償資金協力（2006年度まで、E/Nベース）：データなし
- ②無償資金協力（2006年度まで、E/Nベース）：109.12億円
- ③技術協力実績（2006年度まで、JICAベース）：5.09億円

2) 水産分野の無償資金協力の実績

①案件名：小規模漁業振興計画

年度：1990年度

事業費：2.050億円

②事業名：第2次小規模漁業振興計画

年度：1994年度

事業費：4.410億円

③事業名：小規模漁業施設建設計画

年度：1997年度（1998年6月に停止）

事業費：7.310億円

対象地域：トンバリ州カシーン

(2) 他国・機関の援助状況・動向

1) 国別援助動向

2005年の主要援助国からの援助総額は以下の通り。（単位：百万ドル）

- ①フランス（15.60百万ドル） ②ポルトガル（13.52百万ドル） ③オランダ（2.62百万ドル）
④スペイン（2.25百万ドル） ⑤カナダ（1.96百万ドル）

2) 国際機関からの協力

①アフリカ開発銀行

- ・ 零細漁業振興開発計画
- ・ 漁業セクター支援プロジェクト

②世界銀行

- ・ ギニアビサウ沿岸地域生態系管理計画（PGBZC）

③スペイン国際協力庁

- ・ 訓練センター強化計画

④FAO

- ・ 零細漁業持続的開発戦略プラン作成支援計画

3) 漁業分野の動向

本計画に関連する漁業分野の他ドナー、NGOの活動状況を以下に示す。

①アフリカ開発銀行

アフリカ開発銀行は、漁業セクター支援プロジェクト（2005-2009）を実施している。予算は60億FCFAで、以下に示す4つのコンポーネントよりなる。

1) 組織支援

組織支援（Institutional Support）内容は以下の通りで、すでに完了している。

①人材育成

- ・ 漁民100名の人材育成
- ・ 仲買業者（男女）の人材教育と冷凍機器修理技師20名の訓練
- ・ 輸出振興のための船長、荷捌き取扱い、品質管理の研修（モーリタニア・ヌアディブ国立訓練学校で実施）
- ・ 漁業省8名の研修 経済、統計、海洋、生産 各2名スペインでの研修

②調査支援

- ・ 漁業調査センター (CIPA) のパソコン機材、運営資金
- ・ 生物学専門家のモーリタニアへの派遣
- ・ 漁民・漁船調査 2007年実施
- ・ 流通体系、魚価 (仏文) 2006年アンケート調査 セネガル人により実施

2) 漁業管理の拠点整備計画

カシオ、カシーニ、ブバケに漁業管理拠点を整備した。12m 監視船 3 隻、事務所、通信、レーダー装備。土地確保、発電機は完了。

現在は中断を決定し、他ドナーに依頼することでドナーを探している。

3) ビサウ漁港整備

予算 35 億 FCFA (1,700,000\$)、建設開始は 2008 年 10 月予定

整備項目は以下の通り

- ・ 既存栈橋を拡張、延長 (杭式栈橋) 320m : 商業漁業用栈橋
- ・ 既存岸壁の延長
- ・ 2ha の民間運営による市場 (市場、加工、燃料)
- ・ 中国との JV による商業漁業輸出 (製氷、冷凍)

運営体制は漁業省、港湾局、使用者 (漁民、流通業者等) の運営委員会を設立予定

4) プロジェクトの運営

各プロジェクトの運営のサポート支援を実施している。

②ADIM (NGO)

1) ADIM の組織

本計画の対象地カシーン村で漁業分野の活動を実施している現地 NGO である。

設立 : 1993 年に活動開始、2006 設立

職員 : 20 名

目的 : 食糧安全、環境保全

活動 : 農業・漁業分野の行政サポート、マイクロクレジット

資金ソース : トンバリ州 EU、マニテーズ、ソルソック (ベルギー)

ビサゴ諸島 イタリア・マニテーズ ビサウ UNDP

2) 漁業分野の関連計画等

- ・ 計画名 : カシーン河川岸零細漁民支援食糧安全強化計画

計画立案 : 2006

対象漁村 : トンバリ州 6 漁村 (カンピアーニ、ガダマーニポルト、カデコ、コンターヤ、コナミネ、カシーン)

プロジェクト内容

第 1 期 : 2007-2008 EU+マニテーズ 資金 175,000 ユーロ+5,300 ユーロ

活動 : 試験操業:漁民協会による漁獲を実施、鮮魚の販売

船製造 : 集荷船 20t 1 隻、漁船 13m カヌー3 隻、16m カヌー 1 隻

漁具 : 魚網

施設 : 多目的施設 (事務所、講義室、井戸) 17KVA・39KVA 発電機 (公共施設、住宅) と配線

第 2 期 : 2008-2009 EU+マニテーズ 資金 108,000 ユーロ+3,300 ユーロ

活動 : 漁民の能力強化・グループ化、運営管理委員会、婦人会再整備・加工訓練、国立公園の漁民による取
締強化

施設 : 製氷機 (3.5t 日)、水道配管、病院井戸復旧、給電、ポンプ設置
第3期 : 2009-2010 EU+マニテーズ 資金 108,000 ユーロ+3,300 ユーロ
第2期を継続するが現在計画内容の再検討中

3) 本計画との関係と問題点

本計画内容と類似した計画内容である。対象漁村、施設コンポーネントも類似しており、施設建設のサイトの近隣(約 100m)に施設(製氷機、多目的施設)が位置している。しかしながら、計画立案の技術レベルの低さ、設備仕様のアンバランスが目立ち、施設稼働には多大の追加費用が確実に発生する。技術上の問題点を以下に示す。

- ・製氷機能力(3.5t)に対する発電機が選定されていない。無理に稼働させた場合すぐに壊れる。
- ・製氷用給水は1km離れた病院井戸を利用する計画であるが配管径25mm(配管済み)が小さい、ポンプ設置の配線がない、ポンプの起動電流に配慮した発電機が選定されていない、製氷用給水の高架水槽が計画されていない。
- ・外部電気配線は規格外と考えられる。通電していないので問題はでていない。

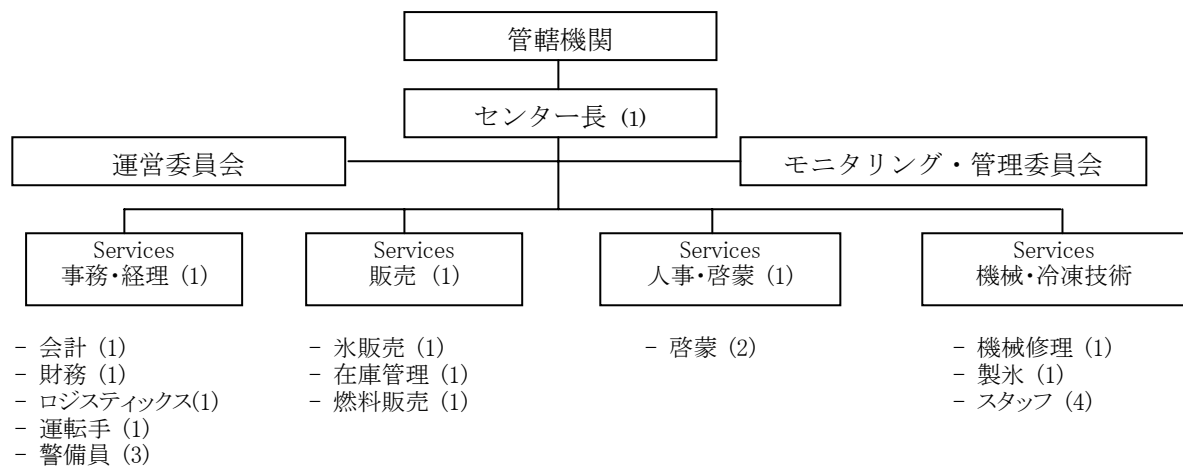
現在、第2期を実施中ではあるが、第1期の試験操業において漁民が漁獲した魚を販売したにも関わらず、漁民への対価がなく、全く信用力がない。村民も期待はしていない。

総局は、ADIMの活動には批判的であるが、NGO活動内容を把握できていない。

付属資料2 プロジェクトを取り巻く状況

2-1 プロジェクトの実施体制

「ギ」国側は、本計画施設・機材の維持管理組織計画を図1の通り示した。本計画施設・機材は独立採算制による運営が計画されているが、施設運営立上時および運営が赤字になった際の支援は漁業省が行うことを「ギ」国側は約束した。また、施設の収支計画においては、氷販売代金の10%を特別口座に積み立て、機材の更新費用に充てることを調査団が求め、「ギ」国側は了解した。



センター正社員（職員）は23名と予定されている。非正規社員は含まれていない。

図1 カシーン漁業センター組織図

2-2 その他（省庁リスト）

「ギ」国の省庁リストを以下に示す。

Nominal List of Ministries 省庁リスト

- | | |
|---|-----------|
| 1) Prime Ministry | 総理府 |
| - Prime Minister | 総理大臣 |
| - Minister for Parliamentary Affairs | 対国会大臣 |
| 2) Ministry of Internal Administration | 内務省 |
| 3) Ministry of Fisheries | 漁業省 |
| 4) Ministry of Agriculture and Rural Development | 農業省 |
| 5) Ministry of Natural Resources and Environment | 天然資源環境省 |
| 6) Ministry of Finance | 財務省 |
| 7) Ministry of Energy and Industry | エネルギー産業省 |
| 8) Ministry of Foreign Affairs and International Cooperation | 外務国際協力省 |
| 9) Ministry of Youth, Culture and Sports | 青年文化スポーツ省 |
| 10) Ministry of Former Combatants for the Freedom of the Homeland | 愛国解放旧軍人省 |
| 11) Ministry of Public Affairs and Labor | 公務労働省 |
| 12) Ministry of Economy and Regional Integration | 経済地域統合省 |
| 13) Ministry of Transports and Communication | 運輸通信省 |
| 14) Ministry of Public Works | 公共事業省 |
| 15) Ministry of Social Solidarity for Poverty Alleviation | 貧困対策社会連帯省 |
| 16) Ministry of Public Health | 保健省 |
| 17) Ministry of National Education | 国家教育省 |
| 18) Ministry of Justice | 法務省 |

- | | |
|---|-----|
| 19) Ministry of National Defense | 国防省 |
| 20) Ministry of National Education and Higher Education | 教育省 |

Secretariat of State _____ 庁

- | | |
|---|-----------|
| 1) Secretariat of State for Food Security | 食糧安全庁 |
| 2) Secretariat of State for Transports and Communication | 運輸通信庁 |
| 3) Secretariat of State for Territorial Administration | 自治庁 |
| 4) Secretariat of State for Administrative Reform, Public Affairs and Labor | 行政改革公務労働省 |
| 5) Secretariat of State for Regional Integration | 地域統合省 |
| 6) Secretariat of State for Energy | エネルギー庁 |

Institutes _____ (研究所等)

- | | |
|--|-------------|
| 1) INPA (National Institute for Agrarian Studies) | 農業調査研究所 |
| 2) Institute of Youth | 青年研究所 |
| 3) Institute of Women and Children | 女性児童研究所 |
| 4) INEC (National Institute of Statistics and Census) | 統計国税調査研究所 |
| 5) INITA (National Institute of Applied Technological Investigation) | 技術開発研究所 |
| 6) INEP (National Institute of Studies and Research) | 研究調査研究所 |
| 7) IBAP (Protected Areas Biodiversity Institute) | 保護区生物多様性研究所 |
| 8) CIPA (Applied Fisheries Investigation Center) | 漁業調査センター |
| 9) Institute of Social Providence | 社会福祉研究所 |
| 10) Institute for the Support of Emigrants | 移民支援研究所 |

付属資料 3 その他の資料、情報等

3-1 物価調査

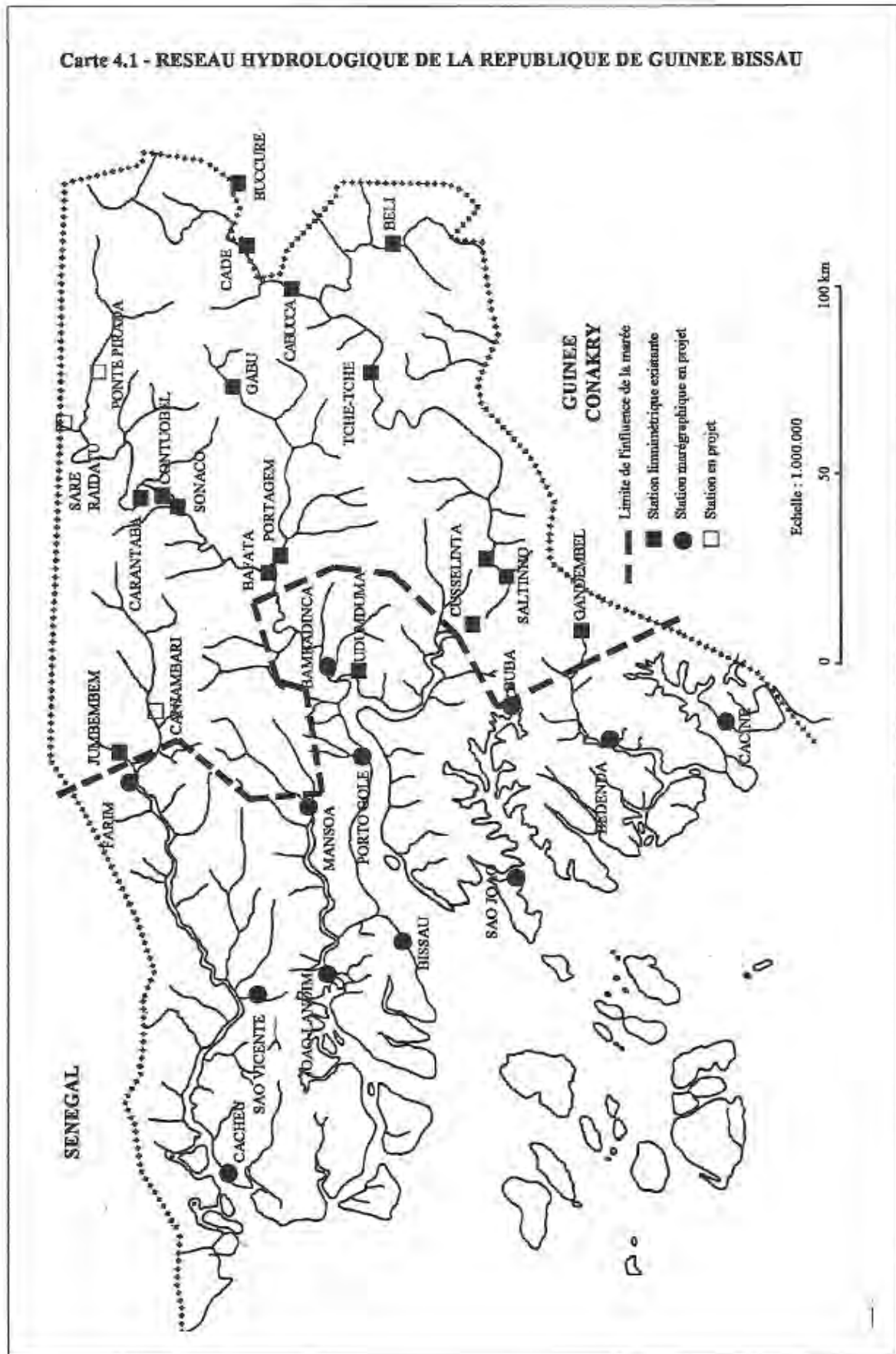
ビサウの建設業者、資材店からの聴取結果を以下に示す。

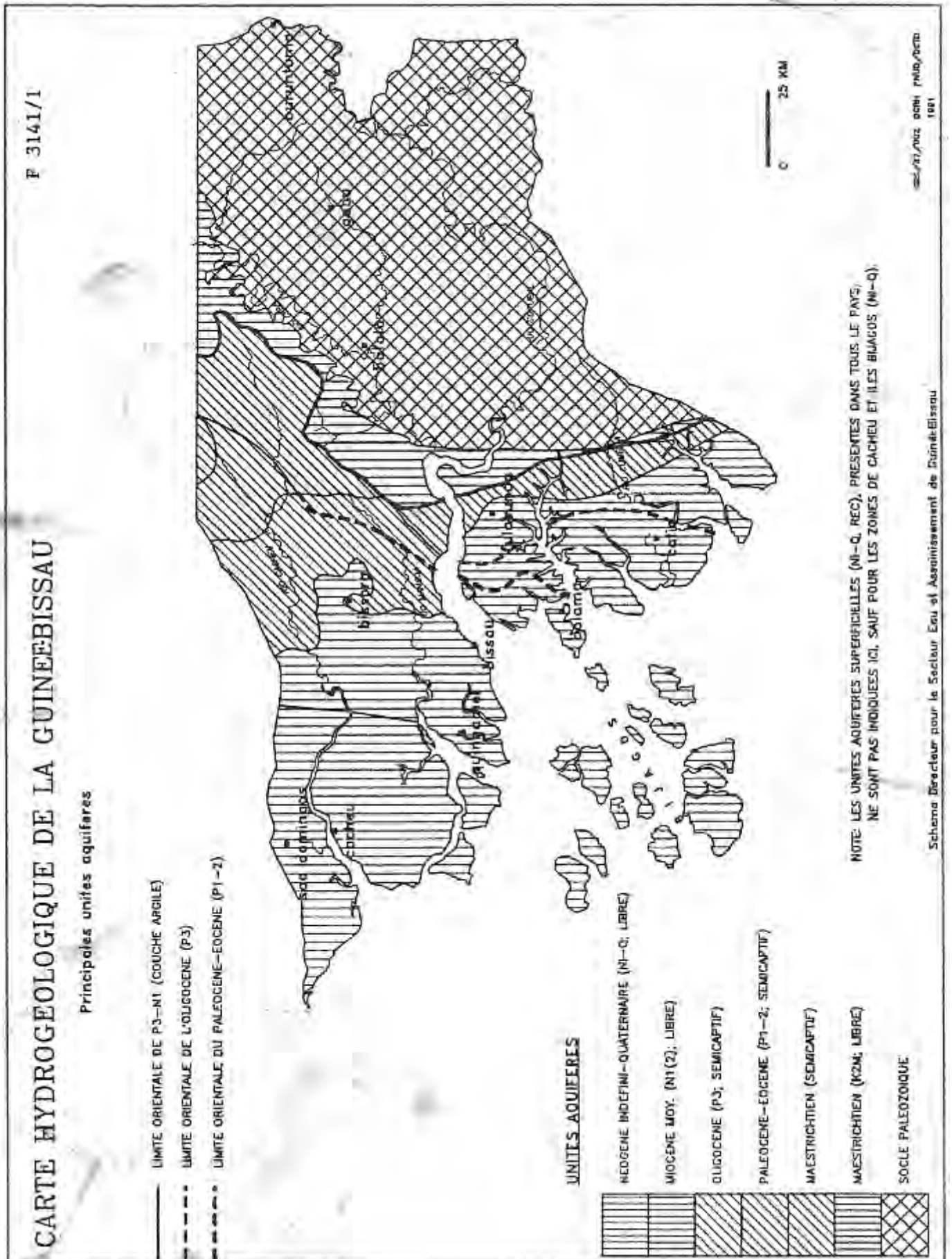
No.	Items	Unit	Price (CEF)	Remarks/Specification (Type, Size)
1 OFFICE AND EQUIPMENT				
1-1	Office space in Bisou	m ²	20,000-100,000	hotel single room
1-2	Office table	no.	20,000-40,000	steel type office table
1-3	Office chair	no.	8,000-15,000	steel type
1-4	Bookshelf	set	10,000-20,000	steel type
1-5	Table Lamp	no.	5,000-12,000	
1-6	Electric fan	set	10,000-30,000	
1-7	Air Conditioner	set	300,000-500,000	
1-8	Installation Cost of A.C.	set	10,000-20,000	Including materials
1-9	Photocopy Machine	set	500,000-1,000,000	
1-10	Toner for photocopy	set		
1-11	Photocopy (Colored)	one sheet	500-1,000	
1-12	Photocopy (Black & White)	one sheet	100-500	
1-13	Desktop computer	set	500,000-1,000,000	
1-14	Monitor	set		
1-15	Laser Printer	set		
1-16	Operation Software	set		
1-17	Flash Memory	one piece		
1-18	Mobile phone	one set	20,000-50,000	
1-19	Internet provider membership and cost	one set	1,000/hour	Internet café
1-20	Water tank (1000l)	set	50,000-80,000	
1-21	Cooking Gas Cylinder	set		
1-22	Generator (Diesel Engine 8KVA)	set	200,000-300,000	Made in China
1-23	Generator (Diesel Engine 3KVA)	set	150,000-200,000	Made in China
1-24	UPS (2kw)	set	60,000-100,000	
1-25	GPS	set		
2 EMPLOYMENT & WORK				
2-1	Computer Operator	man/day	8,000-20,000	
2-2	Interpreter (English-Local)	man/day	10,000-20,000	
2-3	Draftsman	man/day	10,000-20,000	
2-4	Engineer	man/day	10,000-20,000	
2-5	Office Clerk	man/day	5,000-10,000	
2-6	Common Labor	man/day	5,000-10,000	
2-7	Driver (Daily)	man/day	10,000-20,000	
2-8	Driver (Overnight use)	man/day	30,000-50,000	Include accommodation
2-9	Watchman	man/day	5,000-10,000	
2-10	Topographic survey	/m ²	500-2,000	
2-11	Well construction 50m	set	7,000,000.00	
2-12	Well construction 100m	set	10,000,000.00	
3 TRANSPORTATION				
3-1	Rent a car (Track 4ton)	car/day	100,000	Without fuel in Bissau City
3-2	Rent a car (4WD type)	car/day	80,000	Without fuel in Bissau City
3-3	Gasoline	one liter	800-1000	Not available
3-4	Diesel	one liter	600-1000	

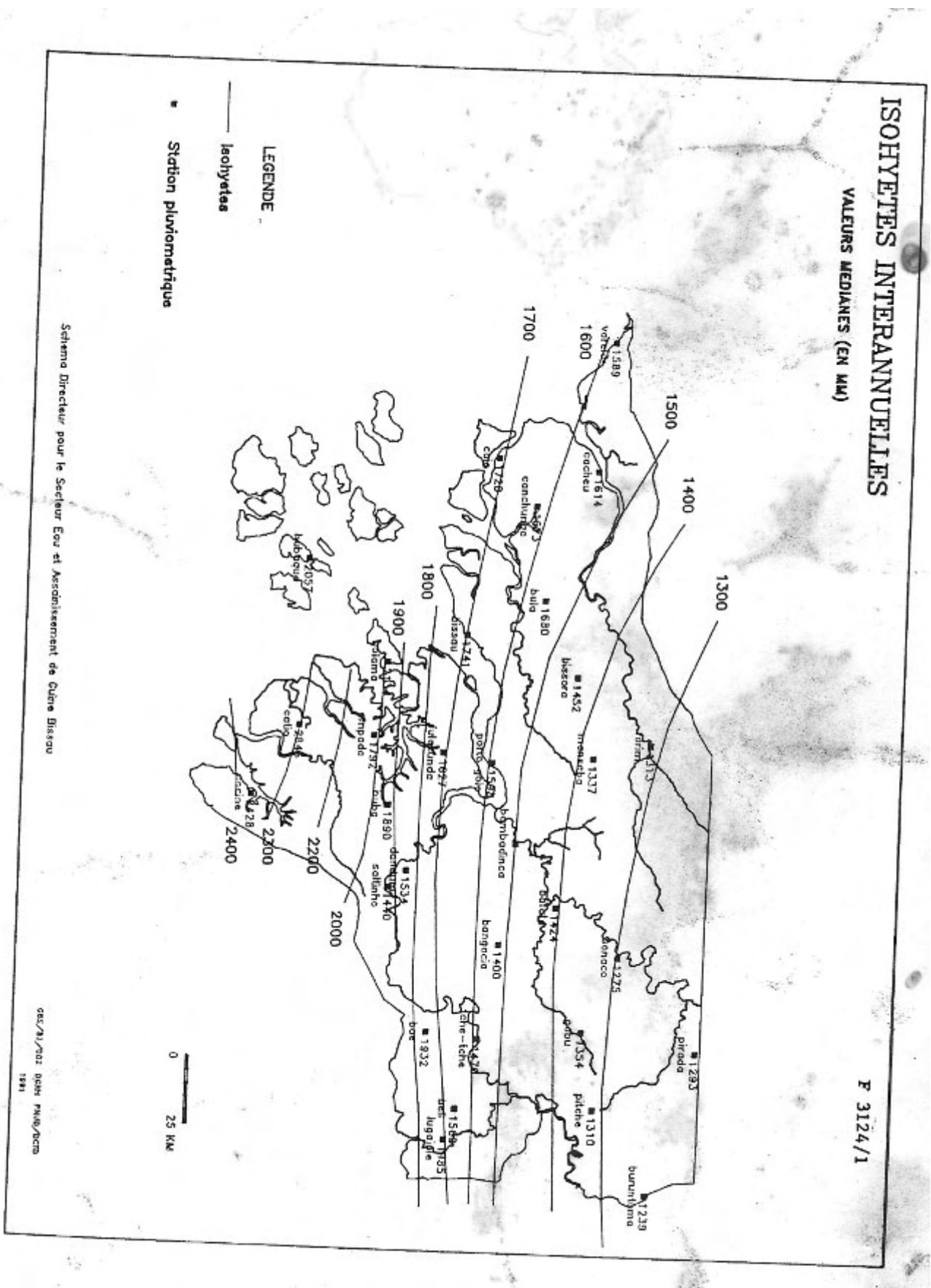
3-5	Engine oil	one liter	2,000-3,000	
4 MATERIAL AND POSTAGE COST				
4-1	Aerial photographs	sheet		Not available
4-2	Maps (1/50,000)	sheet	10,000-50,000	
4-3	Express (Bissau-Tokyo)	kg	5,000-100,000	
4-4	Express (Tokyo-Bissau)	kg	5,000-100,000	
5 Construction Materials				
5-1	Cement 50kg	bag	4,500	50kg /bag
5-2	Reinforcing bar 6mm/bar	piece	1,800	
	Reinforcing bar 8mm/bar	piece	3,300	
	Reinforcing bar 10mm/bar	piece	4,200	
	Reinforcing bar 12mm/bar	piece	6,500	
	Reinforcing bar 14mm/bar	piece	13,500	
5-3	Sand	m3	12,000	1m3
5-4	Gravel	m3	15,000	1m3
5-5	Roof Galvanized Sheet	One Sheet	7,500	0.13mm X 1m3
5-6	Wooden form (50x200x6)	piece	6,000	
	Wooden form (50x200x12)	piece	12,500	
	Wooden form (50x200x18)	piece	19,000	
	Wooden form (2'x4')	piece	8,000	
5-7	Water Pipe (Galvanize steel 1/2inch)	one pipe	7,500	
	Water Pipe (Galvanize steel 3/4inch)	one pipe	8,500	
6 OTHER ITEMS				
6-1	Workshop/Meeting room'(50 person)	day	200,000-300,000	
6-2	Workshop materials (100 copies)	set	10,000-30,000	

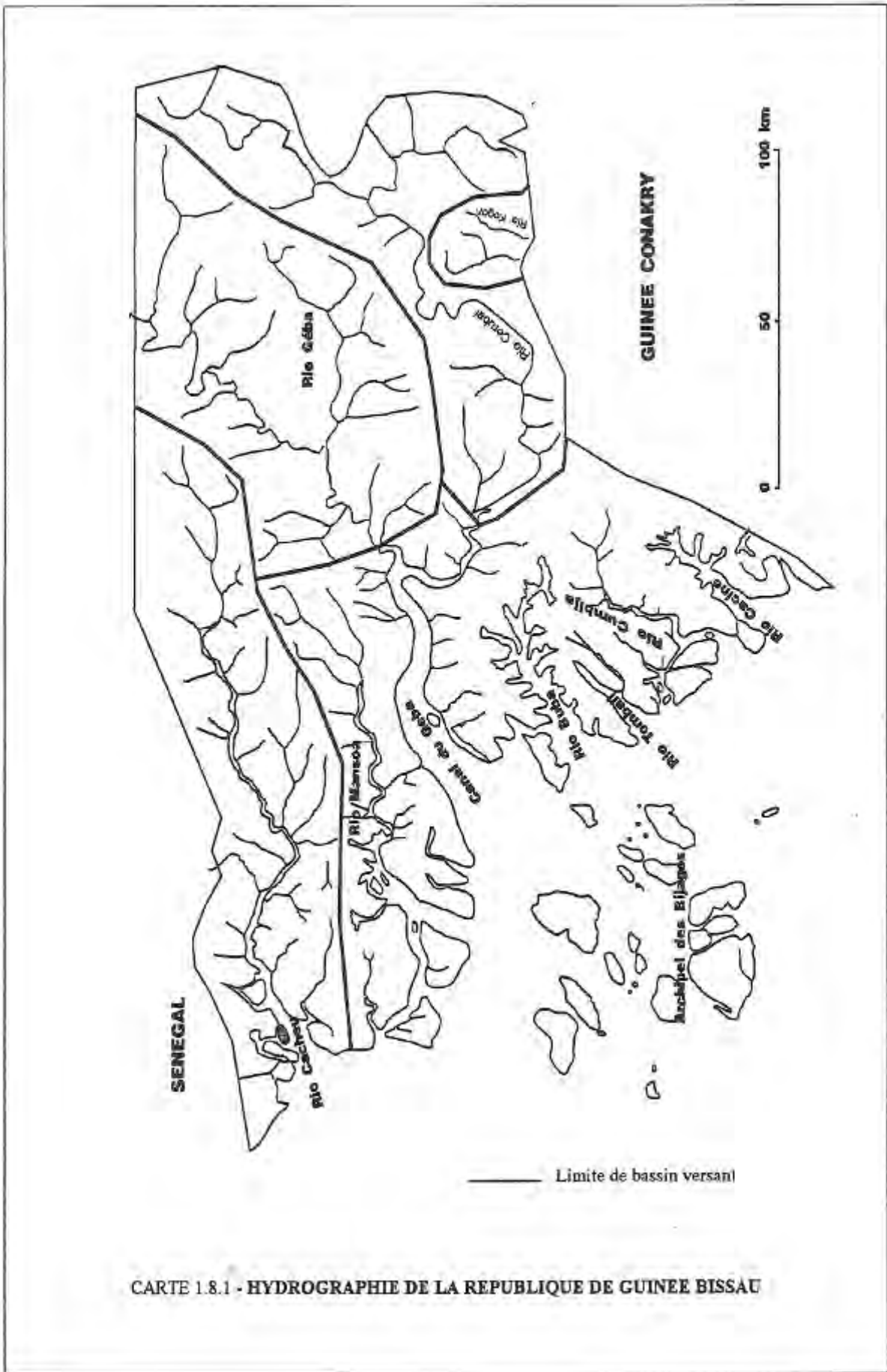
3-2 水理地質に関する資料

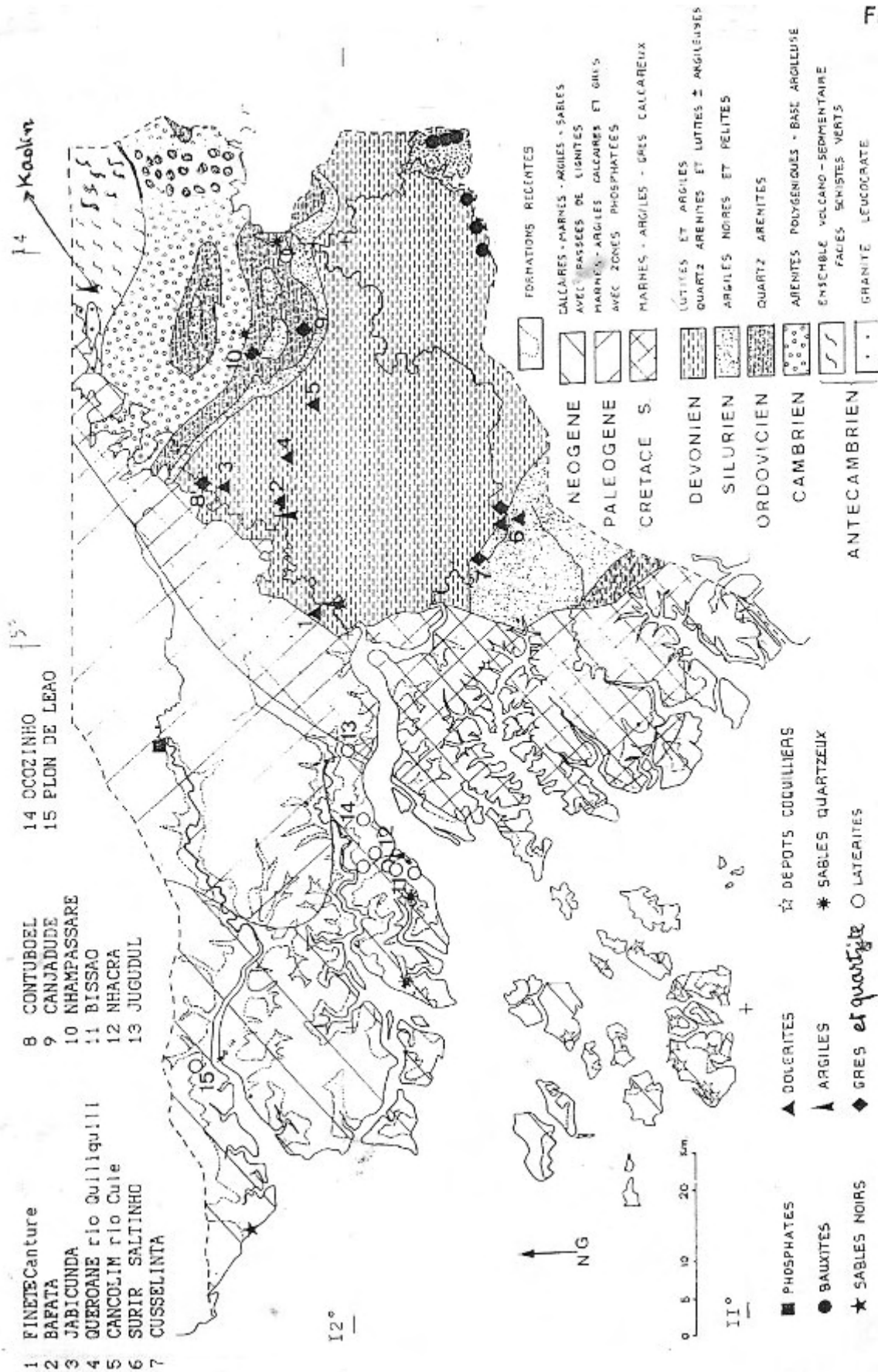
3-2-1 井戸プロジェクト位置図











3-2-6 トンパバリ州井戸データベース (抜粋)

No_Tabanca	Tabanca	Longitude	Latitude	Niv_Estatico	Rabattement	Tipo_Obra	Debito_Exploravel	pH_Labo	Prof_Total	No_Obra	Estado_Obra
3930010	BANIRE	15°3'52"	11°00'19"	4.2		Forage			11.3	69-I-009	Exploité
3930030	BRICAMA	14°52'15"	11°12'05"			Puits			12	70-B-013	Inconnu
3930050	CABOXANQUE	15°3'56"	11°00'44"	7.1		Forage			11.6	69-I-011	Exploité
3930050	CABOXANQUE	15°3'56"	11°00'44"	8.9		Forage			15	69-I-023	Exploité
3930050	CABOXANQUE	15°3'56"	11°00'44"	9		Puits			10	69-I-036	Exploité
3930060	CABOXANQUEZINH0	15°0'35"	11°04'46"	7.52		Puits			10.2	69-I-031	Exploité
3930070	CABUBAR	15°3'49"	11°02'30"	6.3		Forage			12.2	69-I-022	Exploité
3930080	CACAFAL BALANTA	15°0'51"	11°03'38"	10.1		Forage			15.6	69-I-021	Exploité
3930100	CACINE	15°0'5"	11°07'25"	4.35	12.4	Forage			65.3	69-F-002	Exploité
3930100	CACINE	15°0'5"	11°07'25"			Puits			8	69-F-006	Inconnu
3930100	CACINE	15°0'5"	11°07'25"			Puits				69-F-007	Inconnu
3930110	CACOCA	14°54'55"	11°05'55"			Forage				70-D-001	Inconnu
3930130	CAIANQUE	15°5'15"	11°00'40"	1.65		Puits			3.8	69-H-004	Exploité
3930140	CAIANTICO	14°54'25"	11°07'05"			Puits			11.9	70-E-005	Inconnu
3930150	CALAAQUE	15°4'18"	11°01'01"	4.5		Forage			9.4	69-I-007	Exploité
3930150	CALAAQUE	15°4'18"	11°01'01"	5.2		Forage			9.6	69-I-008	Exploité
3930150	CALAAQUE	15°4'18"	11°01'01"	3.35		Puits			5.4	69-I-029	Exploité
3930160	CAMBAQUE	14°59'30"	11°03'08"	10.9		Forage			16.4	70-G-003	Exploité
3930160	CAMBAQUE	14°59'30"	11°03'08"	8.1		Puits			10	70-G-007	Exploité
3930170	CAMBEQUE	15°1'21"	11°04'15"	9.9		Forage			13	69-I-018	Exploité
3930180	CAMECONDE	14°54'35"	11°04'42"	8.9		Forage			12.5	70-G-001	Exploité
3930180	CAMECONDE	14°54'35"	11°04'42"	10.1		Forage			16.2	70-G-002	Exploité
3930180	CAMECONDE	14°54'35"	11°04'42"	20.75	7.5	Forage			70	70-G-005	Exploité
3930180	CAMECONDE	14°54'35"	11°04'42"	12.25		Puits			14.4	70-G-006	Exploité
3930180	CAMECONDE	14°54'35"	11°04'42"	6.65		Puits			10.2	70-G-013	Exploité
3930210	CAMPAS	15°1'13"	11°01'35"	8		Puits			10	69-I-030	Exploité
3930210	CAMPAS	15°1'13"	11°01'35"	8.95		Puits			12	69-I-033	Exploité
3930230	CAMPEANE	15°4'2"	11°01'59"	3.35		Puits			6.5	69-H-003	Exploité
3930230	CAMPEANE	15°4'2"	11°01'59"	3.15		Puits			6.5	69-I-035	Exploité
3930240	CAMPO	15°3'25"	11°01'02"	13.6		Forage			18.6	69-I-015	Exploité
3930270	CAUALE	15°2'13"	11°00'03"	6.82		Forage			12.8	69-I-014	Exploité

3930270	CAUALE	15°2'13"	11°00'03"	6.3	Forage					10.1	69-I-026	Exploité
3930270	CAUALE	15°2'13"	11°00'03"	9	Puits					10	69-I-028	Exploité
3930280	CAMISSOROM	14°59'23"	11°01'20"	8.1	Forage					11.2	70-G-004	Exploité
3930280	CAMISSOROM	14°59'23"	11°01'20"	9.62	Puits					12.4	70-G-009	Exploité
3930280	CAMISSOROM	14°59'23"	11°01'20"	8.73	Puits					11.2	70-G-010	Exploité
3930280	CAMISSOROM	14°59'23"	11°01'20"	7.9	Puits					10	70-G-011	Exploité
3930290	CANDENPANE	14°53'14"	11°10'51"	3.95	Puits					8	70-B-005	Exploité
3930300	CANIFAQUE	15°1'35"	10°57'09"		Puits					6.5	72-C-007	Inconnu
3930300	CANIFAQUE	15°1'35"	10°57'09"		Puits					6.5	72-C-008	Inconnu
3930300	CANIFAQUE	15°1'35"	10°57'09"		Puits					7	72-C-010	Inconnu
3930310	CANFEFE	15°4'21"	11°00'09"	4.8	Forage					9.6	69-I-010	Exploité
3930310	CANFEFE	15°4'21"	11°00'09"	2.7	Forage					11	69-I-024	Inconnu
3930330	CASSACA	15°2'40"	11°02'40"		Forage					13.2	69-I-001	Exploité
3930330	CASSACA	15°2'40"	11°02'40"	11.9	Forage					19	69-I-002	Exploité
3930330	CASSACA	15°2'40"	11°02'40"	6.1	Forage					12.1	69-I-003	Exploité
3930330	CASSACA	15°2'40"	11°02'40"	13.4	Forage					17.2	69-I-004	Exploité
3930330	CASSACA	15°2'40"	11°02'40"		Puits						69-I-038	Inconnu
3930350	CASSAPRICA	14°58'14"	11°01'11"	7.08	Puits					10.3	70-G-008	Exploité
3930360	CASSATE	15°4'35"	10°58'01"		Puits					5	72-C-006	Inconnu
3930380	CASSABETCHE	15°3'49"	10°58'32"	3	Forage					7.6	72-C-001	Exploité
3930380	CASSABETCHE	15°3'49"	10°58'32"	3.1	Forage					7.6	72-C-002	Exploité
3930380	CASSABETCHE	15°3'49"	10°58'32"	3	Forage					6.7	72-C-003	Exploité
3930390	CASSENTEM	15°4'5"	11°02'00"	3.35	Puits					7	69-H-001	Exploité
3930390	CASSENTEM	15°4'5"	11°02'00"	1.55	Puits					4.2	69-H-002	Exploité
3930400	CASSOMO	15°0'12"	11°04'00"	6.6	Puits					10.5	70-G-012	Exploité
3930410	CASSUNBA	15°5'39"	10°58'28"	2.4	Forage					7.7	72-B-001	Exploité
3930410	CASSUNBA	15°5'39"	10°58'28"	2	Forage					7.9	72-B-002	Exploité
3930430	CATUNAI			1	Puits					4.5	70-D-004	Exploité
3930450	CAULACA	15°2'1"	11°02'20"	8.9	Forage					13.8	69-I-005	Exploité
3930480	CAUNEPO	15°2'14"	11°03'18"	8	Forage					14	69-I-012	Exploité
3930480	CAUNEPO	15°2'14"	11°03'18"	9.1	Forage					15.4	69-I-013	Exploité
3930480	CAUNEPO	15°2'14"	11°03'18"	8.3	Forage					13.9	69-I-016	Exploité
3930480	CAUNEPO	15°2'14"	11°03'18"	9.35	Puits					11	69-I-034	Exploité
3930500	CAUFA	14°55'14"	11°07'50"	9.55	Puits					12.3	70-D-005	Exploité
3930500	CAUFA	14°55'14"	11°07'50"	9.21	Puits					10.9	70-D-006	Exploité

3930510	DJABICUNDA	14°53'45"	11°09'20"						Puits				12	70-E-006	Inconnu
3930540	GADAMAEL PORTO	14°53'24"	11°13'30"						Forage				92.5	70-B-002	Non équipé
3930540	GADAMAEL PORTO	14°53'24"	11°13'30"	5.85					Puits				11	70-B-006	Exploité
3930580	MADINA	14°52'50"	11°11'38"	6.2					Puits				8.1	70-B-009	Exploité
3930590	MISSIRA	14°52'29"	11°11'10"	13.25					Puits				15.5	70-B-011	Exploité
3930610	SALQUENHE	14°53'24"	11°09'02"	13.5					Forage				16.6	70-E-001	Exploité
3930620	SANCONHA	14°53'15"	11°10'13"	6.3					Forage				12.2	70-B-001	Exploité
3930620	SANCONHA	14°53'15"	11°10'13"	21.3	7.2				Forage				75	70-B-003	Exploité
3930620	SANCONHA	14°53'15"	11°10'13"	11.05					Puits				13	70-B-007	Exploité
3930620	SANCONHA	14°53'15"	11°10'13"	7.05					Puits				13.3	70-B-012	Exploité
3930620	SANCONHA	14°53'15"	11°10'13"	9.5					Forage				12.6	70-E-002	Exploité
3930620	SANCONHA	14°53'15"	11°10'13"	10.4					Puits				12.9	70-E-003	Exploité
3930630	TABANCA NOVA	15°0'29"	11°06'13"	10.4					Forage				12.5	69-F-001	Exploité
3930650	TAFORI	15°3'51"	11°00'21"	9					Puits				10	69-I-020	Exploité
3930690	TARICURE	14°53'40"	11°10'50"	5.15					Puits				9	70-B-004	Exploité
3930700	TUBANDIM	14°57'21"	11°06'10"						Forage					70-D-002	Inconnu
3930710	BENDUGO			11.24					Forage				17.3	69-I-006	Exploité
3930720	BIGINE	15°2'24"	11°02'20"	8.3					Forage				11.4	69-I-017	Exploité
3930720	BIGINE	15°2'24"	11°02'20"						Puits				6	72-B-003	Inconnu
3930730	BOCARIA			6.65					Forage				10.2	69-I-019	Exploité
3930730	BOCARIA								Puits				4.3	72-C-009	Inconnu
3930740	CABONEPO			7.4					Forage				11.7	69-I-025	Exploité
3930750	CAMACREN	14°54'1"	11°10'52"	8.7					Forage				12.3	70-D-003	Exploité
3930760	CAMBRAS	14°58'0"	11°05'50"	2.9					Forage				11	69-I-027	Inconnu
3930770	CAMPAS BRAIA	15°2'0"	11°00'14"	2.95					Puits				6	72-C-004	Exploité
3930770	CAMPAS BRAIA	15°2'0"	11°00'14"	2.45					Puits				5	72-C-005	Exploité
3930780	CAMPREMO BEAFADA	14°54'20"	11°09'15"	8.75					Puits				11.8	70-E-004	Exploité
3930790	CANALE			8.1					Puits				9.9	69-I-032	Exploité
3930800	CANTEDI	14°59'27"	11°05'12"	1.35					Puits				3.9	69-I-037	Exploité
3930810	CAQUETRA			10.95					Puits				13.8	70-B-008	Exploité
3930820	CASFUNDA			9.5					Puits				12.6	70-B-010	Exploité
3930830	CASSACA BALANTA	15°2'28"	11°01'45"	7.76					Puits				10.3	70-D-007	Exploité

Chapter I
General dispositions

Article 1 (Object)

1. The present diploma establishes the norms related to the study and environmental impact evaluation as well as environmental audits and fiscalization, namely on what relates to determined public and private projects effects on environment and human health.
2. The present diploma defines equally the general rules of administrative management of environmental evaluation process and fix the general and specific principles, methodologies and techniques applicable to these processes.

Article 2 (Scope of application)

1. The present diploma applies to the whole national or foreign territory under conditions that foresee everything related to projects listed in annexes I and II and also programs, plans and policies in sectors described in annex III.
2. The projects, programs, plans and policies related to confidential defense and national security must be included in the application scope of this diploma, observing the necessary adaptations.

Article 3 (General principles)

1. All people has the right to a healthy environment and adequate life standard.
2. The policy to guarantee the environment and society targets favor a ecologically balanced environment viable and socially acceptable.

Article 4 (Specific principles)

1. The general principles that constitute the anterior article implicate, namely, the observance of the following five specific principles for the correct management of environmental and social risks.
 - a) Evaluation of environmental impact: Process of ecological, economic and social impact evaluation that may result from the implementation of antropic activities and monitoring and control of these effects by the public sector and society;
 - b) Plan of Environmental and Social Management: Set of actions accorded among stakeholder actors on environment conservation and/or preaservation of a determined area, constituting sector and integrated projects with necessary measures to territorial management;
 - c) Plan of Compensation and Resettlement in case of involuntary dislocation physically as well as economically: model or method of indemnity for the resettlement of resident population and/or use and/or acquisition, temporary or permanent, of land and goods belonging to the population affected by the project, program or AIA plan.
 - d) Public Audience: Consultation to the population on environmental problem or on a project that may cause problems to the environment;
 - e) Durable development: Harmonization of the imperative of economic growth with social equity promotion and preservation of natural heritage, guaranteeing the necessities of present generations will be attended without compromising the needs of future generations.

Article 5 (Concepts and definitions)

For the effect of this diploma, it is understood that:

1. "Environment": set of physical, chemical, biological systems and their relationship and economic, social and cultural factors as direct or indirect effect on living beings and life quality of men.
2. "Environmental evaluation (AA)": expression used with the same meaning as environmental impact evaluation, due to terminology adopted by some international agencies of technical and economic cooperation, corresponding, sometimes, to a vast concept that includes other

forms of evaluation, as risk analysis, environmental audit and other proceedings of environment management.

3. "Public audience (AP)": proceedings of consultation to the society, or to social groups interested in a determined environmental problem or who are potentially affected by the project;
4. "Strategic Environmental Evaluation (AAE)": Systematic and continuous proceeding for the evaluation of environment quality and environmental consequences resulting from alternative visions and intentions of development included in initiatives such as: project, policy, plan and program formulation in order to guarantee the effective integration of biophysical, economic, social and political aspects of planning and decision making.
5. "Environmental Audit (Aud. A)": Instrument of environmental policy that consists on the documented and systematic evaluation of installations and operational and maintenance practices of a polluting or other activity, with the aim to verify: the obedience to environment control and quality standards; accidental pollution risks and the efficiency of the respective preventive measures; the managers and workers role in actions referring to environmental control; the pertinence of internal environment management programs to the enterprise.
6. "Competent authority": is the supreme administrative authority for the management of environmental evaluation, with the competence to issue environmental licenses such as DCA and CCA,
7. "National Agency of Environmental Evaluation (ANAA)": is a structural and functional unit of a public organism responsible⁴ for the administration and licensing of the environment evaluation process.
8. "Certificate of Environmental Conformity (CCA)": document containing the issued decision under AA on the feasibility for the project, programs, plans and policies execution subject to the regime previewed in the present diploma.
9. "Declaration of Environmental Conformity (DCA)" document containing the decision of transitory and informative character issued by the licensing authority under the AA on the feasibility of execution of projects subject to the regime previewed in the present diploma.
10. "Durable development (DD)" defined as social, economic and cultural development that answers to the present generation demands without compromising future generation needs, without affecting the environment and biologic diversity.
11. "Study of Environmental Impact (EIA)": one of elements or tools of the environmental evaluation process. It is executed by multidisciplinary team of technical and scientific works in order to analyze, systematically, the consequences of the implementation of a environmental project, program, plan and policy through AA methods and techniques foreseeing environmental and socio-economic impacts. The study is done under orientation of the environmental authority responsible for the licensing of the activity under question, that, through specific technique instructions, or terms of reference, indicates the scope of the study and environmental, economic and socio-cultural factors to be considered in detail.
12. "Environmental impact (IA)": any beneficial or non beneficial alteration, of physical, chemical or biological properties of the environment, caused by any form of material or energy resulting from human activities that direct or indirectly influences: health, security and welfare of the population; the social and economic activities; the biota; esthetic and sanitary conditions of the environment; the quality of environmental resources.
13. "Strategic environmental impact (IAE)": Impact that acts on the environmental resource or component of relevant interest collective or national or that affects other regions besides its area of direct and indirect influence.
14. "Regional environmental impact (IAR)": Any environmental impact that affects directly, on the whole or in part, of the territory of two or more States.
15. "Cumulative environmental impact (IAC)": Environmental impact derived from the sum of other impacts or impact chains that sums up, generated by one or more isolated enterprises but related, in the same environmental system. Environment impact resulting form incremental impact of the action when added to other past, present and future actions, reasonably expected.
16. "Stakeholders" – people under their own civil and political rights, with residence, main or secondary, in the limited area of the project localization, such as its representative organizations, environmental non-governmental organizations, and, yet, any other entity which attributions or statutes justify, except when they are consulted under the AA proceedings scope.
17. "Compensatory measures (MC)": measures to be taken by responsible by the execution of a

- project, program, plan and role aimed to compensate negative environmental impacts, namely some social costs that could not be avoided or use of non renewable environmental resources.
18. “Mitigating resources (MM)” are measures aimed to prevent negative impacts or reduce their magnitude. It is preferable to use the expression “mitigating measure” instead of “corrective measure”, once the majority of environmental damages, when they can not be avoided, can be only mitigated or compensated.
 19. “Preventive measures (MP)”] measures aimed to prevent the degradation of a component of the environment or environmental system.
 20. “Environment monitoring (MA)” : follow up, through qualitative and quantitative evaluations, of a natural resource, in order know their conditions along time. It is the basic instrument in environmental control and preservation.
 21. “Plan of environmental and social management (PGAS)” : Technical document that contains the executive projects for minimization and compensation of identified environmental impacts in the phase of environmental feasibility evaluation of a enterprise. In the terms of the present diploma, the PGAS is the basic condition which observation facilitates to obtain the license to install the enterprise or works, namely the mineral exploration and renewable natural resources.
 22. “Plan of resettlement (PR)” : set of actions accorded among the social actor interested in conservation and/or preservation of the environment of a defined area, constituting sector and integrated projects containing the necessary measures for the territory management.
 23. “Report of the Environmental Impact Study (REIA)” : document that presents the results of technical and scientific study results of environmental evaluation. Constitute a document of the environmental evaluation process. Constitute a document of environmental evaluation process and must clarify all the elements of the study proposal, in order that they can be divulged and appreciated by social groups interested and by all the institutions involved in decision making.
 24. “Report of Environmental conformity (RCA)” : document resulting on the activities of instances of the REIA evaluation and PGAS and/or PR to be presented to the licensing environmental authority or not of the environmental conformity certificate. This document considers the content of documents of different interested entities including the public audience.
 25. “Environmental risk (RA)” : potential loss that a impact can cause on the environment, i.e. a existing relationship between the probability that a menace of adverse or accidental event determined happens and the grade of vulnerability of the receptor system and its effects. The management of environmental risks is a complex process and its implementation becomes a crescent exigences, as well as the risk communication, that makes a tool indispensable to the environmental management process.
 26. “Project” : concept and realization of construction works or other interventions in the natural environment and scenery, including the interventions aimed to the exploration of natural resources.
 27. “Owner of the works” * individual or collective person, public or private, that formulate a solicitation of authorization or the licensing of a project.

Chapter II

On the components of environmental evaluation

Section I

On the tools of environmental evaluation

Article 6

(Tools and classification of projects)

1. The tools of environmental evaluation are:
 - a) Study of Environmental Impact
 - b) Strategic environmental evaluation
 - c) Risk analysis
 - d) Danger study
 - e) Public audience
 - f) Environmental audit
 - g) Environmental notice
 - h) Plan of environmental and social management
 - i) Plan of resettlement

2. May be considered other types of tools that can contribute to the prevention of considerable negative effects of anthropic actions on environment and human health.
3. Each tool presented in the anterior numbers only will have application through previous examination of the classification and categorization of projects in function of the various particularities and criteria, namely:
 - a) Type of project;
 - b) Localization of the project;
 - c) Level of sensibility of the zone;
 - d) Scale of the incidence of impacts;
 - e) Nature of potential impacts;
 - f) Scope of the incidence of impacts.

Article 7

(Categories of projects)

1. Under the terms of the present diploma and in conformity with the content of number 3 of the previous article, the projects are classified in the following three categories:
 - a) Projects of category A
 - b) Projects of category B
 - c) Projects of category C
2. Projects of category A have high risks to have diversities of negative impacts considerable on the environment and human health, in some times with ample scale effects.
3. Projects of category B, susceptible to have negative impacts on the population and environment less severe than the previous category and are generally impacts of local nature with possibilities to be done, considered the special attenuation.
4. Projects of category C are considered insignificant or even null negative impacts on the environment and human health. After the previous examination, no other measure of environmental evaluation is needed for projects of this category.

Article 8

(Previous examination and conditions)

1. All projects must be subject to previous examination for their categorization and subject to eventual environmental licensing.
2. No owner of works will do a project of category A or B before the environmental evaluation is concluded, approved and issued the respective license.
3. The projects of category A and B must be subject of a deep environmental study impact and rigorous observance of following legal proceedings and the projects of category C may be licensed only after previous examination.

Article 9

(Exemption of AA proceedings)

1. Under exceptional circumstances and properly justified, the environmental license of projects of category C may, by initiative of the owner of the works and through document from the responsible authority, be done with exemption a priori, total or partial, of AA proceeding, being obligatory the observance a posteriori.
2. For effects of the instruction of exemption solicitation, the owner of works must present to the competent authority, the project in question and a solicitation of exemption of AA proceedings properly justified.

Section II

On environmental evaluation proceedings

Article 10

(Elements of the project)

1. In case of need of implementation of a project, program, plan or policy, the owner of the works must present to the AA authorities a report with namely, the following elements:
 - a) Summary description;
 - b) Dimension;
 - c) Localization accompanied by maps in a appropriate scale;
 - d) Factors of production;

- e) Results of the production.
2. Registered the reception of the report that refers to the anterior number, the AA authority analyses, instructs and indicates the category of the project and type of environmental evaluation to be done by the owner of the works

Article 11 (Beginning)

Without prejudice of the preliminary phase presented in the previous article, the AA proceedings begins with the presentation, by the owner of the works, a TOR to the AA authority for validation effects.

Article 12 (Approval of terms of reference)

1. The AA authority must approve and validate the process of realization of environment evaluation in conformity with the terms of reference that will be elaborated by the owner of the works or by specialized companies on the subject that has been received.
2. Based on the five fundamental principle referred in article 3 and considering the environmental, social, cultural and economic aspects as well as legal considerations, the TORs for environmental evaluation must contain at least the following data:
 - a) General and technical characterization of activity;
 - b) Identity and qualification of the owner of the works as well as the period of study implementation;
 - c) Localization and area of influence of the activity;
 - d) Environmental diagnosis;
 - e) Identification and evaluation of environmental impact;
 - f) Analysis, identification of alternatives and risk management;
 - g) Mitigating or compensatory measures of negative environmental impacts;
 - h) Plan of environmental and social management that includes all other plans.

Article 13 (Approval of experts)

1. In function of the category of the project, the environmental evaluation must be done by singular or collective person approved by the authority of jurisdiction, where the proceedings and modalities of the defined approval defined by their conclusions.
2. At the moment of the TOR it may be approved the list of experts responsible by the AA realization.
3. If for the AA implementation a foreign company is approved, it must be associated to national experts on the subject.

Article 14 (Public participation)

1. During the preparatory phase and realization of the study until its approval, the owner of the works, in coordination with the AA authority, must take providences and the necessary measures to solicit and obtain the opinion of the population that may be affected by the project and any other participant at local, regional and national level or even at international level.
2. In the solicitation of opinions referred in the previous number, the owner of the works must:
 - a) Present, issue and divulge the summary description of the project with information on the beneficial and negative effects of the project to the population, using for this the social communication organisms in different local languages;
 - b) Secure that notices and other information considered useful for the opinions be sent to the local with at least ten days before the meeting and that in it will be present the local leaders and representative organizations;
 - c) Secure that, in coordination with authorities, it will be defined an adjunct coordinator qualified to register all commentaries in Portuguese language during the meeting.

Section III On environmental impact studies

Article 15 (Elaboration of environmental studies)

1. The EIA must include the directives of the monitoring, identifying the environmental parameters to evaluate the phases of the project that will be done and its duration as well as the periodicity expected for the presentation of the reports of monitoring to the AA authority.
2. The information that must be included in the EIA and that is covered by industrial and commercial secret, including intellectual property or that be relevant for the protection of national security or natural and cultural heritage conservation will be inscribed in separate document and treated according to applicable legislation.
3. Any person that has information relevant to the elaboration of EIA and which content and presentation let its public disposability must let the consultation of this information and its use by the owner of the works, anytime it is requested.

Article 16

(Structure of the report)

1. The REIA must have, at least, the following structure and parts:
 - a) Non technical summary;
 - b) Environmental impact study;
 - c) Plan of environmental and social management of the project;
 - d) Annexes
2. The content of the report on environmental audit, strategic environment evaluation, plan of resettlement and other tools will be defined under the respective terms of reference.

Article 17

(Content of the non technical summary)

1. The non technical summary must have at least the main considerable negative impacts of the projects, alternatives, mitigating measures and recommendations.
2. The text, written in simple language, must be signed by the owner of the works and by the experts that have done the EIA.

Article 18

(Content of the report)

1. The REIA must have, namely:
 - a) Resumed description of the national environmental legislation and other rules and directives that regulate the ecological and socio-economic terms of basic factors and other development activities related that may be affected by the project.
 - b) Description of the objectives of the project;
 - c) Process and technology to be used;
 - d) Materials to be used in the construction and implementation of the project;
 - e) Products and sub products of the project;
 - f) Localization and zone of influence of the project;
 - g) Description of the conditions and potentialities of the environment affected;
 - h) Environmental and socio economic effects, direct and indirect, including cumulative and irreversible, in long, medium and short terms;
 - i) Technological alternatives and usable process, the reasons of selected preferences, alternative to the considered localization and the reasons to select the proposed local;
 - j) Measures to prevent the risks and dangers to human health and guarantee the security of the working place for the workers and for emergency management;
 - k) Identification of failures on knowledge and uncertainties that were found in the compilation of information.
2. The TOR will specify and will detail the content of the environmental iimpact study report and types of plans necessary.

Article 19

(Content of the plan of environmental and social management)

The plan of environmental and social management of the project describes the measures for elimination, minimization and mitigation, compensation and follow up of various impacts, including costs, delivery date and responsibility of each part in its implementation and must contain at least the following elements:

1. Mitigation of damages: must define the viable measures susceptible to reinstall the very negative potential effects on the environment and human health and must prevent the

- compensatory measures when the mitigating measures are not sufficient.
2. Environmental fiscalization: must be secured during and after the execution of the project to supply information on crucial environmental aspects, namely its effects on the environment, the efficacy of the mitigation measures applied and must let the owner of the works and other related parts to take corrective measures.
 3. Reinforcement of capacity and formation: to guarantee the smooth execution in desirable time, the environmental component of the project and mitigation measures of the plan are based on the estimate done by the AA in relation to the role and capacity of the environmental services registered.
 4. Calendar of execution and estimation of costs: for the mitigation of damages, environmental vigilance and capacity reinforcement that the plan adopts:
 - a) A calendar of execution of measures to be taken in the project, indicating its intervals and its plan of execution of the project on the whole;
 - b) An estimate of investment costs and operation, indicating the fund sources necessary for its implementation.

Article 20 (Annexes)

In the annex it may enter all other information that in a way or another help the authorities responsible to clarify the situation, namely:

- a) List of curriculum vitae of people and organization that elaborate the EIA;
- b) Bibliographic reference that was used for the elaboration and realization of the study;
- c) Minutes of meetings, consultations, conclusions and registers of surveys;
- d) Figures and/or tables on related data, maps, photographs that are not inside the report;
- e) Map of the enterprise;
- f) List of related reports.

Section IV

On the process of technical evaluation of REIA

Article 21 (Presentation of EIA)

1. The owner of the works must present the AA authorities the REIA in ten original documents, accompanied by receipt of payment of a tariff and presentation letter for the proper effects.
2. The refereed tariff of the previous number will be fixed by a common document by the authority of jurisdiction and the Ministry of Finance.

Article 22 (Creation of Ad Hoc committee)

1. The received report refereed in the anterior article, the AA authority creates an ad hoc evaluation committee that presents the REIA for technical evaluation and evaluation.
2. The members of the committee foreseen in the previous number are composed according to the nature of the project, their potential impacts and specification of the issue.

Article 23 (Presentation of public commentary)

The AA authority, in cooperation with the owner of the works, must put to the disposition of the stakeholders the REIA putting them at strategic places for commentaries, which product must be presented to the committee in order to its integration to the final report.

Article 24 (Public audience)

1. According to the recommendations of the ad hoc committee, the AA authority defines the need or not to prepare and do the public audience, being obligatory for all legal effects, in relation to projects of category A and B.
2. The conditions and modalities to prepare and do the public audience are foreseen by the ad hoc committee in the recommendations that the previous number indicated, in collaboration with the administrative responsible from the locality that receives the project, that are always, at the cost of the owner of the works.
3. The date and places of public audience will be massively issued in social communication

- organs in different national and local languages with at least 10 days of anticipation.
4. The public audience may be requested by a civil entity, by the public ministry or by singular or collective persons in number not inferior to 40% of the inhabitants of the area.
 5. When there is a request of public audience, any license issued without its realization will not have validity.
 6. At the end of the audience, the committee establishes a report that indicates the development, conclusions and recommendations.

Article 25 (DCA report)

Based on the conclusions and recommendations of the ad hoc committee, when the report is favorable, the AA authority establishes the Declaration of Environmental Conformity.

Section V On environmental licensing

Article 26 (Types of environmental licenses)

1. Under the terms of the present diploma, the AA authority may issue, according to the phase of the project, the following licenses:
 - a) Declaration of environmental conformity, issued after approval of the ad hoc committee report that authorizes the owner of the works to start the implementation of his/her project.
 - b) Certificate of environmental conformity, issued and valid for one to five years and according to the type and duration of the project, counted from the date of issue of DCA or start of the implementation of the project.
2. Projects with the duration of more than 30 years may benefit the maximum limit foreseen at b) of the previous number.

Sub section I On the Declaration of Environmental Conformity

Article 27 (Content of DCA)

1. The decision on the AA proceedings is included in the DCA, which may be favorable, conditionally favorable or non favorable, and must, in any case, justify the reasons of the option.
2. The conditionally favorable DCA specifies the conditions in which the project may be licensed or authorized and obligatory contains the mitigation measures of negative environmental impacts that the owner of the works must adopt in the execution of the project.
3. The content that was presented in the second part of the anterior number may be equally applicable to favorable DCA.
4. The owner of the works must request the Certificate of Environmental Conformity which issue depends on the result of the continuation of the implementation of the recommended measures in the DCA.

Article 28 (Competence and delivery)

1. The DCA is presented by the highest responsible from AA authority in the foreseen delivery periods of the following article to count from the date of reception of the environmental conformity report.
2. The DCA is notified, immediately, to the owner of the works.

Article 29 (Tacit approval)

1. It is considered that the decision is, according to the cases, favorable or conditionally favorable if nothing is communicated to the owner of the works in the period of 90 days in case of projects included in the annex I, of 60 days in case of projects included in annex II and 45 days in case of programs, plans and policies included in annex III counted from the date of the reception of AA final report.

2. There is interruption of counting of the delivery period that refers the anterior number, not exceeding 30 days, always that considered reasons of objective and subjective connection do not let observe the foreseen delivery periods in the previous number and properly communicated in time to the owner of the works.

Article 30

(Judicial force)

Under punishment of nullity, the act of project authorization subject to AA proceedings can be done just after notification to the respective DCA favorable or conditionally favorable or after the delivery periods foreseen in the previous article.

Article 31

(Invalidation)

1. The DCA become invalid if, after one year after the date of approval, the respective project execution has not begun or has stopped during that period.
2. The realization of projects relative to the ones where invalidation was verified in the present article, it requires a new AA proceeding, where the AA authority can determine, under justified decision, the proceedings that not need be repeated.

Sub section II

On Environmental conformity certificate

Article 32

(Content of CCA)

1. The satisfaction of DCA exigencies results in the issue of CCA by the AA authority that fixes the conditions and environmental and social exigencies that the project must respect and is valid while its content is obeyed.
2. In case the owner of the works does not obey any exigencies that the CCA contains, the AA authority has the authority to suspend or even abolish its validity.

Article 33

(Competence and periods)

1. The CCA is decided by the highest AA authority in the foreseen period in the following article counting from the date of reception of the follow up report of the implementation of its conditions and exigencies.
2. The CCA is notified, immediately, to the owner of the works.

Article 34

(Tacit deferment)

It is considered that the owner of the works automatically receives the CCA if nothing has been notice against it in the period of four months from the date of expiration of the DCA.

Article 35

(Judicial force)

Under punishment of nullity, the act of authorization of projects subject to AA proceedings can be done just after the notification of the respective CCA favorable or conditionally favorable or after the period foreseen at the previous article.

Article 36

(Suspension, cancelation or renovation of CCA)

1. The AA authority, under justified decision, may modify the conditionalities or control and adjustment measures and suspend or cancel a CCA, according to the cases, issued always when there is:
 - a. Violation or inadequate application of any conditionalities or legal norms;
 - b. Omission or false description of related information that justified its issue.
 - c. Happening of grave environmental or social risks.
2. The CCA renovation of an activity or enterprise must be requested with minimal antecedence of 120 days counted from the date of validity expiration fixed in the respective license.

Section VI

Environmental audit

Article 37 (Nature)

After the emission of DCA favorable or conditionally favorable and later issue of CCA, it competes to the AA authority, at the cost of the owner of the works, orientate the environmental audit of the project, covering the conditions of its licensing for localization, construction, functioning and/or exploration and inactivation, in order to:

- a) Evaluate the conformity of the execution project with the DCA/CCA, namely the obedience of the terms and conditions fixed in it;
- b) Determine the efficacy of the foreseen measures to avoid, when foreseeable, mitigate or compensate the negative impacts and potentiate the positive effects, as well as, when necessary, the adoption of new measures;
- c) Analyze the efficacy of the environmental evaluation proceedings done.

Article 38 (Monitoring)

1. The project monitoring, under the financial costs to the owner of the works, is done with the periodicity and under the terms contained in the DCA, CCA, or when there is none, from the AA and its plans.
2. The owner of the works must present for evaluation of the AA authority the reports of monitoring done, at fixed periods at DCA or, where there is none, in the AA report and its plans.
3. The AA authority can impose to the owner of the works the adoption of measures or adjustments that considers adequate to mitigate or compensate considerable negative environmental effects, not foreseen, that happened during the construction, operation, exploration or inactivation of the project.
4. The AA authority is responsible for the administrative monitoring and can, at any time, request and obtain from the owner of the works the information that needs for its sequence, including authority to do fiscal visits and follow up.

Article 39 (Report and evaluation of conformity with DCA and CCA)

The AA authority establishes the monitoring report done, describing the situation of the project implementation and recommending sanctions in case that it is not in conformity with the prescriptions of the DCA and CCA.

Chapter III On divulgation of the AA components

Article 40 (General principles)

1. The AA proceedings is public, where all its elements and proceedings items are available for consultation, namely:
 - a) At the AA authority;
 - b) At the DGA;
 - c) At sector antennas of the project location areas;
 - d) At the local powers of the project location area.
2. After the AA proceedings terms, the consultation of documents can be done at the National AA Agency.
3. The owners of the works must publish:
 - a) The environmental licenses they have received at the Official Bulletin and at the local or regional periodic with great circulation,
 - b) The requirements of license renovation and its concession according to delivery periods and models to be defined by the competent authority.

Article 41 (Consultation documents)

The documents object of public access are the following:

- a) The REIA;
- b) The non technical summary;
- c) The public consultation report and annexes;
- d) The final ad hoc committee report;
- e) The conclusions of the administrative authorities;
- f) The Declaration of environmental conformity;
- g) The Certificate of environmental conformity;
- h) The decision of exemption of AA proceedings.

Article 42

(Access to information)

The AA authority, at the expense of the owner of the works will create and secure that all people interested have access to the information contained at the documents described at the anterior article.

Chapter IV

On organization and competences

Article 43

(Organisms)

Constitute the AA authority the following public entities:

- a) The jurisdiction authority;
- b) National Institute of Environment, designated INA;
- c) National AA Agency;
- d) Sector antennas.

Article 44

(Jurisdiction authority)

1.

The prime minister is the jurisdiction authority of the National AA authority, except when there is delegation of powers.

2.

Under the terms foreseen in the present diploma and under proposal of the National AA agency, the jurisdiction authority is competent to concede the environmental license, namely issue the Declaration of environmental conformity and the Certificate of environmental conformity and in matters of the project, programs, plans and policies.

Article 45

(INA)

Competes to the INA, under the scope of environmental proceedings, namely:

- a) Supervise the definition and application of policies, plans and projects and all the legal diplomas under application;
- b) Cooperate with the National AA agency in the administration of AA process;
- c) Divulge information on AA proceedings and other related acts practiced by the AA agency.

Article 46

(National AA Agency)

Competes to the AA agency, namely:

- a) Coordinate and manage administratively the AA proceedings;
- b) Issue conclusions on the request of AA proceedings exemption of a project;
- c) Constitute the ad hoc committee;
- d) Request the cooperation to the AA projects to consultants specialized always when it is needed according to the characteristics of the project;
- e) Elaborate DCA and CCA proposals to the jurisdiction authority, and after its issue, notify to the competent entity for the project authorization and to the INA;
- f) Conduct the environmental audit, including the analysis of monitoring reports;
- g) Receive from the owner of the works a tax for the AA proceedings, which amount is to be fixed according to the value of the project to be done through proceedings in collaboration with the jurisdiction authority and the Ministry of finance;
- h) Detect and notify the non obedience of the present diploma to competent authority in terms of

the content to the instruction of competent transgression processes.

- i) Apply fines and receive incomes foreseen in chapter VI.

Article 47

(Sector antenna)

1.

The sector antenna, created at different national public organisms, constitute, each one, an administrative and functional unit.

2.

The nature, composition, competences and functioning of sector antennas are constant to the respective instituting legal diploma.

Chapter V

On trans frontier impacts

Article 48

(Reciprocate consultation)

The State of Guiné Bissau must consult the State or States potentially affected related to the environmental effects of a project at the respective territories and regarding to the measures foreseen to avoid, mitigate or compensate these effects as well as to pronounce when, under identical circumstances, is consulted by third State.

Article 49

(Projects with impacts at other African States)

Article 50

(Proceedings)

Article 51

(Participation in AA proceedings of other States)

Chapter VI

On fiscalization and sanctions

Article 52

(Competences)

Article 53

(Penalties)

Article 54

(Accessory sanctions)

Article 55

(Reposition of anterior situation)

Article 56

(Compensatory measures)

Article 57

(Responsibility for damages to the environment)

Chapter VII

On the distribution of income

Article 58

(Distribution)

Annex I

List of activities or projects mentioned in number 1 of article 2

1. Oil refineries and installations for gas and liquefying
2. Thermo electrical centrals and other installations of combustion and nuclear centrals and nuclear reactors.
3. Installations only for the production or enrichment of nuclear fuel, for the processing of irradiated nuclear fuels or their stocking, elimination and processing of radioactive residues.
4. Great installations for the primary production of melted iron and iron steel and for the production of non ferrous metals.
5. Installations for the extraction of asbestos and for the treatment and transformation of asbestos and other products that contain asbestos, for friction materials and for other asbestos installations.
6. Integrated chemical facilities
7. Road construction, free ways, roads and railways for the railway traffic for long distances, as well as airports.
8. Oil pipelines and gas pipelines of large section
9. Commercial ports as well as interior water courses and fluvial ports that permit the passage of embarkations.
10. Residues elimination facilities: incineration, chemical treatment or sanitary reclaiming for toxic and dangerous residues
11. Big dams and reservoirs.
12. Works for underground water capitation with a great volume per year.
13. Facilities for the manufacture of paper and paper paste.
14. Mining exploration in great scale, extraction and treatment in loco of metallic minerals and charcoal.
15. Hydrocarbon production
16. Great installations for oil, petrochemical and chemical products stocking
17. Use of biologic diversity by modern biotechnology
18. Deforestation in great scale for non commercial aims

Annex II

List of other activities or projects mentioned in number 1 of article 2

1. Rural division projects
2. Projects for the reconversion of unused land or semi natural zones for intensive agriculture
3. Projects of hydraulic resources for agriculture, including land irrigation and draining projects
4. Installations for intensive and semi intensive livestock (including birds)
5. Initial forestation and reforestation for conversion to other land use
6. Intensive aquaculture
7. Use of natural genetic heritage
8. Manipulation of aquatic resources, introduction of exotic and/or genetically modified species
9. Use of biologic diversity by biotechnology
10. Nuclear centrals or other nuclear reactor including the dismantling and (turn off) these centrals or nuclear reactor not included in annex I
11. Construction of airway lines for electricity and other projects of electric energy through air cables.
12. Industrial installations for electric energy production, of vapor or hot water.
13. Industrial facilities for gas, steam and hot water transportation
14. Stocking of fossil fuels and natural gas on the surface
15. Underground stocking of fuel gas
16. Industrial manufacturing of (hulha ?) and lignite brickets
17. Facilities for the production of hydroelectric energy
18. Facilities for the use of aeolic energy for the production of electricity (aeolic centrals).
19. Installations not included in annex I for:
 - Production or enrichment of nuclear fuel;
 - Processing of irradiated nuclear fuel;
 - Final elimination of irradiated nuclear fuel;
 - Exclusively the final elimination of radioactive residues;
 - Exclusively the stocking (planned for more than ten years) of irradiated nuclear fuels at a different location from the production site; or
 - Processing and stocking of radioactive residues
20. Mineral study
21. Extraction of rocks, open mines and (turfa ?) extraction, not included in annex I.
22. Underground extraction, not included in annex I
23. Mineral extraction through marine or fluvial dredging
24. Perforation at profundity (namely geothermal perforations, nuclear residues stocking perforations, perforations for water supply)
25. Surface industrial facilities for the extraction of (hulha ?), oil, natural gas, minerals and asbestos
26. Integrated facilities for meted iron and steel first fusion, not included in annex I
27. Facilities for the production of gusa and steel (primary and secondary fusion) including equipment with continuous drain
28. Facilities for ferrous metal processing (hot lamination, hammer, application of protection on melted metal)
29. Melting of ferrous metals
30. Facilities for the production of non ferrous gross metals from minerals, concentration or secondary materials through metallurgic, chemical or electrolytes, not included in annex I.
31. Facilities for melting, including non ferrous metals, excluding precious metals, including recuperation products (refining, melting molding, etc.) not included in annex I
32. Facilities for the superficial treatment of metal and plastic materials that use electrolyte or chemical process
33. Manufacturing of automobile vehicles and automobile engines
34. Naval shipbuilding facilities
35. Facilities for the construction and repair of airplanes
36. Manufacturing of railway equipment
37. Stamping of explosive bottom
38. Facilities for calcinations and ??? of metallic minerals
39. Facilities for coque production (charcoal dry distillation)
40. Facilities for cement production
41. Facilities for glass production, including the ones for glass fiber production

42. Facilities for mineral materials fusion, including mineral fiber production
43. Manufacturing of ceramics products through baking, namely, tile, bricks, refracting bricks, tiles, gres (?) products or porcelain
44. Facilities for the production of chemical products or treatment of intermediary products not included in annex I
45. Manufacturing of pesticides, pharmaceutical products, paints and varnishes, elastomers and peroxids.
46. Facilities for oil, petrochemical or chemical products stocking not included in annex I.
47. Vegetal and animal oils and grease
48. Packing and manufacturing of animal and vegetal products with preservatives
49. Production of dairy products
50. Beer and malt industry
51. Baker and syrup manufacturing
52. Facilities for animal slaughter
53. Facilities for industrial manufacturing of starch
54. Fabrics for fish powder and fish oil
55. Sugar industries
56. Industrial facilities for paper paste, paper not included in annex I
57. Facilities for pre treatment or coloring of textile fibers
58. Facilities for leather treatment
59. Facilities for the production and treatment of cellulose
60. Manufacturing and treatment of elastomer products
61. Facilities for artificial mineral fiber manufacturing
62. Facilities for the recuperation or destruction of explosive substances
63. Facilities for the production of asbestos and asbestos based product manufacturing not included in annex I
64. Facilities for quartering (?)
65. Motor, turbine or reactor trial banks
66. Permanent roads for races and training of motor vehicles
67. Pipes for gas or oil transportation, not included in annex I
68. Pipes for chemical product transportation
69. Construction of railways or inter modal trans boarding facilities and inter modal terminals, not included in annex I
70. Construction of electric lines, railways, airways and underground, suspended or similar of specific type, used exclusively or mainly for passenger transportation
71. Construction of roads, including rectification and/or enlargement of existing roads, not included in annex I.
72. Construction of ports and port facilities, including fisheries port, not included in annex I.
73. Construction of interior navigable routes and ports for interior navigation, not included in annex I.
74. Commercial ports, loading and unloading dock with link to land and exterior ports, not included in annex I.
75. Channel works and water course regularization
76. Construction of airports and airdromes, not included in annex I
77. Facilities to eliminate residues (including reclamation), not included in annex I.
78. Facilities for incineration or chemical treatment of non dangerous residues
79. Stocking of scraps, including automobile scraps
80. Location for mud deposit
81. System of underwater capitation or artificial recharge of underwater, not included in annex I.
82. Transfer works of hydraulic resources between hydraulic basins
83. Residual water treatment stations
84. Dams and other installations designed for long term or permanent water retention and stocking, not included in annex I
85. Coastal works for erosion control and maritime works to modify the coastline as, for example, construction of barriers, points, walls and other defense works against sea action, excluding the ones for maintenance and reconstruction of these works
86. Construction of great extension aqueducts
87. Construction of used water depuration station
88. Ski lines, ski elevator or teleferics (???) and infrastructures for support
89. Pleasure ports (marines)

90. Touristic resorts and hotel complex outside urban zones and associated projects
91. Permanent camping sites and caravan
92. Thematic parks
93. Ordering of industrial zones
94. Urban ordering, including construction of commercial centers and parking lots
95. Reclamation of land from the sea
96. Installation of golf camps

Annex III

List of sectors which programs, plans and policies mentioned in number 1 in article 2.

1. Agriculture
2. Livestock
3. Forestry
4. Fisheries
5. Urban planning
6. Construction
7. Energy
8. Industry
9. Mining
10. Transportation
11. Basic sanitation
12. Hydraulic resources
13. Regional development
14. Telecommunications
15. Tourism
16. Territory ordering
17. Other plans that, in their implementation may have any repercussion on the environment and human health

3 - 3 - 2 環境関連法

ギニアビサウ国環境関連国内法および国際条約批准状況

番号	名称	制定および批准年
1	African Convention on the Conservation of Nature and Natural Resources (Revised version)	11 July 2003
2	Decree No. 13/2000 instituting the National Park "Lagoas de Cufada"	30 November 2000
3	Decree No. 11/2000 instituting the National Park of the Orango Islands group	30 November 2000
4	Decree No. 12/2000 instituting the National Park "Tarrafes do Rio de Cacheu"	30 November 2000
5	Decree-Law No. 7/2000 ruling on plant protection products	24 August 2000
6	Decree-Law No. 6-A/2000 establishing fishing resources exploitation and fishing rights	22 August 2000
7	Decree-Law No. 4/99 establishing phytosanitary measures in order to avoid harmful organisms spreading within the Country	18 August 1999
8	Land Act No. 5/98	23 April 1998
9	Decree-Law No. 2/97 on protected areas	26 May 1997
10	Resolution No. 38/V/96 approving the Convention regulating fishing activity within the waters of the Member States	30 December 1996
11	Legislative Decision No. 01/GM/97 establishing the obligation for carrying out necessary regulation on forestry management	27 December 1996
12	Decree No. 4/96 establishing the general principles of the exploitation policy for national fisheries resources	30 August 1996
13	Legal Framework on Protected Areas	06 August 1996
14	Decree No. 3/96 of the Council of Ministers regarding the Annual Fisheries Resources Management Plan for 1996	04 June 1996
15	Protocole d'application de la Convention en matière de pêche maritime	24 November 1995
16	Protocole d'accord ayant trait à l'Organisation et au fonctionnement de l'agence de gestion et de coopération	12 June 1995
17	Décret-loi n° 4/94 portant approbation de la loi générale de pêche	02 August 1994
18	Règlement intérieur portant création d'un comité sahélien des pesticides	18 June 1994
19	Convention réaffirmant la création du Comité Permanent Inter-Etats de Lutte contre la Sécheresse dans le Sahel (CILSS)	22 April 1994
20	Résolution n° 10/29/CM/94 relative à l'application de la réglementation commune sur l'homologation des pesticides	19 April 1994
21	Decree No. 59/93 approving the Statute of National Council of Environment (CNA)	29 November 1993
22	Accord de gestion et de coopération entre le gouvernement de la République du Sénégal et le gouvernement de la République de Guinée Bissau	14 October 1993
23	Convention sur la coopération sous-régionale dans l'exercice du droit de poursuite maritime	01 September 1993
24	Amendment of the Convention of 29 March 1985 on the creation of the Fisheries Sub-Regional Commission	14 July 1993
25	Decree No. 62-E/92 establishing sanitary food protection	30 December 1992
26	Decision No. 21/92 regulating fishing activity into Exclusive Economic Zone (EEZ)	04 December 1992
27	Décret n° 62-E/92 portant établissement du régime de contrôle sanitaire des denrées alimentaires	22 October 1992
28	Decree-Law No. 5-A/1992 establishing the Water Code	17 September 1992
29	Accord, fait à Abidjan le 13 décembre 1991, portant création de l'Organisation intergouvernementale d'information et de coopération pour la commercialisation des produits de la pêche en Afrique (Infopêche)	13 December 1991
30	Decree No. 26/91 approving the Regulation of the Forestry Fund	04 November 1991
31	Decree No. 27/91 regulating Tree Logging Fees	04 November 1991
32	Decree-Law No. 4-A/91 approving the Forestry Act	29 October 1991
33	Agreement between Guinea-Bissau and Portugal for cooperation in the fisheries sector	24 May 1991
34	Cooperation-Agreement between the Republic of Portugal and the Republic of Guinea-Bissau on the agricultural sector	15 March 1991
35	Cooperation-Agreement between the Republic of Portugal and the Republic of Guinea-Bissau on maritime development, cartography, safety and navigation	01 October 1990
36	Decree-Law No. 10/86 regulating the General Fishing Act	26 April 1986

37	Decree-Law No. 2/86 regulating fishing activity	29 March 1986
38	Decree No. 2/86 approving the General Fishing Act	18 March 1986
39	Act No. 3/85 on delimitation of the territorial waters, the contiguous zone and the continental shelf	17 May 1985
40	Act No. 2/85 establishing straight baselines	17 May 1985
41	Convention portant création d'une commission sous-régionale des pêches	29 March 1985
42	Resolution N° 9/CEG 5/DS portant adhésion de la République de Guinée-Bissau à l'OMVG	28 July 1983
43	Decree No. 21/80 approving the Hunting Regulation	12 May 1980
44	Protocole d'accord entre la République de Guinée et la République de la Guinée-Bissau sur l'aménagement du fleuve Koliba-Korubal. Fait à Conakry, le 21 Octobre 1978	21 October 1978
45	Decree No. 518/73 regulating Sport Fishing within the Overseas Provinces	12 October 1973
46	Decree No. 495/73 establishing sanitary measures in order to prevent the pollution of both sea and coastal water	06 October 1973
47	Act No. 6/73 approving the Overseas Land Act	13 August 1973
48	Decree No. 351/73 approving the Regulation of the overseas veterinary services	12 July 1973
49	Decree-Law No. 513/71 establishing that fishing vessels performing their activity near to the coastal zone may use logistic facilities on land	12 November 1971
50	Order No. 462/71 regulating fishing co-operatives	27 August 1971
51	Decree-Law No. 593/70 approving the International Agreement on Sugar	30 November 1970
52	Decree No. 412/70 creating Overseas Provinces jurisdictional areas within coastal zones, river estuaries and harbours	26 August 1970
53	Decree No. 176/70 regulating spirit production and trade into the Overseas Provinces	03 April 1970
54	Decree No. 48.198 establishing the Statute of Overseas Services for Agriculture and Forests	11 January 1968
55	Order No. 22.686 establishing the classification of different varieties of corn to be exported	19 May 1967
56	Decree No. 47.486 regulating the ownership of lands occupied by non-owners	06 January 1967
57	Decree No. 44531 on Forest Resources	21 June 1962
58	Decree No. 40.040 ruling on the protection of land, flora and fauna	20 January 1955
59	Memorandum of Understanding concerning Conservation Measures for the West African Populations of the African Elephant	22 November 2005
60	African Convention on the Conservation of Nature and Natural Resources (Revised Version)	11 July 2003
61	International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture	03 November 2001
62	Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants	23 May 2001
63	Constitutive Act of the African Union	11 July 2000
64	Convention of the African Network for the Development of Horticulture (RADHORT)	14 April 2000
65	Amendment to the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer	03 December 1999
66	Memorandum of Understanding concerning Conservation Measures for Marine Turtles of the Atlantic Coast of Africa	29 May 1999
67	Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change	11 December 1997
68	Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on their Destruction	18 September 1997
69	Amendment to the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer	17 September 1997
70	The African Nuclear-Weapon-Free Zone Treaty	11 April 1996
71	Agreement for the Implementation of the Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea relating to the Conservation and Management of Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fish Stock	04 August 1995
72	Agreement on the Conservation of African-Eurasian Migratory Waterbirds	16 June 1995
73	Protocole d'accord ayant trait à l'Organisation et au fonctionnement de l'agence de gestion et de coopération	12 June 1995
74	International Convention to Combat Desertification in those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, particularly in Africa	17 June 1994
75	Convention réaffirmant la création du Comité Permanent Inter-Etats de Lutte contre la Sécheresse dans le Sahel (CILSS)	22 April 1994
76	Agreement on Trade related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS)	15 April 1994
77	Accord de gestion et de coopération entre le Gouvernement de la République du Sénégal et le Gouvernement de la République de Guinée Bissau	14 October 1993

78	Convention sur la coopération sous-régionale dans l'exercice du droit de poursuite maritime	01 September 1993
79	Convention relative a la determination des condition d' access et d' exploitation des ressources halieutiques au large des cotes des etats membres de la commission sous-régionale de peches	14 July 1993
80	Amendment of the Convention of 29 March 1985 on the creation of the Fisheries Sub-Regional Commission	14 July 1993
81	Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on their Destruction	13 January 1993
82	Amendment to the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer	25 November 1992
83	Convention on Biological Diversity	05 June 1992
84	United Nations Framework Convention on Climate Change	09 May 1992
85	Agreement for the Establishment of the Intergovernmental Organization for Marketing Information and Cooperation Services for Fishery Products in Africa (INFOPECHE)	13 December 1991
86	Convention on fisheries cooperation among African States bordering the Atlantic Ocean	05 July 1991
87	Treaty Establishing the African Economic Community	03 June 1991
88	Convention on the Ban of the Import of Hazardous Wastes into Africa and on the Control of their Transboundary Movements within Africa	30 January 1991
89	Amendment to the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer	29 June 1990
90	Fourth ACP-EEC Convention	15 December 1989
91	Convention on the Control of Transboundary Movements of Hazardous Wastes and their Disposal	22 March 1989
92	Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer	16 September 1987
93	Convention for the Protection of the Ozone Layer	22 March 1985
94	Third ACP-EEC Convention	08 December 1984
95	United Nations Convention on the Law of the Sea	10 December 1982
96	Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals	23 June 1979
97	Amendment to the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (Art.XI)	22 June 1979
98	Protocole d'accord entre la République de Guinee et la République de la Guinee-Bissau sur l'aménagement du fleuve Koliba-Korubal	21 October 1978
99	Convention establishing a Permanent Inter-State Drought Control Committee for the Sahel	12 September 1973
100	Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora	03 March 1973
101	Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage	16 November 1972
102	Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on their Destruction	10 April 1972
103	Treaty on the Prohibition of the Emplacement of Nuclear Weapons and other Weapons of Mass Destruction on the Sea-Bed and the Ocean Floor and in the Subsoil thereof	11 February 1971
104	Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat	02 February 1971
105	Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons	01 July 1968
106	Agreement on the Rescue of Astronauts, the Return of Astronauts and the Return of Objects launched into Outer Space	22 April 1968
107	Treaty Banning Nuclear Weapon Tests in the Atmosphere, in Outer Space and under Water	05 August 1963
108	Protocol to the International Convention for the Regulation of Whaling	19 November 1956
109	International Plant Protection Convention (1997 Revised Text)	06 December 1951
110	Statutes of the International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (as revised in 1996)	05 October 1948
111	Convention on the International Maritime Organization	06 March 1948
112	International Convention for the Regulation of Whaling	02 December 1946
113	Constitution of the Food and Agriculture Organization of the United Nations	16 October 1945
114	Convention on International Civil Aviation Annex 16 - Aircraft Noise	07 December 1944
115	Protocol for the Prohibition of the Use in War of Asphyxiating, Poisonous or Other Gases, and of Bacteriological Methods of Warfare	17 June 1925

出典:IUCN 環境法データベース

3-3-3 IEEレベル環境社会配慮調査スケジュール、実施体制

(1) 調査スケジュールおよび活動の概要

本計画にかかる環境社会配慮調査を以下の日程および内容で実施した。

- ① 5月16日(金)漁業省零細漁業総局長との打ち合わせにおいてインセプション・レポートを説明し、予備調査期間内で行うべき環境社会配慮に関する調査内容を説明し「ギ」国側の意向を確認した。
- ② 5月19日(月)漁業省および天然資源環境省との合同協議において、JICA環境社会配慮ガイドラインを説明し、22日から実施する計画サイトにおける現地踏査で実施するIEEレベル環境調査およびステークホルダー協議の開催について日程および内容を説明し了解を得た。
- ③ 5月20日(火)漁業省零細漁業総局副局長との協議において環境社会配慮に係る質問票内容を説明し、資料、データの収集を依頼した。また現地踏査期間中における調査スケジュール案を説明した。
- ④ 5月20日(火)天然資源環境省環境総局副局長との協議において、JICA環境社会配慮ガイドラインを説明し、22日から実施する計画サイト地域における現地踏査で実施するIEEレベル環境調査およびステークホルダー協議に環境総局の技術者の派遣を要請し、了解を得た。また、環境社会配慮に係る「ギ」国の政策、状況、計画等について情報を収集した。
- ⑤ 5月22日(木)、23日(金)の2日間をかけて計画サイトを含めた周辺地域の環境社会配慮に係る現地の状況確認踏査を実施した。また、23日の午後には地域住民の生活実態調査を実施し、その後、村長から村の社会文化的背景、歴史および現状に関する情報の聴取を実施した。
- ⑥ 5月24日(土)村落内の道路、井戸、配電、病院、学校などの社会インフラ、住宅周辺の生活環境、自然環境を調査し、住民および関係者から課題・問題点等を聴取し確認した。
- ⑦ 5月25日(日)実施機関である漁業省零細漁業総局副局長以下関係者10名、天然資源環境省環境総局から派遣された環境専門家、地域住民代表、漁業関連団体代表、NGO代表の参加を得てIEEレベル環境社会配慮調査のためのとりまとめ会議を開催した。またその後、住民の生活実態調査を継続して実施した。
- ⑧ 5月26日(月)計画サイト周辺の自然および社会環境調査のため、カシーン川対岸の漁民キャンプを訪問し、周辺の環境状況、住民の生活実態、漁業活動の状況を調査した。
- ⑨ 5月27日(火)カシーンの周辺地域最大の地方都市である「ブバ」の漁業活動と流通の実態を把握するため同地域の漁民、加工業者、流通業者からの現状、課題等を聴取した。
- ⑩ 5月28日(水)カシーン村の海産物市場として有望視されている「ギ」国第2の内陸都市「バファタ」の市場調査を実施し、鮮魚、加工魚等の市場ニーズ、流通状況を確認した。併せて周辺地域の社会インフラ、環境状況を調査した。
- ⑪ 5月29日(木)漁業省零細漁業総局長との協議において現地踏査調査のまとめと環境調査上の課題整理を行い追加情報の収集依頼を行った。なお、総局長は25日まで国際会議でダカールに出張していた。
- ⑫ 5月30日(金)漁業省零細漁業総局長との協議においてステークホルダー協議の実施にかかる最終確認を行った。
- ⑬ 5月31日(土)漁業省零細漁業総局長以下漁業省関係者5名、天然資源環境省環境総局から派遣された環境専門家、天然資源環境省水資源総局から派遣された地下水専門家、地域住民代表、

漁業関連団体代表、NGO代表の参加を得て IEE レベル環境社会配慮調査のための会議を開催した。

(2) IEE レベル環境社会配慮調査及びステークホルダー協議参加者

IEE レベル環境社会配慮調査およびステークホルダー協議は別の日に開催したが、参加者はほぼ同じメンバーであった。主な参加者は以下の通り。

① 5月25日 IEE レベル環境社会配慮調査：

漁業省零細漁業総局副局長以下漁業省関係者8名、天然資源環境省環境総局環境専門家、地域住民代表、漁業団体代表、地域婦人会代表、NGO代表、国際機関（アフリカ開発銀行）専門家、予備調査団員を含め合計40名

② 5月31日ステークホルダー協議：

漁業省零細漁業総局長以下漁業省関係者5名、天然資源環境省環境総局環境専門家、天然資源環境省水資源総局地下水専門家、地域行政官、地域住民代表、移転予定家屋の住民、婦人会代表、漁業団体代表、水産物流通業者代表、NGO代表、予備調査団員を含め合計60名

(3) 調査および協議結果、成果

① 5月25日 IEE レベル環境社会配慮調査：

天然資源環境省環境総局専門家 ネルソンゴメス部長のプロジェクト内容(要請段階)に関する確認事項

・プロジェクトの概要は調査段階での事業概要

要請金額： 約8.5億円

プロジェクトサイト面積： 44,150 m²

事業の施工会社： 未定

主要な資材： RCまたは鉄骨

栈橋の構造： 未定(水中コンクリート利用の場合には水質汚染対策を考慮する)

資源管理の方法： 環境に配慮して行う

住民参加： 住民の意見を十分に設計、施工、運営に反映し、住民を工事に参加させる

災害の防止対策： 海岸線に近いので、波による浸食対策に配慮する

地質/動植物への配慮： 栈橋は浸食や堆砂の影響を受けるので対策を講ずること

施工時の廃棄物処理方法を考慮すること

運用時のプラスチック等の廃棄物の処理方法を検討すること

・EIAのスケジュール

本IEE調査の結果をまとめて報告書としてCAIA、環境総局、零細漁業総局に提出する。

その報告書の内容に従って、零細漁業総局がEIA申請書を作成してCAIAに提出する。

雨期前にEIA調査を実施することが望ましい。

CAIAが事業のモニタリングを行い、事業を評価し、環境ライセンスを交付する。

・零細漁業総局副局長のコメント

漁業省の名前で総理府宛にEIA調査実施の要請書を提出した。要請書には6月15日までに環境ライセンスを出してもらうように記載した。総理府では手続を進めていることと思う。

② 5月31日ステークホルダー協議：

零細漁業総局長を議長として5月31日午後1時よりカシーン村漁業省の漁業施設建設サイトにある集会所においてステークホルダー協議を開催した。協議では、関係者からプロジェクトの早期開始を求めるという強い要望が多く出された。

Republic of Guiné Bissau
Ministry of Natural Resources and Environment
Directorate General of Environment

To the
Japanese Cooperation Agency – JICA

N/Ref /DGA/2008
Bissau, May 30th, 2008

Issue: Remittance of Environmental Evaluation Mission at the site (Cacine)

We present our best compliments and have the pleasure to send in annex the Report on the Environmental evaluation mission at the Site (Cacine Sector) that was done between May 22th. and 28th.

Yours faithfully,

Eng. Nelson Justino Gomes

C/C – Director General of Environment

Republic of Guiné Bissau
Ministry of Natural Resources and Environment
Directorate General of Environment

Environmental Evaluation Mission at the site (Cacine Sector)

Eng. Nelson Justino Gomes

Bissau, May/2008

1- Introduction

Fisheries is consensually defined as a priority sector for the southern population and especially for the Cacine, favouring the economic dimensions related to growth, valuing the traditional and cultural characteristics and profiles and promoting the environmental preservation.

The environmental characteristics of the Tombali region make evident unique specificities resulting from the forest density and the state of preservation of natural spaces, that partially have benefitted from fisheries and the isolation in relation to the main urban centers, namely the capital.

From the fisheries point of view, the region presents an enlarged set of potentialities, staying though at its "gross state", requiring a planned and coordinated action, namely, to environmental preservation, to the endangered species protection and to turn more dynamic the cultural practice and traits characteristic to the resident communities.

1.1 Main potentialities

Under the regional and local potentialities, or factors considered positive, we have 3 main types: the environmental specificities, cultural elements, historical factors and the nationalistic feeling. On the other hand, type factors, understood isolated or in conjugation, that are considered as determinants to the construction and reinforcement of community identities for fisheries practice.

1.2 Environmental particularities

At the region of Tombali, the climate is characteristically humid tropical, with two clear seasons: the dry one and the rain season. The main differentiation factor relating to climate is that at the south the rain intensity is higher than in any other region, reaching precipitation levels from 2,000 to 2,500 annually with average temperature between 28 and 31 Celsius. The Tombali region is characterized by a forest of great dimension with 650 km², named Cantanhez forest, that consists on the grouping of 14 dense and humid areas usually referred as forests (matos).

Regarding the flora, it may be underlined the presence of big, centennial trees, many times identified as sacred and sites for cult activities, for "irã" veneration, the supernatural entity venerated and feared.

The existing tree species referred are the following: the "tagara", the "mampataz" and the "poilão".

The Cacine forests are characteristically closed of difficult penetration, but do not represent the only environmental type that characterizes the region. There are also arboreal and herbaceous savannah areas intercalated, with major importance of mangroves or "tarrafes", rivers, estuaries and fluvial passage, maritime coast less remarkable.

All the region is characterized of water courses, under the form of big and small rivers, fluvial tributaries and branches that penetrate to the interior of forest waters. The main rivers are Cacine and Cumbidjan.

The fluvial environment is particular from the scenery point of view as it presents a differentiated structure that characterizes the forest, but also is rich in flora and fauna. The rivers are so a strong potentiality for fisheries, scenery amusement and animal and bird watching, namely pelicans and migratory birds.

1.3 Cultural elements

The main ethnic groups are: Nalu, Fula, Balanta, Tanda and Sosso. The secondary groups are Manjaco, Djakanka, Papel, Bijagó and Mandinga. Traditionally this was an area identified with the Nalu people, an ethnic group characteristically animist, with rooted costumes, practicing ancestral cultural practices along the times through costume and oral tradition, among them the initiation and passage rites. Part of the territory, identified with the Cantanhez forests is traditionally known as "Tchon di Nalu" or Nalu land. Each ethnic group presents peculiar particularities regarding the form and type of the main production, space organization and materials used on construction, ritual practices and cult forms. Although forest scenery is predominant, the influence of the ethnical diversity in the form of producing land and relationship with the environment, gives to the region a mosaic image marked by heterogeneity. Besides subsistence production, the local communities produce artisanal pieces and various tools that they use daily and sell at markets at other regions and "lumas".

1.4 Historical and nationalist factors

The Tombali region is understood by most of the Guinean people as the birthplace of independence.

It was the zone of excellence to the war against the Portuguese colonization and the icon of liberation having received some of the most important quarters of the Portuguese troops such as Guiledge, Bedanda, Cacine and Comeconde, but also the guerrilla camps, protected and supported by the animist Balanta and Nalu communities.

The Cantanhez forests unites two traces that are understood as fundamental for the success of PAIGC troops, for one the richness of the forest resources and the difficult physical conditions imposed by dense and closed environment that favored the local communities that had unique knowledge they had due to direct living, acquired through ancestral experience.

The key moments of the long colonial war took place at the dense forest, from the organizational phase to the armed disputes.

Along Bedanda and Cacine sectors there are various valuable historical sites that represent marks in the national History, where there are still today parts of the quarters, old shelters, water materials such as unexploded devices that are dispersed in the forest park, and various objects such as plates and kitchen tools. Also at the proximities of Cassacá village, there is an extremely important mark to the history of our country: the place where it was done, in 1964, the first Congress of PAIGC. Parallel to that, there are still living testimonies of the colonial war, former combatants that, in most case show receptivity to tell and write personal experiences related to the most marking moments, be it difficult ones or successful ones, experiences that turn the life history of an age that is defined as one of the most important periods for Guiné Bissau and Portugal.

The present survey of environmental evaluation was done on May 24th and 26th, 2008, at the city of Cacine, at the installations of artisanal fisheries with interviews with the mission leader Dr. Malam, Director of Services for Artisanal Fisheries and Mr. Duca, who informed me that the project was expected for 2007, but after the military conflict, JICA desisted of the implementation of the project, but with the good works of the technical part of the Artisanal Fisheries besides to JICA responsible, managed to reach an accord for the rehabilitation of the big infrastructure for fisheries with its components for the benefit of Cacine people, and Guiné Bissau in general.

Cacine is considered one of the zones in the country with potential halieutic richness. For this reason, the Directorate of Artisanal Fisheries have done many surveys that show its potentialities.

II – Description

The Project is titled construction of installations for artisanal fisheries in Cacine, with the duration of about two year. The cost will be defined after the study and basic study, but is around 3.4 billion FCFA, with an area of 44,152 m².

III – Priorities in the complex construction

- Workshop
- Multi use building
- Smoking and drying unit
- Generation house
- Warehouse for fisheries material
- Selection zone
- First treatment zone
- Ice conservation installation
- Ice maker
- Warehouse for ice stocking
- Administration office
- Director office
- Meeting room
- Fishermen association room
- Fisher selling and transformation women room
- Atelier room
- Sample space and fish selling
- Bathroom
- Smoking and drying installation
- Net repair session
- Engine repair session
- Training area
- Expedition area

- Production, transformation and stocking sites
- Product stocking
- Weighting zone (scale)
- Generator set room (central)

IV – Survey on the Environmental Impact at the Site

It was observed that the site is favorable for the construction of the multi use because there are no big trees but only mangrove small ones.

The soil is sand with accumulation of small stones at the center of the site, existence of some houses including the fisheries residence, existence of some abandoned infrastructures.

V – Conclusion and Recommendations

After the mission at the site, it was observed and concluded as follows:

- the need for the implantation of this project, i.e., the construction of the multi use in order to organize the population, women's group and juvenile association in their fisheries activities to alleviate poverty and improve the food diet of these populations.
- Although there is this need, it was also observed that with this project there will be a change in the social, economic and environmental dynamics of the sector.

As so, for better control, follow up of impacts of these changes, socio-cultural, economic and environmental, it is recommended as follows:

- Execution of environmental and social impact study as well as its respective environmental and social management plan before the beginning of the project implementation according to the Law of Environmental Evaluation approved by the Council of Ministers on March 19th, 2008.
- Start now the negotiation and awareness of Mr. Cantala Nandiba in order to avoid soil occupation conflict.

In annex there are two inscription forms for site orientation.

Bissau, May 29th, 2008

The Reporter
 Engineer Nelson Justino Gomes
 (Environmentalist)

